

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Graciele Turchetti de Oliveira Denardi

**“É SÓ OLHAR E ESCUTAR PRA VER QUE EU SOU DO SUL”:
O MOVIMENTO DE SENTIDOS NO DISCURSO DO GAÚCHO RURAL**

Santa Maria, RS

2016

Graciele Turchetti de Oliveira Denardi

“É SÓ OLHAR E ESCUTAR PRA VER QUE EU SOU DO SUL”:

o movimento de sentidos no discurso do gaúcho rural

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau **de Doutor em Letras.**

Orientador: Prof^a. Dr^a. Verli de Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Turchetti de Oliveira Denardi, Graciele
"É SÓ OLHAR E ESCUTAR PRA VER QUE EU SOU DO SUL": O
MOVIMENTO DE SENTIDOS NO DISCURSO DO GAÚCHO RURAL /
Graciele Turchetti de Oliveira Denardi.- 2016.
160 p.; 30 cm

Orientador: Verli de Fátima Petri da Silveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Letras, RS, 2016

1. Gaúcho, Sujeito, Língua e Discurso I. Petri da
Silveira, Verli de Fátima II. Título.

Graciele Turchetti de Oliveira Denardi

**"É SÓ OLHAR E ESCUTAR PRA VER QUE EU SOU DO SUL":
O MOVIMENTO DE SENTIDOS NO DISCURSO DO GAÚCHO RURAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Aprovada em 27 de junho de 2016:



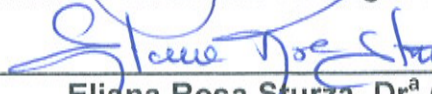
Verli Fátima Petri da Silveira, Dr^a.
(Presidente/Orientador)



Maria Teresa Celada, Dr^a.(USP)



Fernanda Castelano Rodrigues, Dr^a.(UFScar)



Eliana Rosa Sturza, Dr^a.(UFSM)



Larissa Montagner Cervo, Dr^a.(UFSM)

Santa Maria,RS
2016

AGRADECIMENTOS

Por que AGRADECER?

PORQUE Tu me permitiste viver os melhores e também os mais desafiadores momentos desta vida, DEUS;

PORQUE vocês completaram a minha história e me deram forças para dizer “consigo” quando estava tomada pelo desejo apenas de ser mãe, SOFIA e MAITÊ;

PORQUE tu foste meu companheiro, meu suporte, meu amor. A ti, DIEGO DENARDI, meu eterno respeito e gratidão;

PORQUE vocês, PAI e MÃE, mesmo na sua simplicidade, entenderam que eu precisava voar e sem hesitar, mostraram-me que não há limites quando estamos dispostos a vencer;

PORQUE você VERLI PETRI, nunca desistiu de mim e soube com serenidade e competência conduzir minha jornada orientando-me com a destreza de um notável mestre e os cuidados pacientes de um verdadeiro amigo. Gracias!

PORQUE a sabedoria de vocês, grandes mestras, me indicaram as escolhas certas. AMANDA SCHERER, ELIANA STURZA, GRAZIELA LUCCI DE ANGELO;

PORQUE o PPGL, com sua seriedade, apoio e organização sempre esteve disponível para atender nossas dúvidas e angústias;

PORQUE vocês, MEUS AMIGOS, compreenderam as minhas ausências e acreditaram nas minhas conquistas;

PORQUE juntas sonhamos, vivenciamos alegrias e frustrações, mas chegamos ao final, CAMILA, MARIA IRACI, IEDA, RENATA, FERNANDA e CAROL;

PORQUE tua amizade e apoio incondicional, LUCAS FLORES, contribuíram para que eu lograsse grandes realizações;

PORQUE vocês VIVIANE BRUST e KELLY GUASSO permitiram-se tomar-se pelo meu trabalho, auxiliando-me com extrema competência nas correções e ajustes;

PORQUE vocês, sujeitos desta pesquisa, oportunizaram-me a partir de seu discurso, entender a minha caminhada de pesquisadora.

“ah sê gaúcho é a nossa história daqui do Rio Grande, né? sê gaúcho, sê gaúcho, usá como diz o otro, usá a bombacha, o seu cinto, seu chapéu, aquele estilo, né? usá chapéu, sua camisa de manga, não essas camisetinha, né? Então isso aí eu considero o gaúcho, né? o chapéu, chapéu grande, né? Sempre, sempre eu tive umas aula com as pessoa antiga que o gaúcho mesmo não pode usá o chapéu tapando os zólio, né, tem que usá o chapéu tapeado, né? prá enxergá longe, né? que aí tá enxergando todo o movimento, né? que o cara que usa o chapéu cravado no zóio não é, ele não é, ele tem mal intuito, né.. que o gaúcho tem que usá o chapéu mostrando o rosto, né?”

(excerto da entrevista C)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

“É SÓ OLHAR E ESCUTAR PRA VER QUE EU SOU DO SUL”: o movimento de sentidos no discurso do gaúcho rural

AUTORA: GRACIELE TURCHETTI DE OLIVEIRA DENARDI

ORIENTADORA: VERLI DE FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 27 de junho de 2016.

O presente estudo de tese, sob a ótica da Análise de Discurso (AD) de linha francesa e da História das Ideias Linguísticas (HIL), tem o objetivo de propor uma reflexão sobre o movimento de sentidos na constituição do discurso do gaúcho sul-rio-grandense de fronteira. Para tanto, dedicamo-nos a olhar sequências discursivas recortadas das entrevistas semiestruturadas de quatro sujeitos, com idade entre trinta e setenta anos, que estão no campo, na região de fronteira do Brasil e Argentina. A partir desse *corpus*, lançamos o nosso olhar, de analistas de discurso, para além das evidências da materialidade linguística em questão. Para compreendermos como se constitui o funcionamento dos sentidos, mobilizamos os conceitos de sujeito e de discurso pensados por PÊCHEUX (2009) e por ORLANDI (2011; 2012), entre outros estudiosos. Faz-se mister destacar que esta pesquisa teve, como ferramentas de apoio para as análises, instrumentos linguísticos que nos auxiliam na explicitação de sentidos ou de processos de produção de sentidos, a saber, um dicionário sul-rio-grandense, o **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul**, e um outro, nacional, o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Esta pesquisa está dividida em três partes: na primeira, discorreremos sobre a formação histórica do estado do Rio Grande do sul, apresentamos o gaúcho sul-rio-grandense e mobilizamos um suporte teórico que situa o urbano/cidade e rural/campo; na segunda parte, vislumbramos a questão “Sujeito, Língua e Discurso”, fazendo um percurso entre a constituição do sujeito pelo olhar da Análise de Discurso, os trajetos percorridos pelo viés da história e da memória, seguido pela multiplicidade de sentidos que afloram no discurso, o que transita entre a polissemia, o dizer, mas o dizer diferente, e a paráfrase, o retorno, pela memória, ao mesmo espaço de dizer; ainda, nesta parte, adentramos no movimento entre o calar e o falar (silêncio), finalizando com o “imaginado e o materializado: fronteira”. Na última parte desta pesquisa, procedemos à descrição do *corpus* e às análises, momento em que acontece o movimento analítico entre os pressupostos teóricos e os dados apresentados, permitindo-nos instalar um gesto de interpretação, o qual visa a dar conta do movimento de sentidos entre o que é discursivizado por cada sujeito, considerando as condições de produção e o imaginário sobre o gaúcho. A partir do estudo desenvolvido, compreendemos que o sujeito de nossa pesquisa discursiviza e discursiviza-se tomado pelo imaginário do gaúcho que está atrelado às atividades do campo: da lida com o gado, das cavalgadas às domas, entre tantas outras, reconhecendo que o verdadeiro gaúcho é aquele que cultiva as tradições, que não

são as mesmas compartilhadas pelo CTG (Centro de Tradições Gaúchas), mas, sim, aquelas que seus antepassados lhes ensinaram. Observa-se ainda, no discurso dos entrevistados, que a posição sujeito e as condições de produção do discurso movimentam sentidos diferentes daqueles apresentados pelos dicionários, permitindo, com isso, novos gestos de interpretação.

Palavras-chave: Gaúcho; Sujeito; Língua; Discurso

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Post graduate language Program
Universidade Federal de Santa Maria

“IT JUST LOOK AND LISTEN TO SEE THAT I AM FROM THE SOUTH”:

AUTHOR: Graciele Turchetti de Oliveira Denardi
ORIENTADORA: Verli de Fátima Petri da Silveira

The present thesis study, from the perspective of French Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas, aims at proposing a reflection about the movement of meanings in the constitution of the “gaucho’s” discourse from South Rio Grande border. Therefore, we studied cut discursive sequences from semi structured interviews of four subjects, between the age of thirty and seventy years-old, who live in the countryside, in the frontier region of Brazil with Argentina. From this *corpus*, we looked beyond the evidences at this linguistic materiality like Discourse analysts. We used the concepts of subject and discourse thought by PÊCHEUX (2009) and by ORLANDI (2011; 2012), among other scholars to understand how the operation of meanings constitutes itself. We need to highlight that this research had as supporting tools for the analysis, linguistic instruments that help us to expose the meanings or of meanings production processes, and those were a South Rio-Grande’s dictionary, the **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul**, and another, national, the **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. This research is divided in three parts: in the first one, we discourse about the historic formation of Rio Grande do Sul state, presenting the “gaucho” from South Rio Grande and we mobilize a theoretical support that places the urban/city and rural/countryside; in the second part, we look at the matter “Subject, Language and Discourse”, going from the formation of the subject through the eyes of Discourse Analysis, the travelled path by the bias of history and memory, followed by the multiplicity of meanings that arise in the discourse, what goes through polysemy, the saying, but saying differently, and the paraphrase, the return, by memory, at the same space of saying; yet, in this part, we entered in the movement between the silencing and the speaking (silence), ending with the “imagined and materialized: frontier”. In the last part of this research, we proceeded with the *corpus* description and the analysis, a moment where takes place the analytic movement between theoretical presuppositions and the presented data, which allowed us to install an interpretive gesture, which aims at observing the movement of meanings among what is discoursed by each subject, considering the conditions of production and the imaginary about the gaucho. Starting from the developed study, we understand that the subject of our research discourses and discourses about himself taken by the imaginary of the gaucho that is tied to the countryside activities: the work with the cattle, from horse rides to horse taming,

among many others, recognizing that the true gaucho is the one who cultivates his own traditions, which are not the same shared by CTG (Gaucho Traditions Center), but those that their ancestors taught them. We can still observe in the discourses of the interviewed, that the position subject and the conditions of discourse productions move different meanings of those presented by the dictionaries, allowing therewith new gestures of interpretation.

Key-words: Gaucho; Subject; Language; Discourse

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do “gaucho rio-platense”, tipicamente trajado	33
Figura 2 – Imagem do “gaúcho sul-rio-grandense”	34
Figura 3 – Visão da entrada, pela cidade de São Borja (Brasil) à ponte Internacional	82
Figura 4 – Ponte Internacional sobre o rio Uruguai, que integra Brasil e Argentina.....	82
Figura 5 – Visão do rio Uruguai sobre a Ponte Internacional Brasil/Argentina, São Borja/Santo Tomé	83
Figura 6 – Mapa da fronteira geográfica entre Brasil e Argentina, incluindo São Borja e Santo Tomé	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gaúcho.....	125
------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RS	Rio Grande do Sul
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
SD	Sequência Discursiva
P	Pesquisador
S	Sujeito
A	Primeiro entrevistado
B	Segundo entrevistado
C	Terceiro entrevistado
D	Quarto entrevistado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I	13
1. PERCORRENDO AS TRILHAS DA HISTÓRIA: O RESGATE	23
1.1 RIO GRANDE DO SUL	23
1.2 MAS QUE BARBARIDADE! QUE GAÚCHO É ESSE?	26
1.3 MOBILIZANDO ESPAÇOS	34
4. Urbano/cidade e rural/campo	34
PARTE II	23
2. SUJEITO, LÍNGUA E DISCURSO	47
2.1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA ANÁLISE DE DISCURSO.....	47
2.2 OS ATRAVESSAMENTOS NO DISCURSO: OUTRAS VOZES, OUTROS SABERES, OUTROS DIZERES.	53
2.3 ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM OLHAR A PARTIR DO DISCURSO DO GAÚCHO.....	58
2.4 A REPETIBILIDADE E A RUPTURA NO DISCURSO: PARÁFRASE E POLISSEMIA.....	67
2.5 SILÊNCIO: MOVIMENTO ENTRE O CALAR E O FALAR.....	68
2.6 UMA LÍNGUA PARA SE VIVER	73
2.6.1 Apurando mais o conceito de língua	73
2.7 ENTRE O IMAGINADO E O MATERIALIZADO: A FRONTEIRA	78
PARTE III	47
3. A CONSTRUÇÃO DO CORPUS E DO OLHAR COMO ANALISTA DE DISCURSO	87

3.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	87
3.2 DICIONÁRIOS: UMA “MARGEM” POSSÍVEL.....	88
3.3 SOBRE OS SUJEITOS E AS ENTREVISTAS	90
3.4 O DISCURSO: A HISTÓRIA E A MEMÓRIA ENTRE O APROXIMAR E O AFASTAR.....	94
4. SOBRE AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS	96
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO GAÚCHO E A RELAÇÃO COM A LIDA: A INFÂNCIA E A HISTÓRIA.....	96
4.2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GAÚCHO E A ASCENSÃO	109
4.3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GAÚCHO E A RELAÇÃO COM O CAVALO	110
4.4 O SUJEITO GAÚCHO FALANDO DE SUA CONSTITUIÇÃO	118
5. SOBRE O <i>CORPUS</i>: NOMEAR E DEFINIR	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

“Amaguei o corpo e penicando de esporas, toquei a galope largo. O cachorrinho ia ganiçando, ao lado, na sombra do cavalo, já mui comprida.” (LOPES NETO, 1998)¹.

Falar da trajetória percorrida entre o imaginar e o formalizar a escrita deste trabalho, entre o que queremos e o que pode ser feito, é muito subjetivo, difícil. Pensar no que mais me instiga – o discurso e o gaúcho –, certamente me coloca em um espaço de incerteza, de desconforto e de constantes deslizos, porque a todo momento, mesmo que inconsciente, permito que minhas palavras ecoem em um discurso pautado em minhas origens, de sujeito que se considera, que se reconhece como gaúcho. Por mais que esse “dar-se conta” de quem sou seja da ordem do mais ou menos consciente, pois como sujeitos acreditamos que somos a origem do nosso dizer, busco respostas para minhas questões acerca da língua que se fala no espaço rural, olhando para a fronteira do Brasil com Argentina, por sujeitos “gaúchos”, que ocupam um lugar que é o mesmo do qual eu venho. Nesse sentido, busco reconhecer a partir da voz dos sujeitos, que se dá em instantes e que permite a cada um falar de si mesmo repercutindo o que fomos, o que somos e o que queremos ser. Por essas razões, a voz é signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição, na formulação e na circulação dos sentidos na sociedade. Uma voz que se articula no discurso do gaúcho – e não sobre ele – e que se manifesta por meio de palavras e expressões, que poderão estar registradas em diferentes dicionários, os quais nos auxiliarão em nossas análises.

Confesso que escrever não é uma tarefa fácil, especialmente porque nossas palavras se articulam com nossa trajetória pessoal. Ter nascido no estado do Rio Grande do Sul e ter vivenciado a realidade do meio rural dificultam em muitos momentos a minha escrita, permitindo que meu olhar de pesquisadora, em alguns momentos, se confunda com a de sujeito gaúcho. Porém, é do lugar de pesquisadora que busco entender as representações comuns sobre o gaúcho, que está num lugar social, sempre olhando para um sujeito que está além, não empírico, mas que ocupa um lugar no espaço rural. Mais difícil ainda, nesta posição de

¹ Trecho retirado do conto *Trezentas onças*, de João Simões Lopes Neto, 1976.

analista de discurso, é arriscar-se a pensar em um título que possa representar toda a minha escrita. Quando trago o seguinte dizer: “É só escutar pra ver que sou do sul” metáforizo um trecho de uma canção gauchesca intitulada **Eu sou do sul**, de autoria do compositor Elton Saldanha e que tem como escrita original “É só olhar pra ver que eu sou do sul”. Penso que ao trazer para esta tese um trecho de uma canção, que na voz de um artista regional, – que ocupa um outro lugar, o de autor, cantor e acredita representar, a partir de suas obras, o homem do sul – estamos tentando resgatar dizeres que já estão postos, mas que, poderão, talvez ilusoriamente, permitir ao nosso leitor o melhor entendimento de nossa pesquisa. São outros dizeres e também outros sentidos que a língua produz. Ao trabalhar com o título **É só escutar pra ver que eu sou do sul: o movimento de sentidos no discurso do gaúcho rural** busco condensar a mescla de dizeres que serão analisados a partir de uma teoria que envolve o sujeito, o discurso e a história, e que não considera a polarização entre a língua e fala, reconhecendo o seu objeto de análise o discurso. É a retomada do que já está dito, não do mesmo lugar, mas pela voz de um sujeito que assume a posição de gaúcho cantor, nativista e que mesmo não estando na “lida” do campo, expressão recorrente nas entrevistas, se arrisca a falar sobre ela, produzindo novos sentidos.

Nossa pesquisa vislumbra o discurso, constituído a partir de entrevistas semiestruturadas, em que os sujeitos falam de si a partir do lugar de gaúcho, reconhecendo-se como tal. Entendemos que ao mesmo tempo em que ele é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve em/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. É o espaço do empírico. Na passagem para o espaço teórico, – no nosso caso, para o espaço discursivo o lugar social que o sujeito ocupa, numa determinada formação social e ideológica, afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. Assim, na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito/gaúcho inscreve-se num determinado lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações *de verdade* e de memória. Essa é uma trajetória que nos leva a pensar sobre a produção de diferentes sentidos, os quais podem ser evidenciados na voz dos entrevistados e logo representados nos instrumentos linguísticos que nos auxiliam para o melhor entendimento desses processos. Trago para minha pesquisa essas questões baseada em “escolhas”, determinadas pela

história e pela ideologia, compreendendo que são essas “escolhas” que nos levam a outro lugar, o de partida, momento em que damos os primeiros passos em direção ao que acreditamos ser o melhor caminho a seguir. Nessas condições, partilho da citação de Verli Petri, ocupando-me da metáfora sobre o pêndulo e dos dispositivos de análise na Análise de Discurso para exemplificar o *pontapé inicial* que me trouxe ao “lugar” em que me encontro hoje, “o plano de oscilação do pêndulo é determinado pelas condições iniciais, isto é, pela maneira que foi dado o primeiro ‘empurrão’, muito embora isso não garanta o ponto de chegada” (PETRI, 2013, p. 42).

Como no jogo de incertezas que movimenta o pêndulo, desde seu ponto de partida, até o de chegada, conheço/reconheço a minha história. É para esse espaço de busca, reconhecimento e incompletude que me permito retroceder com base na memória, uma memória coletiva que fala antes e que me possibilita versar sobre uma trajetória, a minha trajetória, que é também a de tantos outros, numa posição sujeito de gaúcho, de gaúcho rural, de gaúcho da região da fronteira com a Argentina.

Da mesma forma que a metáfora do pêndulo nos permite pensar sobre o “ponta-pé inicial”, que é determinado pelas condições que permeiam aquele momento, volto à minha história, pelos vestígios da memória, ao ano de 1999. Naquela época, ainda acadêmica do curso de Letras na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, campus Santiago-RS, me deparei com uma jovem professora de Literatura, recém-advinda de um Mestrado em Estudos Linguísticos, hoje minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Verli Petri da Silveira. Lembro-me perfeitamente da posição assumida pela precoce educadora: coordenadora do curso, num momento em que as licenciaturas estavam no auge de sua produção e crescimento, porém necessitando de novos olhares voltados especialmente à pesquisa. Nessa perspectiva, fui convidada a participar, como aluna de iniciação científica, dos primeiros projetos acadêmicos de minha vida: esse, o ponto de partida, o qual fora fundamental para me direcionar à posição em que me encontro hoje: de doutoranda e professora do Instituto Federal Farroupilha.

No oscilante movimento entre o saber e o não saber da pesquisa, pois a todo o momento nos iludimos com a possibilidade da certeza e da objetividade de nossas questões e de prováveis resultados, vivo a contradição entre o estar convicta de que

estamos trabalhando sobre uma materialidade discursiva única, com sentidos bem controlados, e o próprio da Análise de Discurso, que é o trabalho de desmitificar, no decorrer de nossas leituras, certas interpretações, certas ilusões, entre elas, a de que somos a origem de nosso dizer. É isso que nos toma e nos move. Nesse mesmo sentido, a teoria criada por Michel Pêcheux nos conduz a refletir sobre uma metodologia de análise diferenciada, quando pensada em relação às demais ciências da linguagem, colocando-nos em uma posição de desconforto, pois trabalhamos com o vai e vem que movimenta teoria e análise.

Olhar o sujeito gaúcho de fora para dentro, a partir de um gesto de interpretação, é um processo extremamente difícil, diante do lugar em que acredito me encontrar: cidadã sul-rio-grandense. Ao mesmo tempo em que me iludo com a tentativa de reconhecer quem sou, questiono-me: que lugar é esse em que me encontro, no qual me inscrevo? É de sujeito gaúcho, analista de discurso, professora universitária de línguas, aluna, orientanda, mãe, esposa? Acredito que não exista um ponto que possa identificar esse lugar/esses muitos lugares, que está/estão na ordem do simbólico, espaço em que os atos, constituídos aleatoriamente, são capturados um pelo/um no outro, em suas movências, (in)completudes, em suas porosas fronteiras; mas encontro-o na possibilidade com que consegue ser dito: um “*entre-lugar*” (SCHERER, 2008), lugar de desconforto.

Como já explicitado anteriormente, esta tese tem uma trajetória que envolve “memória” e acontecimentos que marcam um passado de desencontros, de opacidade, de resistência, de incompletudes e de realizações, momentos em que não me dou conta da ilusão da objetividade que permeia o mundo acadêmico e me deixo levar à margem de minhas incertezas. Explico-me. Após o término da graduação, no ano de 2001, passo a integrar um grupo de especialização na área de atuação docente: língua espanhola. Realizada com a escolha feita, produzo uma monografia intitulada “A aprendizagem da língua espanhola através do lúdico”. Esse foi o passo definitivo para que eu buscasse algo que me proporcionasse um engajamento mais sólido na pesquisa. Foi assim que, no ano de 2004, ingressei no Mestrado em Linguística Aplicada na UCPel (Universidade Católica de Pelotas). A partir de então, passei a integrar um espaço constituído pela pesquisa e, por esse caminho, dediquei-me a olhar a língua oficial de vinte e um países, uma língua que não é essa minha. Tal fato foi o que me colocou, mesmo sendo professora de

espanhol, num lugar de *desconforto/inquietações* por desconhecer o que o “outro”, aquele que está além da fronteira geográfica, linguística, social, política, econômica e cultural pode me oferecer. No entanto, o Mestrado não trouxe respostas às questões que norteavam o momento acadêmico, profissional e pessoal em que me situava. Após um período de “desencontros”, ainda no Mestrado, tive que abrir mão dos estudos que vinha realizando sobre a língua do gaúcho de fronteira, já com dados coletados em sala de aula. Dessa forma, no ano de 2006, concluí meu Mestrado, reencontrando minha professora e orientadora de graduação, quando presenteada com sua presença na banca de defesa. A partir de então, sempre em contato, em 2009, após um eficiente e irrecusável convite da professora Verli, decidi retornar aos estudos de pós-graduação, como aluna especial, sendo, mais uma vez, por ela incentivada, orientada e apoiada. Novamente, direcionou-me ao caminho da pesquisa, apresentando-me e integrando-me à linha de pesquisa *Língua, Sujeito e História*, lugar onde encontrei uma disciplina de interpretação denominada Análise de Discurso, constituída por teorias da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico.

Confesso a minha dificuldade em entender a organização de uma disciplina criada por Michel Pêcheux, na França, e, mais tarde, difundida por Eni Orlandi, no Brasil. A compreensão de seus pressupostos teóricos foi uma luta contra/diante de minha resistência, embasada em concepções construídas durante anos de positivismo escolar. Como aceitar um sujeito que não é um indivíduo concreto, nem lógico-racional, mas aquele interpelado pela ideologia, submetido à língua e significando pelo simbólico na história? Sim, desdobrei-me, convencida por conceitos como o cunhado por Althusser quando ele afirma, por exemplo, que “o homem sempre tem vivido sobre relações sociais ideológicas” e que os “indivíduos são desde sempre sujeitos, quer dizer, sujeitos-já-sujeitados por uma ideologia” (ALTHUSSER, 1988, p. 65). Esse pensador francês, referência de Michel Pêcheux, define a ideologia enquanto uma prática, na qual, por meio das interpelações, se constituem os sujeitos em uma relação imaginária com suas condições (reais) de existência. Os sujeitos, frente à ideologia, estabelecem uma relação imaginária com o mundo real, com suas condições reais de existência, com o social. Sendo assim, precisei compreender que não existe sujeito sem ideologia, nem ideologia sem sujeito, pois suas crenças e ideais serão refletidos em suas atitudes, ações, em suas práticas sociais.

“Assujeitar-se” é posição extremamente difícil de compreender e aceitar para quem apenas estava engatinhando nas leituras sobre a Análise de Discurso. Mais uma vez resisti e, conseqüentemente, desisti de encarar uma nova etapa de minha vida, a seleção de doutorado. Lembro-me o quão frustrante foi afastar-me do curso de Pós-graduação em Letras da UFSM, num momento que exigia de mim, na época, como professora universitária, na URI-campus Santiago, uma posição mais direcionada à pesquisa e à extensão e, para tal, era preciso vislumbrar novas leituras, por diferentes caminhos. Mesmo assim, decidi que precisava de um tempo para conhecer e me identificar com o que vinha propondo a teoria criada por Michel Pêcheux. Hoje sei que esse foi um tempo de “maturação” muito necessário. E assim aconteceu. Retomei o contato com a professora Verli no ano de 2011 e, mesmo com leituras muito superficiais sobre a AD, decidi tentar a seleção. A aprovação foi o primeiro passo; como doutoranda, para compreender o que é, de fato, assujeitar-se à língua, ao discurso e à história foi, pessoalmente, um processo de construção/desconstrução/reconstrução permanente.

Foi também a partir de “escolhas”, no movimento entre resistência e aceitação que nos propusemos a olhar o sujeito gaúcho, não da mesma forma que o fizemos no ano de 1999, como indivíduo, mas pela da Análise de Discurso, como sujeito que toma, pela palavra, um lugar, assujeitando-se, produzindo, a todo o momento, sentidos, tanto quando fala, quanto quando cala. Ao adotar essa perspectiva de análise, nos propomos a ver a imagem do sujeito gaúcho a partir do lugar social que ocupa, no meio rural, num espaço de fronteira entre Brasil (Rio Grande do Sul) e Argentina (Santo Tomé). Um sujeito que é chamado a falar de si, discursivizando sobre sua história pelo viés da memória. Dedicamo-nos a olhar também para a questão da formação social, visando a mostrar como os lugares aí são construídos, de forma empírica, através de sentidos que já estão cristalizados e instituídos como verdades.

Hoje ocupamos um lugar diferenciado, um lugar que nos permite olhar o sujeito gaúcho, a partir da compreensão de que todo discurso é permeado de incompletude, opacidade, pautado por um inconsciente, tomado pelo ideológico que se afirma em ou desliza para diferentes lugares discursivos, fazendo com que, por meio de ditos e de não ditos ou de falhas, surjam novos e distintos sentidos.

Assim, buscamos observar e registrar, pela constituição e análise de nosso

corpus, das entrevistas semiestruturadas, palavras e expressões do discurso de diferentes homens gaúchos de área rural da região da fronteira do Brasil com Argentina, lançando nosso olhar de analistas de discurso para além das evidências da materialidade linguística em questão. Como já dito anteriormente, temos como ferramenta de apoio para nossas análises os dicionários que nos auxiliam na explicitação de sentidos ou de processos de produção de sentidos. Quando pensamos nesse instrumento linguístico, vemo-lo como um objeto histórico, constituído em materialidade discursiva, uma materialidade que permite vislumbrar “a língua no mundo com as maneiras de significar e não com a língua enquanto sistema fechado” (PETRI, 2010, p. 10), ou seja, não só como um espaço imaginário de certitude, mas como um referente linguístico que tem “sua historicidade: ele se reproduz, se transforma, se renova e se atualiza” (NUNES, 2006, p. 11). Vamos olhar o dicionário a partir de seus verbetes, palavras e expressões, considerando, sempre, que esse instrumento é um conjunto de práticas discursivas exercidas em determinadas conjunturas, com uma história, uma memória e sentidos que se reconstróem e se deslocam.

Nossa pesquisa de campo constitui-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, com a temática da vida profissional de cada um, explorando fatos da vida e das atividades no campo, pelo gaúcho. São as questões que envolvem “o discurso que analisamos como algo que é de impossível demarcação de uma origem primeira e que nunca tem fim, já que sempre há o que compreender dele” (PETRI, 2013, p. 44), para as quais nos dedicamos, seja conhecendo/reconhecendo, seja resgatando, através de nossas análises, a história daquele que nos relata as suas vivências para a constituição de uma memória. É na busca dessa compreensão que lançamos um olhar aos dizeres do gaúcho sul-rio-grandense, buscando analisar o movimento de sentidos presentes no “ir e vir”, que se instaura no discurso desses sujeitos. Dessa forma, dedicamo-nos a procurar respostas para as questões que instigaram as nossas “escolhas”, compreendendo que as respostas são sempre parciais, que elas sempre serão questionáveis e reversíveis. Para isso, consideramos que o sujeito, ao falar de si, marca, de alguma forma, seu lugar de saber/poder no jogo das relações sociais; ou seja, que o sujeito, ao falar, sempre se significa.

Na ilusória possibilidade de apreendermos uma nuance da história dos sujeitos dessa pesquisa, percorremos trajetos opacos, imprevisíveis, tortuosos, e, ao mesmo tempo, misteriosos, marcando assim uma não linearidade e certa imprevisibilidade. Aceitamos o convite para que fossem percorridos, vistos, lidos, porque estavam lá, à espera de serem observados, naquele universo em que, a qualquer momento, poderia/pode surgir o/um novo. A nossa questão de pesquisa é buscar entender se os sentidos produzidos nas/pelas palavras e expressões do sujeito gaúcho, situado num espaço para além da urbanidade, homem regionalista no campo, que exposto está à língua fluida, podem estar relacionados – e como podem estar relacionados – com os saberes dos dicionários, espaço da língua imaginária.

Com esses pressupostos, incursionamos por um caminho estruturado em três partes. A primeira delas, intitulada *Percorrendo as trilhas da história: o resgate*, tratamos de olhar para a constituição do estado do Rio Grande do Sul, momento em que buscamos recuperar a história de formação dessa região, percorrendo um trajeto que se inicia no século XVI até a contemporaneidade. Ainda na primeira parte, *Mas que barbaridade! Que gaúcho é esse?*, dedicamo-nos à constituição do sujeito gaúcho, estabelecendo pontos de ancoragem para a nossa análise pretensamente final e ainda falaremos do lugar em que esse sujeito se encontra em nossa pesquisa. Na segunda parte, intitulada *Sujeito, Língua e Discurso*, tratamos de especificar as questões teóricas e suas relações com nosso objeto de análise, pensando no sujeito gaúcho, proposta sedimentada no constante ir e vir, movimento entre o corpus e o dispositivo teórico-analítico. Ainda na parte II, incursionaremos pelo movimento entre história e memória, paráfrase e polissemia e silêncio. Por fim, lançamos uma reflexão, a partir da noção de língua apresentada por Pêcheux, o funcionamento desta, no discurso pelo linguístico. Também olhamos para a região de fronteira e a língua no dicionário, instrumento linguístico que nos auxilia no processo analítico. Dessa forma, direcionamos nosso interesse no movimento de sentidos presentes no dicionário como instrumento linguístico que institucionaliza a língua, pelo viés da memória e da história, sob determinadas condições de produção. Na última parte, intitulada *A construção do corpus e de nosso olhar como analista de discurso*, tratamos de articular os dados que nos foram apresentados pelos participantes da pesquisa com os verbetes dos dicionários em análise. A partir de então, entendemos que os sentidos apresentados nos instrumentos linguísticos

nem sempre dão conta dos sentidos movimentados no discurso do gaúcho. Trata-se de dizeres que se constroem sobre determinadas condições de produção e que reiteram outros discursos marcados por aspectos tradicionais e culturais que constituem o gaúcho, em todas as gerações. Destacamos que, no decorrer do texto aparecerão excertos das entrevistas que contribuirão para o entendimento teórico e que os sujeitos serão tratados como A, B, C, D.

PARTE I

1. PERCORRENDO AS TRILHAS DA HISTÓRIA: O RESGATE

1.1 RIO GRANDE DO SUL

Para tratarmos da formação histórica do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e, posteriormente, do surgimento do sujeito gaúcho de fronteira, especialmente aquele no campo, vislumbramos os discursos que se encontram na oralidade e na escrita, que também são historicamente produzidos.

A formação histórica do Estado do Rio Grande do Sul (RS) constitui-se a partir um período de conflitos armados internos e externos, que buscavam consolidar a posse dessas terras entre Portugal e Espanha, países que lutavam incansavelmente pela delimitação de espaços geográficos na América do Sul. O estado Rio Grande do Sul, inicialmente denominado “Rio Grande de São Pedro”, foi descoberto no início do século XVI. Até esse momento, a região era reconhecida como “terra de ninguém”, um espaço geográfico de difícil acesso, fato que impossibilitou, por um longo período, a chegada da Coroa portuguesa e espanhola, nações que buscavam novos domínios territoriais em uma política expansionista. Segundo Lessa (1985, p. 13), “O Rio Grande do Sul, continuou por muito tempo sendo a solidão entregue aos ventos e a alguns índios”, habitantes nativos que se concentravam por diversos pontos do Estado e se identificavam por suas características particulares. Mesmo após a sua descoberta, o RS continuou inexplorado por mais de um século, pois não se enquadrava nos interesses da exploração colonial que detinha, naquele momento, olhares para outras riquezas, como minério e açúcar, existentes em outros estados do país. Somente no decorrer do século XVII, o estado do RS passou a despertar o interesse dos colonizadores espanhóis, portugueses, holandeses e também de lideranças que se formavam em outras regiões, como o estado de São Paulo. Foi em busca de mão de obra escrava indígena que os paulistas se lançaram rumo às “reduções” (antigos aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos jesuítas, como o objetivo de civilizar e evangelizar os nativos – índios), estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus na região do Paraguai. Muitos ataques sobre essas reduções aconteceram, obrigando os padres a buscarem refúgio em outras terras, “penetrando em território sul-rio-grandense e estabelecendo novas reduções na chamada zona de ‘Tape’”

(PESAVENTO, 1997, p. 8). Jesuítas portugueses e espanhóis passaram pelo estado do RS; porém, somente os últimos deixaram marcas duradouras, ocupando um extenso território entre as cidades de Ijuí e Rio Pardo, fundando reduções que sedimentaram seu trabalho na agricultura, formando estâncias para a criação de gado que vinham da província argentina de Corrientes. Entretanto, as Missões do Tape e do rio Uruguai tiveram curta duração. Os bandeirantes começaram procurar índios mais ao sul e acabaram por localizar essas missões, atacando-as e aprisionando seus índios, o que as levou à destruição. Em 1641, os jesuítas, por sua vez, abandonaram as reduções e partiram para outras regiões do Uruguai, levando consigo índios, porém abdicando do gado, fato que resultou o surgimento de centenas de animais que se reproduziram e foram se espalhando sem campo, nem proprietários. Segundo Pesavento (1997, p. 09), “estes rebanhos abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como ‘Vacaria del Mar’”. A partir disso, surge uma intensa atividade predatória do gado, que era sacrificado e dele apenas extraíam o couro, com intuito comercial na Europa, visto que, naquela época, apenas era consumida a melhor carne, o restante era deixado no campo. Diferentes grupos sociais se interessaram por essa “preia de gado alçado” (PESAVENTO, 1997, p. 11), fato que despertou olhares para o extremo sul do Brasil, permitindo que o RS se tornasse conhecido por sua riqueza pecuária. Além de portugueses, índios enviados pelos padres também surgiram, indivíduos que, segundo Pesavento (1997, p. 11), eram “sem rei, sem fé, sem lei” e vaqueavam com o intuito de vender o couro àqueles que melhor oferta fizessem.

Destacamos que, no período em questão, o interesse dos portugueses pela riqueza ganadeira fez com que eles descessem ao RS para aprisionar e levar o gado para o estado de Minas Gerais, com o intuito de alimentar os escravos negros que trabalhavam nas minas de ouro. Trava-se, então, os primeiros caminhos dos tropeiros, sendo que, por tropeiro, deve-se entender, segundo Pesavento (1997, p. 14), “necessariamente um chefe do bando armado”. Num período de integração do território sul-rio-grandense ao território do império português, o chamado “caminho das tropas”, pelo litoral do RS, uniu o estado gaúcho à São Paulo e Minas Gerais. Em 1682, os padres jesuítas começaram a retornar ao RS para formar os sete

Povos², redutos habitados por índios, que viviam em regime comunitário, sob orientação dos padres e tinham como atividade comercial a extração de couro, exportada a Buenos Aires, a criação de gado, que havia sido recolhido dos campos, e a produção de erva-mate. Segundo Pesavento (1997, p. 12), “os Sete Povos tornaram-se grandes centros econômicos que, além da erva-mate e criação de gado, realizavam trabalhos de fiação, tecelagem, metalúrgica, ofícios vários e trabalhos artísticos”. Os negros chegaram ao RS, com mais incidência, em 1780, quando foi montada a primeira “charqueada”³. Os alemães, por sua vez, ingressaram nessa região em 1824, quando o Brasil já era uma monarquia, pois já havia declarado a independência. A vinda da comunidade germânica esteve a cargo do interesse do império para um “embranquecimento” da população que estava se formando negra e mulata. Já os italianos chegam ao estado gaúcho depois da guerra do Paraguai, em 1875, e os açorianos, por volta de 1740. Quanto à comunidade açoriana, foram-lhes designadas terras na região das Missões; porém, quando lá chegaram, estava acontecendo a Guerra Guaranítica, que era uma luta armada do exército português e espanhol contra os índios guaranis, que não aceitavam abandonar suas terras e partir para o território argentino. Por esse fato, muitos casais açorianos permaneceram ocupando terras na região de Guaíba e seus afluentes.

A Guerra dos Farrapos⁴ é um dos grandes marcos da historiografia gaúcha, um conflito armado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul que durou de 20 de setembro de 1835, com a tomada de Porto Alegre, a 1º de março de 1845, com a assinatura do Tratado de Poncho. Tal acontecimento é comemorado no estado sul-rio-grandense, no dia 20 de setembro, como feriado regional, movimentando grande parte da população a participar de encontros nativistas e, durante uma semana, olhar detalhadamente, em todos os espaços sociais, para a

² Sete Povos das Missões é o nome que se deu ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundados pelos padres Jesuítas espanhóis no Rio Grande do Sul, composto pelas reduções, hoje cidades de: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio.

³ Segundo Pasavento (1997, p. 17) “o charque veio transformar-se num pólo de atração muito forte, ao criar um mercado regional para o gado, conferir um novo valor para a carne e ligar-se a um mercado que independia das flutuações da economia nacional (servia de alimento a escravaria), as charqueadas”.

⁴ Revolução Farroupilha, também é chamada de Guerra dos Farrapos ou Decênio Heróico (1835 - 1845), eclodiu no Rio Grande do Sul e configurou-se, na mais longa revolta brasileira. Durou 10 anos e foi liderada pela classe dominante gaúcha, formada por fazendeiros de gado, que usou as camadas pobres da população como massa de apoio no processo de luta. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/revolucaofarroupilha/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

cultura gaúcha. Conta-nos a história que a revolução Farroupilha é um acontecimento que teve início com os grandes proprietários rurais, chamados estancieiros, os quais estavam revoltados com a cobrança de impostos altos pela produção de charque, sal e outros produtos regionais, por parte do império.

A Revolução Farroupilha ainda se concentra como um mito formador da construção do imaginário social ao qual o sujeito gaúcho permite-se reportar, a partir de um passado, que é movimentado pela memória coletiva desse sujeito. Por mais que o gaúcho tenha estado dos dois lados da trincheira, do imperialista e do farroupilha, o primeiro representado pelo uniforme do exército imperial e o segundo visualizado pelo anonimato de sujeitos recrutados aleatoriamente, e, por mais que tenha lutado por diferentes ideais, até contrários entre si, é representado a partir de uma mesma FD (Formação Discursiva)⁵, porém em posições distintas. Temos, dentro da formação imaginária desse sujeito, a projeção de um gaúcho herói, independentemente do lugar que ocupou nas batalhas. Essa é uma relação que se busca estabelecer para configurar a ideia de pertencimento ao que é ser gaúcho.

1.2 MAS QUE BARBARIDADE! QUE GAÚCHO É ESSE?

“Eu tropeava, nesse tempo. Duma feita que viajava de escoteiro, com a guaiaca empanzinada de onças de ouro, vim varar aqui neste mesmo passo, por me ficar mais perto da estância da Coronilha, onde devia pousar”⁶ (LOPES NETO).

Arrisquemo-nos a realizar movimentos por questões relativas à constituição do sujeito que embasa nossa pesquisa, trazendo, para isso, um trecho do conto *Trezentas Onças*, escrito pelo autor gaúcho João Simões Lopes Neto. Nossa escolha deve-se ao fato de que o autor, no ano de 1912, lançou um olhar para o regionalismo sul-rio-grandense, aproveitando-se do linguajar pitoresco, da construção dos personagens (modo de vestimentas e posturas) e dos conflitos existentes, para produzir um livro intitulado **Contos Gauchescos**. Nele, dezenove histórias, sob a ótica do autor, definem o gaúcho do RS. Tratamos de pensar por

⁵ De acordo com Orlandi (2009, p. 43), uma formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”.

⁶ Retirado do conto *Trezentas Onças*.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

esse viés, pois o sujeito para quem dirigimos nosso olhar está exposto à lida e aos costumes do campo e poderá apresentar características para as quais nos remetemos as descrições feitas na referida obra. Observamos o movimento entre o que nos traz, por exemplo, a literatura dos contos de João Simões Lopes Neto, sobre um gaúcho tropeiro, charqueador, valente e desafiador e o que poderemos encontrar sobre esse sujeito na contemporaneidade. Buscamos olhar para o sujeito gaúcho dotado de sentidos que oscilam entre o dito e não dito, a partir do seu discurso, que, neste trabalho, estará materializado pelas/nas entrevistas realizadas com sujeitos gaúchos no campo.

Vale lembrar que, o *corpus* dessa pesquisa nos permite transitar por outras áreas do conhecimento das quais emergem a imagem de um sujeito gaúcho sobre outros olhares e formas de constituição, são elas: História, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Geografia, Literatura e Análise de Discurso. Conforme Petri (2004, p. 16):

“A História”, que revela os elementos históricos e as condições de produção que se projetam no discurso em análise; a Antropologia, que fornece subsídios para a compreensão da constituição de toda a representação imaginária e mitológica do gaúcho; a Sociologia, que recupera os elementos essenciais que fundaram a constituição de todo um grupo social em torno da figura do gaúcho, que depois aparece representada no discurso literário, a Filosofia, que nos faz refletir sobre os elementos subjacentes à constituição do gaúcho, sobretudo, a questão ideológica; a Geografia Humana, que reconstitui os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que influenciam na constituição indenícia do gaúcho. Isso se dá em função que tanto a Literatura quanto a Análise do Discurso se relacionam com tais áreas do conhecimento: a primeira que ora busca subsídios nesses outros lugares para constituir-se e sustentar-se discursivamente e ora constitui-se como objeto de análises históricas, antropológicas, etc..., e a segunda que se constitui no “entremeio” das ciências de Formação Social, apropriando-se de noções que lhe interessam e deslocando-as para que passem a funcionar em seu quadro teórico- metodológico.

Entendemos a partir da história, das narrativas populares e da literatura que o sujeito sul-rio-grandense originou-se da miscigenação de nativos, portugueses e espanhóis, resultando como o tipo social de uma região que não se restringe apenas ao território brasileiro. Historicamente, o gaúcho está ligado aos primórdios da ocupação europeia do Sul do Brasil. Zona de fronteira, o território compreendido por essa região marca não só o ponto de encontro entre a expansão colonial das duas coroas, a espanhola e a portuguesa, mas também o ponto de conflito entre elas. Por isso, a fronteira com o Uruguai e com a Argentina também se tornou palco de lutas,

para definir os limites regionais e os pertencimentos nacionais. Embora geralmente associada ao pampa (porém indo além do pampa geográfico), essa região foi ocupada na base da grande propriedade criadora de gado. Foi nesse cenário, marcado pelo “binômio gado/guerra, que emergiu o gaúcho, a quem conferiu significado” (MACIEL, 2002, p. 240).

O gaúcho surgiu no início do século XVIII a partir de uma mescla de etnias que ocuparam o pampa do extremo sul da América, mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Os índios foram os primeiros habitantes; depois vieram os espanhóis, portugueses e negros, que aqui se estabeleceram: alguns por vontade própria, mas, a maioria, forçada pelas circunstâncias históricas que vivenciou. Mais tarde, vieram os alemães, os italianos, os poloneses e pequenos grupos de outras partes do mundo. Do cruzamento dessas diferentes origens, temperadas pelo frio, pelo minuano⁷, pelo espaço generoso e sem cerceamentos, pela lida com o cavalo e com o gado, surge um tipo humano sedento por liberdade e extremamente apegado à sua terra.

Sabemos pouco sobre a origem oficial da palavra “gaúcho”; no entanto, segundo o historiador Barbosa Lessa (1985, p. 170),

[...] o primeiro registro da palavra se deu a 1º de janeiro de 1787, quando o geógrafo e matemático português Dr. José de Saldanha escreveu mais ou menos assim em seu Diário: “De um outro lado do passo arroio Caroya encontramos taperas de ranchinhos e vestígios de coureadores e *gauches* do campo”.

Lessa (1985, p. 170) ainda salienta que, “a palavra *gauche* – de origem espanhola – era usada para designar os vagabundos ou ladrões do campo”. Da mesma forma, Reverbel (1998, p. 104) destaca como vagabundo e ladrões nos campos eram “acostumados a matar touros chimarrões, a sacar-lhes os couros, e a levá-los ocultamente às Povoações, para sua venda ou troca por outros gêneros”. Nesse contexto, temos um grupo social que não se submetia às regras determinadas pela lei da coroa portuguesa e espanhola; assim, eram conhecidos como cidadãos que se apropriavam daquilo que não lhes pertencia e, constantemente, se apresentavam no papel de fugitivos das autoridades. Eram homens sem lei, que dominavam os campos: índios evadidos das missões,

⁷ Met. RS: Vento frio e seco, comum no inverno, com duração de dois a três dias. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/minuano#ixzz2U2c1Dzmw>>. Acesso em: 21 out. 2015.

desertores dos exércitos, contrabandistas, caçadores de couros, escravos fugidos, aventureiros e malfeitores de toda a espécie. De acordo com a coletânea **História ilustrada do Rio Grande do Sul** (Zero Hora, 1998, p. 84), “eram chamados de faeneros, corombreros, changadores, índios vagos, gaudérios e, mais tarde, gaúchos”.

Durante a Revolução Farroupilha, eles perderam seu termo pejorativo e passaram a ser considerados homens dignos, bravos, patriotas e destemidos. Eles passam a ser cultuados, a partir desse momento, como indivíduos irreverentes, guerreiros, ligados às lidas do campo e do gado.

O sentido da palavra gaúcho, conforme nos mostra Oliven (1992), passou por várias modificações semânticas, sendo, portanto, um exemplo do caráter contingencial e histórico dos significados.

No período colonial o habitante do Rio Grande era chamado de gasca e depois de gaudério, este último termo possuindo um sentido pejorativo e referindo-se aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude dos coureadores e ladrões de gado. Tratava-se de vagabundos errantes e contrabandistas de gado numa região onde a fronteira era bastante móvel em função dos conflitos entre Portugal e Espanha. No final do século 18, eles são chamados de gaúchos, vocábulo que tem a mesma conotação pejorativa até meados do século 19, quando, com a organização da estância, passa a significar o peão e o guerreiro com um sentido encomiástico. O que ocorreu foi a ressemantização do termo, através da qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo sendo transformado em símbolo de identidade do Estado (OLIVEN, 1992, p. 25).

Se, por um lado, as primeiras denominações dadas ao gaúcho carregavam um apelo estritamente pejorativo, por outro lado, o vocábulo “gaucho”, empregado pelos platinos e cisplatinos, referia-se ao campeiro mestiço rio-platense, elogiável no domínio do cavalo e na lida com o gado. Na margem oriental do rio Uruguai, no Rio Grande de São Pedro, o verbete castelhano “gaucho” incorporou a sonoridade do sotaque lusitano dos habitantes da província. O “gaucho” apareceu primeiramente na região rio-platense, território argentino, e, segundo Reverbel (1998, p. 91), “começou a esboçar-se como tipo social a partir de 1536, data da primeira fundação de Buenos Aires”. A sua chegada às terras sul-rio-grandenses aconteceu bem mais tarde, por volta do século XVIII, mas por razões semelhantes às dos “gauchos” argentinos, ou seja, a questão pastoril, pecuária, com traços comuns aos dois tipos: o cavalo, o boi, o assado e o mate amargo. Reverbel (1998) destaca que:

[...] os gaúchos primitivos, tanto do Prata como do Rio Grande, demonstram que, embora haja diferenças entre eles, motivadas por peculiaridades locais, o tipo social do gaúcho, formado ao influxo da vida rural nas suas respectivas regiões nacionais, é basicamente o mesmo (REVERBEL, 1998, p. 70).

Assim, temos a imagem de um sujeito que habita o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e constitui sua história, mesmo que algumas vezes oscilando entre o vagabundo e o soldado valente nas guerras; bronco/ rude, mas gentil quando bem tratado; coreador/genuíno, mas fabuloso campeiro. Diante de tantos fatos que justificam a imagem do gaúcho, questionamo-nos sobre quem é esse sujeito, imaginado e significado na mitologia, na literatura e na história de um grupo social. Como esse sujeito se constituiu e vem se constituindo no imaginário social e que processos de produção de sentidos trabalham para a manutenção dessa imagem. Buscar uma resposta talvez nos leve a pensar em um gaúcho que significou na história, representou na literatura e movimentou sentidos quando interpelado pela memória, em um vai e vem de significações. Para tanto, é imprescindível tomarmos a história para entendermos como ela, através de mitos, de relatos, da literatura, enfim, do como o discurso do “outro” nos revela o sujeito gaúcho e como ele se significa.

Como já explicitado, muitas foram os sentidos pejorativos atribuídos ao sujeito gaúcho. Segundo o antropólogo Ruben Oliven (1992, p. 11),

[...] o gaúcho é um tipo formado pela inserção do sujeito com o meio ambiente e pela sua experiência desde muito cedo com a guerra, para ele o gaúcho é socialmente um produto do Pampa, como politicamente é um produto da guerra.

No entendimento de Lamberty (2000), o gaúcho,

[...] embora rude era extremamente gentil para com as mulheres e destemido na defesa da honra dos indefesos. As constantes carnações, o churrasco meio cru, sua familiarização à lida campeira constante, o contato com o sangue, tornava-o sempre preparado para a guerra. [...] Na descendência telúrica encontramos as razões para um ser tão rude, forte e corajoso, ligado profundamente à terra, que chamou, carinhosamente, de Torrão (LAMBERTY, 2000, p. 16).

Tomando como base o discurso de Oliven (1992) e de Lamberty (2000), reconhecemos, mais uma vez, a figura de um sujeito que, de acordo com a história, se movimenta entre a rudeza e a gentileza, a coragem e a bravura, a prontidão para a peleia, o amor ao campo, ao pago, a partir de um imaginário que resgata movimentos que se articulam na tentativa de estabelecer a imagem do que é ser e de onde vem o gaúcho. Essa definição é reforçada pelo excerto do entrevistado C, dizendo “daí saía campereá...”, “prá marcá...”, “prá domá.... que isso aí tudo era pro gaúcho”.

Por volta do século XX, presencia-se um esquecimento da imagem do “*gaúcho bandido*”, inscrito à margem da sociedade, e instaura-se a imagem do “*gaúcho herói*”. Cabe ressaltar que essa passagem não se deu instantaneamente, pois há todo um movimento de sentidos já instituídos em uma discursivização anterior sobre o sujeito que habitava o Rio Grande do Sul em séculos passados. A propósito, existem marcas das transformações ocorridas, ao longo da história, acarretando o surgimento de sentidos outros sobre a designação “gaúcho”.

Vale lembrar que, quando falamos em *esquecimento*, nos referimos ao fato de que a história do homem dos pampas e os sentidos produzidos sobre ele, não desaparecem automaticamente, sua imagem continua em algum lugar, em um já-dito, e pode emergir a qualquer momento, produzindo novos sentidos. Dessa forma, Orlandi (2012, p. 36) afirma que “o esquecimento é estruturante, ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos”. Assim, o esquecimento pode configurar-se tanto como uma força que ameaça, com seus apagamentos, a existência da história, quanto como uma força que possibilita a existência de qualquer representação humana. Em outras palavras, o esquecimento configura-se como uma brecha, ou uma fissura, cuja abertura tanto pode levar a memória a esvair-se, como possibilita a instituição de qualquer memória social e de sentidos outros.

Para a configuração de certa imagem do gaúcho, como expoente representativo do Rio Grande do Sul, contribuíram vários elementos, alguns de procedência popular, “como a indumentária típica, os hábitos e modo de falar apresentados, outros de natureza erudita, como a usual associação com a figura mítica do centauro” (ZILBERMAN, 1985, p. 41). Tanto a identidade rio-grandense como rio-platense provêm de uma construção histórica que se deu a partir de grupos constituídos localmente ao longo da história, tendo sido produto desde o convívio

dos ibéricos de Castela e Portugal, depois africanos, tropeiros, indígenas, até a vinda dos imigrantes, sobretudo, alemães e italianos. Uma identidade que busca se firmar em acontecimentos históricos que mobilizam um passado no qual o sujeito gaúcho é tomado por distintas imagens, o pampeano⁸ – o homem da lida e dos pampas, um gentílico –, habitante do sul do Brasil, e uma tradição – um conjunto de bens simbólicos de bens culturais que formam essa identidade.

No entanto, como já dito, é a partir do século XX que acontece um processo de ressignificação, em que todos os habitantes do extremo sul do Brasil passaram a se denominar “gaúcho”, rompendo com os pejorativos que colocavam esses sujeitos em lugares diferentes, consideradas a influência do meio e a formação do caráter do indivíduo. Ou seja, segundo Albeche (1996, p. 41), “em relação ao gaúcho, caracteriza-o como grupo social marginalizado pela sociedade e não como raça”. Na verdade, não houve um desaparecimento desse grupo, mas um processo de modificação no seu modo de vida, a grande maioria passou a exercer a função de “peão” nas estâncias e, quem não se agregou a esse caminho, ficou à margem da sociedade. Entendemos que a designação gaúcho ganha outro funcionamento no interior da FD gaúcha, bem como no discurso produzido sobre o gaúcho.

Ao ver de Petri (2004, p. 129):

É a partir dessa re-significação que chamamos de “exterior ao grupo de gaúchos” marginalizados, que o habitante do Rio Grande do Sul passa a ser designado gaúcho, sobretudo no tocante ao homem urbano, pois os habitantes do campo ainda guardam reservas quanto a massificação da utilização da designação gaúcho para por em condição de igualdade todos os habitantes do Rio Grande do Sul.

São relações entre sujeitos que se movimentam por dois espaços com características distintas, o urbano e o rural. O gaúcho que está no campo, a partir do que vimos nas entrevistas, nem sempre se reconhece como tal. Para melhor exemplificarmos esse apontamento, resgatamos, no dizer de nossos entrevistados, a seguinte colocação: “os gaúcho mesmo, os gaúcho mesmo, tá até praticamente, tá terminado” (excerto, sujeito C). Entendemos que, ao salientar o “fim do gaúcho”, o entrevistado movimenta sentidos que a memória não permite apagar e impossibilita, segundo Petri (2004, p. 130), “a identificação plena do homem do campo com a

⁸ Adj. Relativo ao pampa, pertencente ao pampa. O mesmo que pampiano (NUNES, 1984, p. 346).

designação gaúcho”, pois para que tal processo aconteça é necessária a tomada de posição do sujeito frente à FD em que se inscreve. Sendo assim, temos na cidade um gaúcho com hábitos urbanos, muitos com pouco ou nenhum conhecimento do funcionamento das atividades daquele que está no campo, mas que também carrega a designação “gaúcho”. No rural, deparamo-nos com um sujeito arraigado ao campo e aos costumes e tradições que lhe foram transmitidos por antepassados, a partir de uma memória coletiva, porém, influenciado pelo que o urbano pode proporcionar. Por esse viés, o sujeito que está no campo discursiviza sobre um gaúcho que ele acredita já não ser mais “puro”, constituindo o imaginário sobre um sujeito desmembrado pela influência daquele que está na cidade. Isso faz com que o entrevistado, em certos momentos, passe a se questionar sobre a existência do gaúcho, aquele sobre o qual a história lhe conta e a que a memória frequentemente retorna.

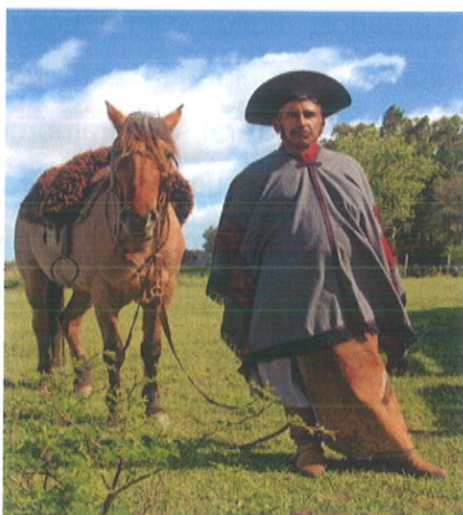
Na tentativa de reconhecermos a imagem constituída e materializada do gaúcho sul-rio-grandense e do “gaucho” platino, dispomos, na sequência, de imagens que ilustram esses dois sujeitos.

Figura 1: Imagem do “gaucho rio-platense”, tipicamente trajado



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e8/Verdadero_gaucho_arge>. Acesso em: 15 maio 2016.

Figura 2: Imagem do “gaúcho sul-rio-grandense”



Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/bombeador/2307406721>>. Acesso em: 15 maio 2016.

1.3 MOBILIZANDO ESPAÇOS

4. Urbano/cidade e rural/campo

Refletir sobre o gaúcho que está no campo/ rural, tomado por uma FD que é constituída a partir da memória e da história desse sujeito, é instigante, pelo pensar como se efetiva a naturalização dos sentidos e, conjuntamente, pelo compreender os processos que consideram a não transparência da linguagem. Existe um resgate dos fatos passados para firmar a imagem que diferencia o “nós” (gaúcho) do “outro” (os demais); no entanto, às vezes, essa imagem é mobilizada para gerar a noção de pertencimento e a diferenciação do “nós” em relação ao “outro”.

É sobre o gaúcho que se identifica como *pampiano* que vamos falar, aquele que está no campo e, mesmo usufruindo das facilidades urbanas, não se interessa tanto por elas. São muitos os autores⁹, textos e diferentes áreas do conhecimento que tratam sobre a cidade e o campo – o urbano e o rural –, mas é no jogo de sentidos que se opõem, se constroem e se reconstroem que surgem as definições

⁹Tralhas e troços: *o flagrante urbano*; Eni P. Orlandi; Mariani; *O rural no espaço público urbano*, Maria Onice Payer; *Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea*, Suely Rolnik.

desses diferentes espaços de enunciação. Vale ressaltar que campo/rural, cidade/urbano são nomenclaturas diferentes e possuem especificidades conceituais que distinguem um termo do outro. O campo e a cidade são espaços da produção que se materializam através do trabalho. Identificamos, no campo, a produção agrícola e pecuária, assim como, na cidade, a indústria, o comércio e os serviços. Na cidade, a caminhada do gaúcho também está atrelada à escola e ao conhecimento que ela oportuniza espaço que concentra a possibilidade de aprendizados que visam a levar o sujeito ao crescimento social, cultural, fatores que podem oportunizar melhores condições profissionais e econômicas àqueles que estão expostos às condições do urbano. No campo, o gaúcho está envolto pelo desempenho de habilidades em atividades que indicam a reprodução de afazeres, continuamente resgatados de outras gerações. No campo, a escola não funciona da mesma forma que na cidade, pois, naquele espaço, o gaúcho busca o reconhecimento como bom sujeito, seja na posição de peão – hábil e nas lidas com o gado, exímio domador, campeiro, tropeador –, seja na posição estancieiro/capataz – chefiando, comandando e, em cima de um cavalo, organizando a peonada e os afazeres das estâncias.

Nos discursos que circulam socialmente, ainda temos uma imagem marcada pela tensão entre campo e cidade. No entanto, os conceitos já estão sendo repensados e reestruturados, uma vez que a materialidade de fenômenos urbanos está cada vez mais presente na vida no meio rural, permitindo, dessa forma, que se projetem outras denominações para esse lugar discursivo. O rural e urbano são termos mais operacionais para falar de campo e de cidade. Orlandi em seu livro **Para uma enciclopédia da cidade** apresenta um verbete, em que define cidade, a saber:

[...] palavra usada para designar um “conjunto urbano” *tendo uma certa unidade* (administrativa, histórica, morfológica, identitária), sem que se saiba muito bem o que isso significa.

[...] *complexo* demográfico, social e econômico formado por uma *concentração* populacional não agrícola [...] (ORLANDI, 2003, p. 32, grifos da autora).

Entendemos a cidade como centralidade, como um núcleo que exerce influência sobre o entorno. Já para urbano, Orlandi (2001, p. 32) destaca que “é mais neutro: é tudo o que não é rural, qualquer que seja sua forma”; é mais amplo

também, ultrapassa os limites da cidade, mas não chega ao rural. Urbano e rural instauram a oposição, ou seja, o que um é o outro não é. Mesmo que existam marcas de um no outro, eles ainda retêm características próprias, movimentando sentidos e dizeres daquele lugar. Logo, cidade e urbano são conceitos distintos, assim como campo e rural também o são. O rural é maior que o campo e, por conseguinte, o urbano é maior que a cidade.

Quando focalizamos os discursos sobre a formação dos espaços rurais e urbanos, notamos que eles são atravessados por materialidades simbólicas, pois os saberes produzidos por esses espaços inauguram e consolidam um discurso oficial e, ao mesmo tempo, mítico sobre a unidade imaginária do território. Tanto o rural como o urbano configuram lugares no imaginário social que produzem um meio talhado pelo trabalho da memória, um espaço em que habitam sujeitos históricos, que se identificam e produzem sentidos, construindo (e construídos por) práticas sociais.

Diante disso, ao olharmos para a cidade, pensando os sentidos desse lugar, traçamos um perfil que movimenta falas desorganizadas, as quais, “significam lugares onde sentidos faltam” (PAYER, 2001, p. 166). É pelo viés da linguagem que é possível compreender o funcionamento do lugar de onde se fala urbano ou rural, pois valemo-nos de que o discurso social é heterogêneo, marcado por discursos que se cruzam em um espaço simbólico, capaz de significar a todo o momento.

Vale lembrar que o sujeito da AD produz sentidos porque é constituído pela língua e pela história. Dessa forma, ele é exposto às formações discursivas e formações ideológicas que determinam seu discurso. São múltiplas as posições que o sujeito gaúcho, do qual estamos tratando nesta tese, assume no decorrer do discurso, pois falamos especificamente do homem no campo, daquele que se encontra no rural, que pouco frequentou o ambiente escolar, mas que expressa domínio e conhecimento de suas atividades no âmbito do trabalho e da cultura que lhe é própria. Referimo-nos ao sujeito que toma a posição do interior de uma FD, produzindo o seu discurso, atravessado por outros discursos, dando sentido ao que lhe é conhecido, àquilo que lhe é evidenciado no cotidiano do campo, ao que lhe é apresentado pelo viés da memória, a partir das histórias narradas por seus antepassados e pelas práticas sociais que são transmitidas de pai para filho. No que tange à tradição oral, enfatizamos os relatos articulados pelos avós, pais, vizinhos,

que viveram naquele mesmo espaço, em outro momento histórico, que também lidavam com o gado, andavam a cavalo e continuaram ligados ao circunscrito a seu domínio, perpassando às gerações que surgiam a tradição e a posição que assumiam de seus antepassados.

Tais sujeitos trazem na memória familiar e coletiva sentidos que transitam por múltiplos discursos, desde aquele que provém do avô, passando ao neto, bisneto, tataraneto e, assim, sucessivamente. Esses discursos não são sempre os mesmos; eles estão, outrossim, sempre expostos aos efeitos da paráfrase e da polissemia, ou seja, são dizeres que se mantêm pela história e memória dos sujeitos, mas que podem emergir, a qualquer momento, nos (des)limites do mesmo, rompendo com o aparentemente estável e produzindo novos sentidos.

É a partir da metáfora da “rede”, tão bem articulada por Ferreira (2003), que pensamos no discurso do sujeito gaúcho. Para entendê-la, portanto, faz-se necessário, de acordo com a autora, que:

[...] pensemos em uma rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos por onde a falta, a falha se deixa escoar. Se não houvesse furos estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem (FERREIRA, 2003, p. 19).

Essas colocações dão brechas para que pensemos em outra rede, “a do discurso”, uma rede que, assim como a de pesca, é composta por fios, nós e furos. Os fios do discurso se encontram e se sustentam nos nós, articulam-se em paradas, em silêncios, produzindo, dessa forma, sentidos.

Os furos, por sua vez, representam a falta, a falha, o escoamento, movimentos que nos permitem trabalhar com a incompletude do dizer e, assim, com o surgimento de novos e outros sentidos. Dessa forma, retomamos o discurso observável na tradição oral, observando sua constituição: ele é falho, entrevê furos por onde escoam sentidos; porém, ao mesmo tempo, ou avizinhandose dele, permitem a reconstrução de outros discursos, em uma rede que se desloca entre o que já foi dito, o que se diz e o que vem a se dizer.

É por esse intrincado jogo discursivo que se encontram marcas da incompletude, da falha, da inquietude, do espaço urbano enquanto espaço político

constituído simbolicamente em que múltiplos sentidos se produzem em movimentos transitórios e contraditórios. Quando refletimos sobre definições para o urbano, remetemo-nos a um espaço de circulação de sentidos diferenciados, mobilizados por tecnologias de linguagens, como é o caso da escrita, pois é no urbano, por ela mediada, que se funda a civilização. A escrita é atravessada pelo urbano como uma forma de circulação do saber que se apresenta materializado em gramáticas e dicionários, os quais instituem que a cidade é o lugar da civilização e da escolarização, lugar de uma língua ideal: urbana e nacional. Um espaço em que a linguagem é posta na ordem do visual, materializando na escrita o que antes era da ordem da escuta. Por outro viés, o rural vislumbra a oralidade, que é a nossa primeira via de acesso à linguagem, que é, também, uma forma de estabelecer e manter a relação saber e sujeito.

A tradição narrada pelos antepassados tão presentes na memória coletiva e seletiva dos sujeitos que estão no campo leva-nos a pensar nas relações cotidianas, nos costumes e nos processos de fixação e difusão da memória, pois ela evoca, ao mesmo tempo em que destrói, recompõe e imprime marcas culturais. As tradições orais ainda são uma prática recorrente no rural e, tomadas pelo social e pelo cultural, difundem tanto ideologias e preconceitos, como também possuem uma finalidade educacional, pois as narrativas orais têm como base a memória cultural, que faz ressoar vozes e valores de outras gerações. Também é pela memória/história que o sujeito se constitui e se significa em sua relação histórica com a cidade, um espaço de produção e confronto de sentidos. Sentidos que não são “[...] autônomos ou transparentes em si mesmos, mas sim sentidos enquanto efeitos constitutivos das práticas sociais que se materializam na linguagem” (MARIANI, 1999, p. 17).

A Formação Discursiva que identificamos como dominante e que nomeamos como “gaúcha” apresenta fronteiras mais ou menos flexíveis que permitem a constituição de sujeitos com características distintas. Sabemos, pela história, pela mitologia, pela literatura, entre outras, que o gaúcho urbano se diferencia do rural por várias questões, que vão desde suas vestimentas até a forma como vivem em seus respectivos lugares. Assim entendemos que o gaúcho não se constitui na cidade; o que aí temos é a/uma imagem de gaúcho, que passa a significar diferentemente no/para/pelo espaço urbano. São distintos os valores, e, por conseguinte, são múltiplos os sentidos que transitam nesse espaço simbólico que

coloca todos esses sujeitos, pelo olhar da história, sob uma mesma origem e designação, mas com necessidades e interesses totalmente distintos. Por essas questões, Petri (2004, p. 139) assinala que “há um simbolismo que circunda [...] a relação de alteridade do gaúcho com o outro que é o homem urbano, o estrangeiro”. Com base nisso, podemos pensar que, embora tenhamos sujeitos inscritos em uma mesma FD, mesmo em lugares distintos e posições sujeito diversas, existe uma relação de interação e de dependência com o outro, o que permite ao sujeito gaúcho constituir-se e significar-se.

Tem-se tornado cada vez mais complexo tentar delimitar as fronteiras entre o que é rural e o que é urbano: esses limites são porosos, cedem a pressões e tensões. Em poucas palavras, podemos dizer que o rural se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura. Observam-se tanto a consequência do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural, quanto reflexos do movimento dos grandes centros, dos *shoppings*, das ruas asfaltadas e congestionadas tocando/matizando a tranquilidade do campo, os “bolichos”² de campanha, as estradas mal traçadas, ora vazias, ora ocupadas por tropas de animais. Essas ordens de oposições não cessam de organizar e investir multiplamente seus valores. São novos saberes que se instituem, ganham espaço e interferem nos processos de identificação do sujeito urbano e do rural.

Partimos da consideração de que há um imaginário instituído na sociedade através dos discursos de retrospectiva¹⁰, experiência vivida e revivida pelo viés da memória e da história. Nele, o campo é idealizado, romantizado nos ecos da lembrança de sujeitos urbanos – da/na cidade –, a partir de um espaço simbólico-discursivo sedimentado pelas recordações daqueles que contam como era e como é a vida no campo.

Uma concepção de rural que, a nosso ver, é falha, opaca, pois é/está sustentada por domínios que lhe escapam, uma vez que reúne o imaginário do

¹⁰ O horizonte de retrospectiva refere-se ao conjunto dos conhecimentos anteriores que podem afetar de algum modo a constituição/produção do conhecimento atual, estando em conformidade com as condições sócio-histórica e ideológica (AUROUX, 2008, p. 147). Conforme Auroux (1992, p. 11), “todo conhecimento é uma realidade histórica” constituído por um horizonte de retrospectiva e de projeção, sendo o horizonte de retrospectiva fundamental para compreendermos a historicidade e a memória que afeta e constitui determinada prática científica.

campo como passado, em um outro lugar, distante, bucólico, estereotipado como protótipo do caipira, do selvagem, com descrição de paisagens naturais que a significam como pureza e simplicidade. Dessa forma, têm-se dois universos, o do campo e o da cidade sendo tratados como unidades de análise distintas, isoladas, e não como objetos comuns de uma mesma unidade de análise: a sociedade. Orlandi (2004, p. 09) coloca que, em termos de imaginário, poderia mesmo dizer que “a cidade não tem exterioridade, ou seja, o que não é cidade (por exemplo, o campo) também é significado por ela”. Normalmente, o campo é pensado como um lugar lá, distante, fora da cidade, mas pensado por ela, descrito por ela, escrito nela e para ela. Um espaço marcado pelo imaginário urbano, que projeta um sujeito que abriga saberes historicamente constituídos pela mitologia e literatura, significado pelo constitutivo da memória. Uma memória que se movimenta, produz sentidos uns e silencia dizeres outros.

No entanto, estamos falando do gaúcho que está no campo, ainda marcado por traços que diferenciam as práticas de linguagem entre campo e cidade, pois são constituídas por diferentes formações discursivas, com “suas materialidades linguísticas e seus universos de saberes distintos” (PAYER, 1996, p. 75). Falamos de um lugar geograficamente distante do urbano, com características próprias, com uma linguagem que se constitui a partir de determinadas condições de produção, de especificidades da/na história, de marcas da/na memória, de (im)pertinente ideologia. Um espaço que, mesmo parecendo estar totalmente fora da cidade, se entrecruza, se inter-relaciona com ela, desnaturalizando evidências formadas pelo imaginário urbano. A modernidade, a tecnologia, a industrialização muito levaram da cidade para o campo. São outros olhares, outras significações, outros sentidos, ou seja, campo e cidade hoje estão muito próximos, mesclando suas bordas em forma de significação, embora discursos públicos pouco ou nada reconheçam disso e sujeitos ainda insistam em manter seu estatuto de “sou do campo”.

Pensando nas condições de produção dos discursos e nas condições sócio-históricas da existência de instituições sobre o gaúcho – mesmo que não seja o foco de interesse neste trabalho –, acreditamos ser importante olharmos para um dos principais redutos que cultuam e reforçam a imagem (tradicional) do gaúcho, o CTG, Centro de Tradições Gaúchas. É nesse ambiente urbano, clivado de estranhezas (quando olhado pelo sujeito gaúcho rural), que o sujeito é convidado a assumir o

papel, mesmo que estereotipado pelo imaginário social, de um gaúcho que traja bombacha e bota, toma chimarrão e anda a cavalo. Como bem afirma Petri (2004, p. 149):

[...] o rural é próprio do sujeito em questão e lá se realiza a discursivização, enquanto que no espaço urbano é o que representa o estranho, o diferente, não havendo as mesmas possibilidades de subjetivação.

É nesse contexto, ainda sempre visível e controlador das relações entre indivíduos ou grupos pertencentes ao centro, que o indivíduo é chamado a assumir um papel dentro da estrutura social, sendo nela vigiado pelas instituições que disseminam e naturalizam o poder representado por diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado.

Assim, interpelado, o indivíduo é convocado a atuar de maneira adequada ao que lhe é imposto, ocupar uma posição nas relações sociais e se submeter livremente à forma sujeito capitalista. Falamos do sujeito urbano, que também é designado gaúcho e que busca, por meio das tradições, identificar-se com o sujeito imaginário, aquele contado pela história, pela mitologia e pela literatura, que só pode existir no espaço rural, pois somente lá ele significa. Imerso no imaginário tradicionalista e dono de uma identidade gaúcha, o sujeito fala na ilusão de que é a origem do que diz e de que é quem dá significância às palavras. Ele vê esse processo como natural, inconsciente das outras vozes que falam pela memória do dizer. Ou seja, o sujeito acredita que as palavras que ele diz são suas e que elas são únicas, claras, transparentes e evidentes, afinal,

[...] é a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais". Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva). [...] A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo (ORLANDI, 2007, p. 36).

Seguindo essa linha de raciocínio, devemos considerar que a representação do gaúcho instituída pelo imaginário social é formada por uma construção que é social, mas histórica e ideologicamente também. Essa construção produz sentidos diversos, mas nos leva a acreditar em um único sujeito gaúcho, constituído

discursivamente e ideologicamente pelo olhar o outro. Vale lembrar que esse gaúcho, relatado, é interpelado ideologicamente para se constituir como sujeito. Assim, precisamos atentar para as diferentes formas de representação do sujeito no discurso. Posto isso, podemos avançar na reflexão acerca dos processos de produção de sentidos, reveladores de imagens do sujeito gaúcho, tendo em vista que ao lado de estarmos tratando de algo multifacetado, estamos propondo a desconstrução da evidência de que se teria uma única e completa imagem.

Estamos diante de aspectos entrecruzados, tanto do imaginário daqueles que contam a vida do outro, sujeitos urbanos – da cidade, em um processo de retrospectção –, expostos a condições discursivas e de produção, que olham e discursivizam o rural, quanto do que se contrapõe ao universo de saberes distintos, que funciona de forma oposta.

Tratamos da história de sujeitos que surgem de um mesmo panorama, marcados por uma trajetória mitológica, literária, histórica que, ora os coloca à margem da sociedade, como bandido, vagabundo, sem teto e sem lei, ora são vestidos com outras roupagens no discurso social, como sujeito herói, guerreiro, forte, bravo e destemido. É, portanto, esse o espaço que nos interessa, pois é ali que “se funda a identidade e o lugar que o gaúcho acredita ser seu” (PETRI, 2004, p. 149), lugar que também é imaginado, simbolizado e, ao mesmo tempo, afetado pelo modo de vida urbano, daquele que vem de fora, da cidade. Sendo assim, percebemos que os referenciais simbólicos rurais e urbanos parecem se encontrar hoje mesclados, pois o campo já não se situa em um lugar distante, em um *já-lá*, ele vem marcando presença nos arredores da cidade e até fazendo parte dela. Da mesma forma, a cidade também se estendeu até o campo e lá produz e reproduz sentidos.

Temos, então, a desconstrução da relação de oposição campo x cidade ou rural x urbano, mas também não é tudo a mesma coisa. O urbano avança no rural, toma espaço, permite a produção de outros sentidos e determina um outro lugar, passando a significar como “rural”⁴, reconhecendo que existe um espaço de entremeio que os aproxima e os distancia, ao mesmo tempo, do rural e do urbano, pois desconstrói o imaginário sobre um lugar distante, fechado, envolto por aspectos da natureza, da sobrevivência com o que existe no campo; ou seja, revela a existência de um “rural” marcado por vários aspectos do urbano. Entendemos que o

rural traz marcas do imaginário de um universo idealizado pelo sujeito da cidade, que lançando um olhar para o campo e produz um discurso sobre o gaúcho que conhecemos. Não há livros, artigos acadêmicos escritos por aquele que vive no rural, discursivizando sobre ele mesmo: é sempre o outro que observa e (re)inventa o sujeito que estudamos nessa pesquisa. Vale ressaltar que mobilizamos nesse trabalho a produção de sentidos evidenciados no discurso do sujeito gaúcho, e não sobre ele. Um discurso que vislumbra o cotidiano do sujeito no campo: “- *Eu trabalho desde os treze ano, é, na lida campera, comecei a trabalhá com 13 ano.*” (excerto da entrevista B).

Assim, falamos a partir de um lugar discursivo em que objetos e sujeitos associados ao campo organizam o discurso para falar deles mesmos, ditos como estando “em outro espaço”, o rural. Segundo Payer (1996, p. 84), “as práticas de linguagem no campo e na cidade se caracterizam por diferentes traços, com modos distintos de relação do indivíduo com a língua, com diferentes universos e objetos simbólicos na constituição de si e do outro enquanto sujeitos”. Nesse contexto, desnaturalizam-se as evidências formadas pelo imaginário urbano e busca-se afirmar que, tanto cidade como campo, se estabelece uma relação comum, onde rural e urbano se entrecruzam, inclusive na linguagem.

Sabemos, pela história, que ainda é projetado, no imaginário social do outro, aquilo que se recupera pelo viés da memória: um sujeito gaúcho que oscila entre o heroísmo e o não heroísmo, característico do pampa, da lida com o gado, constituído em um espaço natural, afastado da urbanidade. Esta é uma organização imaginária sobre o campo que se insere em uma rede de memória a qual permite ao outro, em suas narrativas, falar sobre o gaúcho a partir de um lugar que ele acredita ainda existir. No entanto, hoje, campo e cidade estão marcados por uma relação de aproximação e distanciamento. Como já exposto anteriormente, há muito da cidade no campo, o que, a cada dia, fica mais marcado. Mas, como afirma Payer, na citação anterior, há traços que diferenciam e que caracterizam as práticas de linguagem no campo e na cidade, trata-se da mesma língua, porém inscrita em universos distintos, fundamentada em condições de produção diferentes. São outros movimentos de sentido, significações, pois houve/há rupturas que permitiram que o campo passasse/passe a significar como rural, já que hoje o campo sofre maior influência

do urbano do que antes, mas não é o urbano propriamente, trata-se de um espaço discursivo que se constitui pela contradição que o engendra.

Neste trabalho, detemo-nos sobre a narratividade do gaúcho no espaço rural, tendo por princípio suplantar os efeitos de sentidos produzidos linguisticamente nas sequências discursivas e, em contrapartida, observamos como ocorre o funcionamento desses sentidos nos dicionários, ferramentas que nos auxiliam nas análises.

Atentamos para o fato de que o rural ainda vem sendo descrito através do imaginário do sujeito urbano, pela literatura, em especial no Romantismo, como um “outro lugar”, em que diferentes sentidos circulam sem relação com os acontecimentos sociais, políticos, religiosos da cidade. O rural, no entanto, vem desmistificar essas evidências e nos apresenta um espaço que já não se situa apenas no passado de retrospectiva do sujeito da cidade, do historiador, no simbólico: constitui-se o lugar do tempo presente, da realidade, geograficamente afastado dos grandes centros, mas onde sentidos diversos são produzidos a partir das relações entre o que é urbano e o que seria rural.

Dizer então rural é dizer que, para que se compreenda o mundo não urbanizado, foi preciso pressupor o funcionamento do urbano, pois é nesse espaço que se tem acesso à escrita, aos modos de se guardar a mitologia e a história, a literatura e a memória de um grupo social, para além da oralidade. Trataremos, neste trabalho, em especial, da linguagem simbolizada, referenciada e evidenciada no cotidiano do sujeito gaúcho por meio da língua fluida, uma língua sobre a qual, conforme Orlandi (2009, p. 18), “não tem-se controle, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite”. Compreendemo-la como uma língua sempre em funcionamento, em constante desafio sobre nossa capacidade de compreensão, pois é constituída de forma complexa e opaca. Junto a isso, também não deixamos de nos preocupar com a língua registrada nos dicionários, considerando que “o dicionário não é uma língua fluida, e sim uma língua imaginária” (NUNES, 2013, p. 163), ou seja, uma materialidade organizada por retornos, buscas, cortes, reformulações, a partir de uma memória constituída por diferenças e contradições, retomadas e esquecimentos, uma “memória lexicográfica” (NUNES, 2013, p. 163), que mobiliza já-ditos e permite que outros instrumentos sejam

produzidos. É aí que vamos encontrar a língua imaginária que Orlandi (2009, p. 18) descreve como “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em sua unidade e variações”.

Por esse viés, partimos do pressuposto que existem duas redes de saberes. O primeiro, um saber apresentado de pai para filho, pelo convívio social, através dos costumes, tradições, formas de falar, características que marcam o imaginário do sujeito, pelo viés da história e memória, a língua fluida. O segundo, estabelecido no lugar da língua escrita, dizeres linearizados, um saber institucionalizado no dicionário, constituído por marcas linguísticas provindas do discurso cotidiano do sujeito gaúcho e representadas no instrumento linguístico por especialistas, como uma representação única e verdadeira, a língua imaginária.

É na relação entre a língua fluida do sujeito rural e a língua imaginária, institucionalizada nos dicionários, que buscamos, a partir das entrevistas semiestruturadas, trazer à discussão os diferentes saberes que funcionam no processo discursivo e que nos permitiram observar a produção, a ruptura e o deslocamento de sentidos.

PARTE II

2. SUJEITO, LÍNGUA E DISCURSO

2.1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA ANÁLISE DE DISCURSO

"Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia" (ORLANDI, 2002, p. 66).

Quando olhamos para o sujeito que constitui nossa pesquisa, temos a preocupação constante, no decorrer do trabalho, de destacar fatores que diferenciam o sujeito empírico do sujeito tomado como categoria analítica, o que nos interessa. Cada sujeito entrevistado tem um nome e uma vida pessoal, mas, ao mesmo tempo, tem um papel no mundo do trabalho, nas práticas sociais e discursivas que estão articuladas com as condições sócio-históricas e ideológicas que o constituem. São sujeitos que se auto-designam gaúchos e estão no espaço rural desempenhando um papel social no mundo do trabalho como domadores, cavaleiros, peões, que enfrentam a lida com o campo e o com o gado de forma determinada e corajosa, fatores que histórica e ideologicamente representam o gaúcho, que assim se movimenta no imaginário social. Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante no/pelo seu dizer. No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar outro espaço, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. É desse sujeito que estamos tratando, sem nomeá-lo ou tomá-lo pelo empírico, observando-o pela categoria analítica que representa e pela qual é representado. Segundo Orlandi (1999, p. 11):

[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva).

Tratamos primeiramente de movimentá-lo pelo olhar da AD, teoria que entende o sujeito não como indivíduo, tampouco sujeito empírico, mas como sujeito do discurso, do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia e constituído na história. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem. "[...] uma vez que não existe prática sem sujeito (e em particular, prática discursiva sem

sujeito)” (PÊCHEUX, 2009, p. 197), pois o sujeito que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

A noção de sujeito pechetiana interessa-nos especialmente, pois pretendemos mobilizá-la em nossas análises, a fim de compreender como se constitui o sujeito dito gaúcho, exposto às condições de produção próprias, no meio rural, buscando reconhecer, no seu discurso, o movimento de diferentes sentidos. Nesse contexto, consideramos o sujeito e não o indivíduo, mesmo que partamos deste último, como homem do campo, marcado por estereótipos típicos da cultura regional. Propomo-nos a olhar para o sujeito gaúcho adentrando num espaço de opacidade, turbulência e de produção de imagens de sujeitos, buscando desconstruir os sentidos evidentes, pois estamos olhando para um “indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 11), que “se” produz a partir de um entrecruzar de evidências subjetivas.

Para entendermos como se organiza tal discurso, tratamos de pensar que, para a análise de discurso, o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, constitui-se na relação com o outro e, não sendo origem do sentido, está condenado a significar. O sentido resulta de sua inscrição em uma formação discursiva, a qual, segundo Pêcheux (2009, p. 147) “é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Assim, somos levados a observar que uma mesma palavra varia de uma FD para outra, o sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra.

Pensar no sujeito pelo olhar discursivo permite-nos vê-lo dotado de inconsciente, fruto de sua inscrição na história, na memória e na língua. Por esse viés, interessa-nos observar o lugar de onde esse sujeito fala, compreendendo processos de assujeitamento, como também atentar para a produção/reprodução de sentidos, capazes de explicitar elementos próprios à construção de um processo de identificação particular.

Esse é um movimento que se dá a partir da tomada de posição, a qual ocorre simultaneamente à produção do discurso e se faz através de alguma dessas três modalidades: identificação, contra-identificação e desidentificação. Assim, é possível que todas elas envolvam uma relação entre sujeito produtor de discurso e sujeito

universal (ou forma-sujeito, enquanto organizadora dos posicionamentos possíveis) do domínio de saber, no interior do qual se constitui o sujeito. Importa destacar que, para cada modalidade de identificação, apresentamos um excerto do corpus, na tentativa de proporcionar maior visibilidade ao funcionamento das distintas modalidades, no discurso dos entrevistados.

Na primeira dessas possibilidades, a de identificação plena, o que temos é um sujeito do discurso que pode ser caracterizado como um “bom-sujeito”, ou seja, aquele que reproduz fielmente os saberes. Para Pêcheux (2009, p. 199):

“[...]tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a FD com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”).

Deparamo-nos, então, com um sujeito que acredita estar plenamente identificado com a FD em que se inscreve, encontrando-se num lugar de dizer, ou seja, um lugar de identificação com uma forma-sujeito (com a formação social). Ao refletirmos sobre os processos de identificação do sujeito, partimos do princípio de que há um imaginário, entendido como uma forma de conhecimento que representa, para o ele, um saber no qual ele se insere, que possibilita e determina a apreensão da realidade e, conseqüentemente, a sua relação com a língua e com o saber.

Tratamos, em nosso trabalho, de olhar para os dizeres dos sujeitos da pesquisa como constitutivos de um determinado lugar social, pois, consideramos que é desse lugar que ele estabelecerá a relação com a alteridade, isto é, a partir do lugar-social que o sujeito produz um imaginário sobre o outro; a relação entre o imaginário construído sobre si e sobre o outro, o bom sujeito, assim interpelado, como ressalta Pêcheux (2009):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito); essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, enquanto pré-construído e processo de sustentação) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, [1997] 2009, p. 150).

Vislumbramos a correspondência entre discurso e posição ocupada pelo sujeito, consideramos a imbricação entre FD e Formação Ideológica. A identificação plena do sujeito com a FD processa-se quando este incorpora elementos de um discurso outro de cuja produção não participou. Orlandi (2009) melhor explica, dizendo que:

[...] em uma formação social como a nossa há um complexo de Formações Discursivas interligadas. E o sujeito ao identificar-se com uma determinada posição-sujeito, acaba por inscrever-se em uma delas, com ela estabelecendo uma relação de identidade, ao mesmo tempo que diverge, opõe-se ou antagoniza-se com as demais posições de sujeito, próprias de outras Formações Discursivas (ORLANDI, 2009, p. 190).

“...eu tenho vida de gaúcho... a gente tem a experiência da lida no campo” (excerto da entrevista D). Dizer assim é, no dizer do gaúcho, dizer daquele que está no campo, daquele a partir do qual podemos observar o processo de identificação de um sujeito inscrito por determinações históricas e pela ordem do simbólico em uma forma-sujeito. Melhor explicando, um sujeito que toma posições a partir do lugar em que se reconhece como tal, e, portanto, coloca-se em seu discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção, opondo-se, antagonizando-se com posições-sujeito distintas.

A segunda modalidade a que se refere Pêcheux é a contra-identificação. Em “... eu acho que eles lá (na cidade), alguns sim, mas muitos não sabem nem muntá a cavalo e se consideram gaúcho...” (excerto entrevista D), o que temos é um trabalho do sujeito do discurso sobre a forma-sujeito, o discurso do “mau sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 199), discurso no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição que duvida, reage contra, opõe-se à, questiona sobre, distancia-se da evidência ideológica estabelecida pelo sujeito universal, pelo interdiscurso. É uma luta do sujeito contra a evidência ideológica. Pêcheux ([1975] 2009) assim resume o processo:

[...] discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 199).

É importante ressaltar que a contra-identificação, na concepção de Pêcheux, não significa um retorno ao sujeito pleno, uma vez que tanto o movimento de identificação quanto o de contra-identificação acontecem nos limites da própria FD, ou seja:

[...] Ora, o que, justamente, nosso desvio permite compreender é que esse 'antagonismo' [...] se manifesta, em realidade, no interior da forma-sujeito, na medida em que o efeito daquilo que definimos como o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ele ou que a rejeite (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 200).

Isso quer dizer que, ainda que o sujeito faça o movimento de rejeitar algo de uma FD, esse movimento do sujeito ainda estará circunscrito ao espaço da ideologia, da língua, da história, sendo-lhe impossível sair da rede da linguagem. Como o nome sugere, a contra-identificação corresponde a uma tomada de posição pela qual o sujeito, ainda que conteste e/ou questione parcelas de saber da FD, permanece ali inscrito, sendo chamado por Pêcheux, em decorrência disso, de "mau sujeito". Essa permanência, aliás, atesta a não unicidade inerente à forma-sujeito. A contra-identificação permite entrever heterogeneidade na FD.

Por fim, temos a desidentificação, uma modalidade que vem dar conta daquilo que sucede quando o trabalho na e sobre a forma-sujeito – realizado pelo sujeito do discurso – conduz a uma ruptura tão grande em relação ao conjunto dos saberes da FD que a posição-sujeito daí resultante não mais está nela contida. Instaura-se uma migração para outra FD, movimento em que se identifica com novo sujeito, a partir de nova interpelação. Esta modalidade é chamada por Pêcheux de “tomada de posição não-subjetiva”, uma vez que não há a superposição do sujeito com o sujeito universal. Cabe ressaltar que, mais uma vez, a forma-sujeito não é anulada, o “efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo [...] de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 217). A ideologia, então, não desaparece, mas sim funciona às avessas, isto é “sobre e contra si mesma” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 217). Ao se identificar com uma FD, o sujeito é interpelado a identificar-se imediatamente a uma outra. Ressaltamos que não encontramos no corpus nenhum excerto que ilustrasse a desidentificação do sujeito com sua FD.

Estas são modalidades que se movimentam frequentemente na constituição do sujeito de categoria analítica ao qual nos debruçamos na referida pesquisa. Ao pensarmos no processo de identificação, quando o gaúcho “se reconhece e conhece o outro e acredita ocupar um lugar como seu e é daí que ele se posiciona, identificando-se com a imagem do gaúcho heroico” (PETRI, 2004, p. 147). Na contra-identificação, presenciamos o momento em que “se produzem mudanças, inicialmente incompreensíveis para ele, que levam esse sujeito a não identificação plena, constituindo-se na fragmentação, pois ele se identifica com alguns elementos próprios do gaúcho herói e se contra identifica com outros” (PETRI, 2004, p. 147). E, por fim, tem-se a desidentificação, momento em que o sujeito não se reconhece e não se identifica com a FD na qual se inscreve, migrando para outra.

Vale lembrar que a categoria de sujeito em Análise de Discurso assume determinada posição frente ao seu discurso a partir dos processos que o constituem. A teoria não subjetiva do sujeito descentraliza a noção de sujeito dono do seu dizer através da identificação daquilo que Pêcheux ([1975] 2009, p.168) chama de “esquecimentos” ou “ilusões”. Começamos pelo “esquecimento número 1”, remetendo a Pêcheux ([1975] 2009), quando o autor nos coloca que:

O esquecimento número 1, dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da FD que o domina. Nesse sentido, o esquecimento número 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a FD em questão (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.162).

Temos então um esquecimento da ordem do ideológico que se dá na instância do inconsciente. Dessa forma, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, não se dando conta de que apenas reproduz sentidos e ideias preexistentes. Esse esquecimento reflete “um sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras que re/significariam exatamente o que queremos” (ORLANDI, 2012, p. 34-35). Ao falarmos do “esquecimento número 2”, retomamos, mais uma vez, as palavras de Pêcheux, quando o filósofo francês destaca que:

[...] é o esquecimento pelo qual todo o sujeito falante “seleciona” no interior da FD que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na FD considerada (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 161).

Remetemo-nos a um sujeito que “não tem consciência de sua dispersão o que o torna múltiplo e fragmentado” (ORLANDI, 2012, p. 176). Ele seleciona, no interior da sua FD, algumas formas e apaga outras, ou seja, elege determinados dizeres em detrimento de outros. Retomando a questão do “esquecimento”, vale lembrar que, como efeito do esquecimento 2, temos a produção da ilusão da realidade do pensamento. O sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Ele acredita que todo interlocutor captará suas “intenções” e suas “mensagens” da mesma forma. Sustenta a ilusão de que os outros do discurso, que determinam seu dizer, não são percebidos pelo sujeito, assim como ele não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca.

Como é possível observar, a partir das formulações precedentes, “o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 36). Não há como ser diferente, já que as ilusões são necessárias para que no movimento entre o que foi dito e esquecido, as palavras ganhem sentido.

2.2 OS ATRAVESSAMENTOS NO DISCURSO: OUTRAS VOZES, OUTROS SABERES, OUTROS DIZERES.

Feitas algumas considerações acerca da constituição do sujeito a partir da Análise de Discurso, buscaremos mobilizar em nosso texto as relações que existem entre sujeito, Formações Discursivas, Imaginárias, Ideológicas e interdiscurso, visto que estamos tratando de um conjunto de saberes próprios à constituição identitária do gaúcho, por leituras do social e do histórico.

É propício lembrarmos que não somos a origem dos discursos, eles já estão em nós, e “se realizam em nós em sua materialidade” (ORLANDI, 2012, p. 35). Para fundamentar a afirmação de Orlandi, tomamos uma passagem teórica de Pêcheux (2009, p. 198), na qual o autor afirma que “todo o sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’)

em cada prática em que se inscreve”. Vale dizer que isso se deve às formações discursivas e ideológicas nas quais esse sujeito está inscrito, visto que cada indivíduo é interpelado em sujeito a partir do momento em que se identifica com a FD que o domina, a qual representa, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Ao tomarmos, por exemplo, o discurso do gaúcho sul-rio-grandense, é via forma-sujeito, que ele “vai” ao interdiscurso – lá onde circulam tanto os saberes da ciência quanto os do senso comum. De lá, recorta, incorpora, o que lhe interessa desses diferentes saberes, identificando-se com a FD gaúcho (no campo) e traz os enunciados pertencentes a esses saberes à ordem intradiscursiva, linearizando-os no fio do discurso e materializando, assim, um discurso que movimenta suas práticas sociais, embora faça todos esses movimentos inconscientemente, isto é, sem se dar conta disso. De acordo com Pêcheux (2010, p. 155), “a forma-sujeito realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso o que aponta para o efeito de unidade/evidência do sujeito”. E é efeito, porque essa unidade é apenas imaginária. Nesse contexto, tratamos de refletir sobre questões que sedimentam o discurso do sujeito, a partir da FD em que se inscreve prioritariamente e lhe permite constituir-se por uma memória que também é social, bem como por e na história. Observamos, no entanto, que as fronteiras da FD não são fechadas, permitindo o atravessamento de outros saberes, tornando-se, dessa forma, heterogênea.

Petri (2009, p. 43) defende que “é no interior da FD que aparece representado o sujeito gaúcho dotado de inconsciente e afetado pela ideologia, constituindo-se no movimento de saberes advindos do interdiscurso”. O interdiscurso na concepção de Pêcheux (2009, p. 149) é “todo o complexo com dominante’ das formações discursivas [...] submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza a Formação Ideológica”. É no âmbito interdiscursivo que os sentidos estão abrigados e não em um determinado lugar, ou em uma única FD. Eles estão lá, no interdiscurso, prontos para emergir, quando convocados por uma determinada FD. Para Orlandi, o interdiscurso é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2012, p. 31).

Como já apontado, é a partir do domínio desses saberes intrincados no interdiscurso que o sujeito se inscreve em uma determinada FD e assume uma posição-sujeito que lhe permitirá produzir determinados sentidos e não outros.

Entendemos, com isso, que o sujeito não é dono da sua própria vontade, pois, embora tenha a ilusão de tal liberdade, ele sofre as coerções de uma FD e ideológica, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente, momento em que surge a questão da interpelação ou assujeitamento, como sujeito ideológico. Por essa leitura, desloca-se a atenção do texto para o sujeito, que passa a ser entendido como um ser assujeitado, submetido a regras específicas que delimitam o seu discurso, em condições que movimentam outros discursos que o antecederam, que já foram ditos em outro espaço, em um já-lá.

Na concepção de Pêcheux (2009, p. 148), “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma FD a outra”. É na prática discursiva que emerge a multiplicidade de sentidos que o discurso produz. Tais sentidos estão alojados no Interdiscurso, no já-dito; no entanto, só vão significar quando convocados por uma determinada FD. A produção de efeitos de sentido ocorre em um espaço que possibilita que os interlocutores falem e se posicionem, produzindo sentidos, uma vez que é na e pela prática que se eles estabelecem.

Se pensarmos em relação à história, o que é dito pode ser evocado mais uma vez, mas não com os mesmos sentidos que foram mobilizados naquele momento passado, pois, conforme Paul Veyne (1971, p. 18), “[...] a história não se repetirá nunca, mesmo que lhe aconteça repetir a mesma coisa [...]”. Assim, podemos pensar num discurso que, constituído ideologicamente, sob o viés de uma memória discursiva, se movimenta entre o que é e o que já foi: dito, registrado, acontecido, historicizado, discursivizado e, assim, se filia uma rede de saberes. São saberes transmitidos interdiscursivamente, visto que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, sob o complexo das formações ideológicas, saberes estes vinculados a uma FD e observáveis pela organização do conjunto de formulações em rede que a compõe.

São esses saberes discursivos que vão emergir e funcionar no discurso, a partir da determinação ideológica, fazendo com que o sujeito se inscreva prioritariamente em determinada FD e não em outra. As posições ideológicas definem o sentido das palavras, expressões, proposições, que estão suscetíveis a

transformações, lapsos, deslizos, rupturas, deslocamentos, de acordo com a posição em que se encontram os sujeitos que as empregam. É por escolhas que o sujeito busca dar conta do discurso, movimentando saberes que podem emergir ou não, em uma constante dependência entre o que pode e deve ser dito, entre o lembrar e o esquecer, o falar e o silenciar.

Ao tratarmos do movimento entre o lembrar e o esquecer, não podemos deixar de observar a relação do discurso com a materialidade linguística, aquilo que se tem como empírico, no nível do formulado, o intradiscurso. Courtine ([1981] 2009, p. 50) vê o intradiscurso “como o nível horizontal do discurso, ou seja, a materialidade, a sequência que se mostra em formulações linguísticas”. Contudo, a caminhada entre a materialidade linguística e o funcionamento do discurso só se evidencia a partir do interdiscurso ou memória discursiva, categoria que se opõe ao nível horizontal exposto por Courtine no intradiscurso e que é pensada por esse autor como “discursos já ditos, já sedimentados, mas esquecidos e que vêm através da memória discursiva comparecer e produzir seus efeitos” (COURTINE, [1981] 2009, p. 49). Para reforçar o conceito de interdiscurso, trazemos Pêcheux (2007), que afirma:

[...] memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Isso ocorre naturalmente, mesmo que o falante não tenha consciência dessa operação discursiva. Sendo assim, em seu discurso, o sujeito faz retornar uma voz sem nome, consideravelmente atravessada e levada ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por este motivo, a AD postula que esse “saber”, que não é ensinado (nem pode ser), produz significativos efeitos nos discursos produzidos. Assim sendo, essa leitura discursiva acaba por considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de uma maneira e o que é dito de outra maneira.

Como pontuamos anteriormente, de forma genérica, estamos tomando a noção de memória discursiva como “interdiscurso”, ou seja, trata-se de um saber discursivo que possibilita que as nossas palavras, já pensadas, faladas, registradas antes, em outro lugar, façam sentido. O saber a que nos referimos acima

corresponde a palavras já ditas e esquecidas, mas que continuam presentes e nos afetam pela característica de “esquecimento”.

Por essa compreensão, podemos pensar em saberes que são movimentados a partir de formações discursivas e ideológicas que vão determinar o que pode e deve ser dito, sob a ordem das condições de produção desse discurso. Para Pêcheux (2009, p. 164), “[...] toda a formação discursiva deriva de condições de produção”. Ao mobilizar a noção de condições de produção do discurso, explicitamos que, na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, há também uma materialidade histórica, formada pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais (e para as quais) os sujeitos históricos trabalham a formulação dos “seus” dizeres, provocando agitações nas filiações dos sentidos e, também, produzindo uma práxis discursiva.

De outra forma, Orlandi (2012, p. 43) coloca-nos que as “[...] formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. O próprio sujeito, os sentidos de seus discursos, o dizível e o não dizível são determinados pelas formações discursivas e ideológicas que operam, através de memórias discursivas próprias, as diversas posições desse sujeito. Por elas e suas implicações, pode-se observar as relações de poder que aí se estabelecem e determinam as práticas sociais¹¹.

As formações ideológicas caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir na conjuntura ideológica de uma determinada formação social. Pêcheux (2009) explica que:

[...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, grifos do autor).

Presenciamos um movimento atravessado por uma força ideológica, que fornece evidências pelas quais é possível identificar a posição de poder daquele que discursiva. Como já referenciado na citação acima, os sentidos ganham dimensões

¹¹ Entendemos por práticas sociais atividades reais da organização, desde as cotidianas até as mais inovadoras, que, por sua vez, representam as manifestações culturais da organização. A noção de prática é reforçada pelo sociólogo e filósofo Andreas Reckwitz (2002, p. 245), como “um tipo de comportamento rotinizado o qual consiste em diversos elementos, interconectados uns aos outros”.

diferentes quando as palavras, expressões e proposições são empregadas por sujeitos em posições distintas. Refletimos sobre o sujeito gaúcho, no campo, na lida com o gado, na tropeada como “peão” e “estancieiro”, conceitos que nos vêm discursivizados no **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul** como: “peão”, “homem ajustado para o trabalho rural. Conchavado. Empregado para a condução de tropa” (NUNES, 1984, p. 365) e “estancieiro”: “o dono da fazenda, o chefe” (NUNES, 1984, p. 175). São posições marcadas por relações de força que são constantemente evidenciadas pelo discurso desses sujeitos. Os sentidos afloram, movimentam-se e mudam, a partir do momento em que um e outro se manifestam, através seus discursos. São dizeres articulados em lugares distintos, quando os entrevistados assumem posições-sujeito diferentes: “... meu avô era tropeiro... eu só trabalhei é, no campo... trabalhando com o dotô... e agora sô capataz... eu comando...” (excerto entrevistado B).

Observando o sujeito a que nos dedicamos a investigar, acreditamos, pelas indicações históricas, linguísticas e sociais, que ele toma posição no interior da FD que pode ser denominada “gaúcha”, pois trata-se de uma FD “concebida como heterogênea e dotada de fronteiras móveis, passível de análise enquanto determinante dos processos de produção de sentidos, que serão “estes” e não “outros” (PETRI, 2004, p. 78), que suporta diferentes tomadas de posição do sujeito.

Nesse contexto, observamos a tomada de posição desse sujeito, as condições de produção que, vinculadas, colocam o gaúcho num lugar que a todo o momento se movimenta entre o “mundo social” e “mundo imaginário”. Um lugar de constantes deslizes, rupturas e deslocamentos, um espaço que se articula constantemente entre a memória e a história.

2.3 ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM OLHAR A PARTIR DO DISCURSO DO GAÚCHO

Dediquemo-nos a percorrer um caminho traçado na tentativa de entendermos o funcionamento do discurso do gaúcho sul-rio-grandense de fronteira, que está no campo, no rural, bem como o processo de produção dos sentidos evidentes que nos permitem transitar por outros lugares: história e memória. Assim, somos convidados

a olhar para os vestígios de uma história que nos é contada e registrada pelo viés de uma memória que, na concepção de Nora (1993, p. 09):

[...] é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Por isso, ela funciona a partir das experiências vividas por seres vivos. A memória, por natureza, é afetiva, emotiva, aberta a transformações, mutável e vulnerável à manipulação. Ela é múltipla e não delimita tempo, nem espaço; ela pode permanecer por um longo período, como pode despertar bruscamente, a partir de fatos que também podem ser esquecidos, da mesma forma. A memória é sempre um fenômeno coletivo. Embora seja psicologicamente vivida como individual, para se ter uma memória coletiva, é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo daquela memória. Nesse contexto, referenciamos mais uma vez Nora (1993), pois:

[...] a memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p. 09).

A memória nasce de um ou vários grupos, pois estamos em contínuo processo de construção de uma memória coletiva, um passado comum com outros grupos além daquele que estamos diretamente filiados. Para Halbwachs (2006, p. 23), “a memória coletiva pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas, sendo que a história se pauta na atividade da escrita que organiza e unifica numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas”.

Davallon (2007), por sua vez, leva-nos a entender o funcionamento da memória a partir do texto “Memória social e produções culturais” quando destaca que:

[...] há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social (DAVALLON, 2007, p. 25).

Trata-se de saberes já-ditos em outros discursos, em outros lugares, tramados em discursos sócio-históricos que são retomados e repetidos, movimentando sentidos que vão constituir a memória. “Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”, conforme Pêcheux ([1983] 2007, p. 56). A memória está, portanto, inscrita na trama dos discursos em circulação, permeável às transformações que ocorrem no tecido sócio-histórico. É no discurso que podemos observar o movimento de sentidos a partir de seus efeitos históricos sobre objetos simbólicos. É no discurso que as evidências e as contradições significam. É o lugar da falha, do equívoco, das lacunas, do repetível, da memória discursiva. Uma memória que, na perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, não é concebida “[...] no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). Trata-se, aqui, de um espaço que permite o *efeito de memória*, que é próprio da significação da memória de sentido, atravessado por uma rede de formulações lacunares, que possibilitam que os sentidos se produzam, se transformem, deslizem e resinifiquem.

Para Pêcheux (2007, p. 56), “a memória não é da ordem do individual, mas do social, daquilo que é compartilhado por um grupo de pessoas num dado momento da história e em uma dada formação social”. Segundo ele, o espaço da memória não deve ser visto como um “reservatório” em que sentidos são depositados cumulativamente, mas como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização”.

Em decorrência disso, é possível pensarmos que o discurso do sujeito gaúcho é constituído a partir de uma memória que é ao mesmo tempo lacunar e saturada, sujeita a equívocos, e está na ordem da repetibilidade, suscetível a constantes deslizamentos. Uma memória que é social, histórica e coletiva. Davallon (2007, p. 25), ao tratar da memória coletiva, destaca que esta “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”. Por esse viés, entendemos, por Nora (1993), que:

[...] a memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido ela está sempre em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 09).

Por essas contribuições temos como compreender o discurso do sujeito gaúcho, quando, em seus relatos, transita pela memória, mesmo que esburacada, lacunar e saturada, trazendo à tona fatos, vivenciados e imaginados, que emergem de um grupo que ela une, pois, “há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 09). Há certas condições em que o retorno dessa memória é possível; mas há também momentos em que o esquecimento, necessário ou imposto, atinge o conteúdo da memória, obscurecendo-a ou transformando-a de um modo incontornável, e o que se poderá dizer dessa memória não coincidirá com um conteúdo que “já está lá”. A memória enquanto tradição vivida tem a sua atualização no eterno presente que acaba tornando-a espontânea, afetiva, múltipla e vulnerável. Ela é uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação na busca por uma representação sistematizada e crítica do passado.

Courtine (1999, p. 17) coloca que “a noção de memória, dentro do discurso político, funciona em uma região de conflito entre o esquecer e o lembrar”, movimento em que o resgate do passado representa sempre uma falta, pois é impossível recuperá-lo tal como foi. Assim, fazemos nossas as palavras de Petri (2004):

A história, sem dúvida, recupera elementos constitutivos da identidade do gaúcho; mas a história é feita por sujeitos que se posicionam ideológica, inconsciente e discursivamente, sofrendo influências das condições de produção. [...] são muitas as leituras históricas que fazem sobre o gaúcho, numa alternância de efeitos de sentidos que se reiteram e se transformam conforme as exigências sociais, sendo capaz de produzir efeitos de apagamento de elementos historicamente reconhecíveis, mas que não interessam naquele momento, que não devem ser lembrados em função da efetivação da ideologia dominante (PETRI, 2004, p. 56-57).

A relação entre história e memória, quando mobilizada pelo viés discursivo, dá-se por meio da lembrança e do esquecimento, já que um acontecimento histórico pode provocar uma ruptura, criando uma FD nova, ou, dentro de uma mesma FD, pode conduzir a novos efeitos de sentido. Neste trabalho, estaremos olhando para um sujeito que fala de si mesmo e, dessa forma, constrói um imaginário estruturado pelos acontecimentos históricos que poderão ou não ser lembrados, conforme a

ideologia dominante naquela condição de produção. São sujeitos expostos a uma situação em que a memória é constantemente ativada por lembranças que, podem ou não vir à tona no discurso, ora apagando elementos históricos que não interessam, ora resgatando lembranças que estavam à deriva.

Assim pensamos no sujeito de nossa pesquisa, constituído a partir de uma história, que está posta em um passado, que se movimenta pelo viés da memória a um presente, na tentativa de firmar a imagem do sujeito gaúcho. Uma história que está no já lá, porém é revivida por narrativas desses sujeitos que buscam, em fatos passados, a justificativa de estarem e de serem sujeitos no campo.

Pensando, ainda no discurso do sujeito gaúcho, também observamos a emergência dessa relação entre o esquecer e o lembrar, em um processo que envolve a história, sob uma constante necessidade de reinvenção do imaginário do sujeito de nossa pesquisa. É pelo simbólico que o imaginário funciona, visto que são muitos os discursos históricos que se formam sobre o sujeito gaúcho, trazendo uma rede de sentidos que se movimentam de acordo com as exigências sociais. Temos a presença de um gaúcho constituído pela história, mas contado pelo olhar do outro, do historiador, do autor, do sujeito que está do lado de fora e que se posiciona ideologicamente, inconscientemente e discursivamente, determinado pelas condições de produção. Um sujeito que se apropria de um discurso constituído pela história, mas estruturado pelo movimento lacunar do lembrar e do esquecer, construindo uma representação imaginária do sujeito gaúcho.

Segundo Serrani (2003, p. 285):

[...] essas memórias são constitutivas porque já antes de falar, todo sujeito está imerso em um mundo de dizeres, no qual há sempre interpretações (implícitas ou denegadas) sobre a criança e seu sentir, sobre o mundo a sua volta, sobre expectativas em relação a ele e assim por diante.

Com base nessas colocações, torna-se possível compreender a noção de resgate da memória a partir de uma reflexão sobre a complexidade dessa noção, pois tem-se a ilusão de que a memória é composta por conteúdos que estão em um determinado lugar, prontos para serem resgatados-retomados a qualquer momento. No entanto, é preciso direcionar nosso olhar para duas situações: a da retomada e a do esquecimento, pois nem sempre é possível o retorno dessa memória, visto que há condições em que o esquecimento atinge a memória, anulando-a ou

transformando-a, evitando, dessa forma, que essa memória coincida com o que “já está lá”, em um dito lugar. É por esse caminho que nos direcionamos, pensando em saberes presentes na oralidade do gaúcho, que se estende pela história, se modifica, está sujeito a falhas, esquecimentos e deslocamentos, mas que é mantido vivo, pela memória e pelas práticas sociais desse sujeito no campo.

Ao tratarmos de história, trazemos uma citação de Le Goff (2003, p. 29) dizendo que há, pelo menos, duas histórias, “a da memória coletiva e a dos historiadores”, sendo que o autor acrescenta que “a primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. A segunda é fundamentada no desejo de que “a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola e pela *mass media*, corrija essa história tradicional falseada”. Para uma melhor compreensão, Halbwachs contribui dizendo que a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2006, p. 102). Já a história, fora e acima dos grupos, introduz divisões simples na corrente dos fatos, organizando-os, para garantir um texto inteligível, suprimindo a necessidade didática de esquematização.

Le Goff (2003, p. 29) ainda acrescenta que “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros”. Da mesma forma, Nora (1993, p. 09) destaca que “a memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”. São os fatos que devem ser encarados a partir da imparcialidade do historiador, que deve estabelecer a verdade ou pelo menos o que julga ser a verdade, para, dessa forma, fornecer um vislumbamento mais nítido dos fatos. A memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. A “nossa” memória é a coletiva, vivenciada. Para que a memória dos acontecimentos não se disperse, não se perca, deve ocorrer a fixação por escrito das narrativas, pois “os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (HALBWACHS, 2006, p. 101). O passado histórico pode ser fixado pela escrita, enquanto que a memória é fruto dos testemunhos de uma época, remontando sempre a um presente em movimento.

Ao operar com a noção de memória, compreendemo-la em um processo de oposição à história, embora as duas estejam estreitamente relacionadas, pois a

memória é transformada por sua passagem em história, visto que, segundo Nora (1993, p.14), “tudo o que é chamado hoje de memória não é memória, mas já história [...] a necessidade de memória é uma necessidade da história”. Entendemos, dessa forma, que os fatos pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, que são ativados por uma memória viva, também são história. É através do processo discursivo que a memória é acionada e faz emergir o já-dito em um outro lugar.

Pensada dessa forma, a história não pode ser concebida como cronologia ou evolução, porque está intrinsecamente relacionada com o sentido. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e “contra discursos”, como já referido. Daí, a pertinência da afirmação de Paul Henry (2003) – a história não é evolução nem cronologia, mas sim, sentido:

[...] é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (HENRY, 2003, p. 51-52).

Essa relação é facultada pelo fato de que qualquer registro só permanece “vivo”, toma lugar na memória, porque faz sentido ao suscitar uma interpretação. É por essa ótica que percebemos que a trama de fios que constitui a memória, ela mobiliza os saberes representados no convívio social, é uma memória não cognitiva.

As palavras carregam sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis; nosso dizer não se constitui em propriedade privada, particular, pois o que é dito em outro lugar também significa e ressoa em nossas palavras, em nossos dizeres. Esse domínio anterior é, por conseguinte, o lugar da memória onde repousam os já ditos à espera de uma convocação, pelo discurso, submissa, mas como um lugar de retorno, de remissão a outros discursos, sempre em uma relação de presença/ausência.

Sendo assim, podemos afirmar que o sujeito busca organizar, mesmo que ilusoriamente, seu discurso, oscilando entre o dito e o não dito, apropriando-se de sentidos que já estão legitimados em algum lugar. Porém, “para que os sentidos

façam sentido, é necessária a ocorrência anterior de outros sentidos já fixados na memória [...]” (CAZARIN; SCHONS, 2011, p. 147).

Ainda sobre a relação entre memória e história, consideramos Nora (1993), quando este afirma:

[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras, ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993, p. 09).

É nessa/por essa atualização que se constrói o discurso do sujeito de nosso estudo. Quando pensamos na história de formação linguística e social do povo sul-rio-grandense, retomamos aspectos que estão na memória coletiva, uma memória que, segundo Halbwachs (2006, p. 67) “traz à tona o passado, misturando-se com as percepções imediatas, deslocando-as, ocupando todo o espaço da consciência”. A memória é latente nos sujeitos, é revestida de simbólico, é vivida no eterno presente e passado.

Segundo Le Goff (2003, p. 37), “o passado não é estudado enquanto passado, ele é revivido e incorporado constantemente”. Um passado ativado por uma memória que apresenta lacunas, esquecimentos, saturações significa sempre no movimento entre o lembrar e o esquecer. Uma memória que constitui e reinventa a imagem do sujeito gaúcho permite que venha ao discurso lembranças de processos discursivos anteriores, adormecidos. Esses, ao serem instigados, trazem à tona, abrem-se a possibilidades de recuperar outras formações imaginárias, que surgem de lugares passados e, ao se atualizarem, produzem novos sentidos.

Se pensarmos na memória enquanto uma estrutura radicalmente completa e homogênea, realmente não haveria necessidade de dar sentido, pois seríamos obrigados a repetir infinitamente sentidos, os quais seriam imutáveis. Porém, discursivamente, a memória se constitui por faltas, lacunas e saturações não-lineares, ou seja, está sujeita a regatar saberes já esquecidos e a reinventá-los no discurso, assim como também situações já saturadas, que podem ser trazidas à baila, pelo viés da memória. Ilustramos a relação da memória não linear que resgata lembranças de acontecimentos passados com o excerto da entrevista de um dos

sujeitos (B): “posavam no cavalo uns dormiam e outros rondavam né, nos corredor na época de tropeada, diz que era assim... aí que se lembra”. Dessa forma, as palavras usadas para interpretar não são apenas de um sujeito; por isso, significam diferentemente em cada um, ou melhor, em cada posição de sujeito. Por outro lado, é preciso entender que o que é dito em outro lugar – e em outro contexto sócio histórico – significa de um determinado modo, diferentemente, nas palavras de cada sujeito em seu enunciar. Nessa esteira, trazemos as reflexões de Scherer e Taschetto (2005), quando afirmam que:

[...] a memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo o que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir (SCHERER; TASCHETTO, 2005, p. 122).

Entendemos, que os saberes que nos são apresentados por meio do do discurso do outro, daquele que enuncia, são constituídos por uma rede de memória que (re)toma, (re)vela, (re)constrói acontecimentos de um passado, de forma lacunar, pois nem tudo o que passa pela linha da memória pode e deve ser trazido a um outro lugar, por questões como: esquecimento, apagamento, deslocamento. A partir disso, entendemos a memória discursiva e sua relação constitutiva com os esquecimentos, com os silêncios. Dizemos isso, a fim de explicar que o silêncio não é vazio sem história, mas a garantia da circulação de sentidos, lembrando que o esquecimento não significa falta de memória, mas algo que está em latência. Então, compreendemos que a memória discursiva é feita também “de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ORLANDI, 2007, p. 59).

Isso nos leva a pensar, mais uma vez, no processo de constituição linguístico-discursiva pelo qual passa o sujeito gaúcho no campo, quando exposto ao saber evidenciado no convívio social. Trata-se de um saber movimentado por acontecimentos históricos, que são trazidos pela memória, ancorado em relações de esquecimentos, deslocamentos e distintas produções de sentidos. São muitos os fatores que influenciam no discurso que nos traz essa linha de saber. As condições de produção, a Formação Ideológica do sujeito que enuncia, refletem no já-dito e no a se dizer.

2.4 A REPETIBILIDADE E A RUPTURA NO DISCURSO: PARÁFRASE E POLISSEMIA

Ao resgatar no discurso do gaúcho, dizeres que movimentam distintos sentidos, permitimos que se articule o jogo entre a repetibilidade e a ruptura, no qual a polissemia e a paráfrase se constituem mutuamente. Para tratar das noções de paráfrase e polissemia, partimos das concepções de Orlandi (2007, p. 40), que trata o texto como “algo que não nasce nem morre em si mesmo, mas remete a outros discursos anteriores ou posteriores a ele, pois não há discurso que não se relacione com outros”. As relações de sentidos se efetivam sob determinadas condições de produção dos discursos que apontam para outros discursos que, por sua vez, mantêm relações com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis, os quais estabelecem relações entre interlocutores. A paráfrase e a polissemia estão vinculadas ao processo discursivo da linguagem. De acordo com Orlandi (2012, p. 36), a linguagem pode ser “parafrástica ou polissêmica”.

Segundo Orlandi (2012, p. 36), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais, em todo o dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Nessa ótica, podemos observar que o discurso do sujeito gaúcho, sustenta-se, muitas vezes, na ilusão de retornar ao mesmo espaço de dizer daqueles que lhe contam a história, arriscando-se na tentativa de reproduzir o discurso de seus antepassados, pautados na ilusão da fidelidade, repetindo os mesmos sentidos. Para Orlandi (2012, p. 36), o conceito de polissemia é diferente da paráfrase, pois instaura-se no “deslocamento, a ruptura de processos de significação, com o equívoco”. Não estamos lidando com a estabilização, mas sim contamos com a desestabilização dos sentidos, com os deslocamentos; operamos no lugar de entremeio, onde se faz possível a multiplicidade de sentidos. Um movimento em que o sujeito gaúcho instaura a discursividade em seu dizer, irrompendo com os processos de significação, possibilitando uma nova interpretação para o discurso que se constrói. Esse também é um movimento observável no discurso que estamos analisando.

A paráfrase e a polissemia estão vinculadas aos processos discursivos da linguagem. A primeira, como já mencionado, habita o campo da memória, onde se volta ao espaço do dizer, resgatando o que já é sedimentado, e repetindo o sentido.

Ou seja, faz parecer evidente a retomada, materialização e circulação de certos sentidos, condicionando-os como a única possibilidade do dizer, apagando as outras. A polissemia condiz com a ruptura, com o equívoco, ou seja, desestabiliza o processo de significação, produzindo o que aqui se trata como o “novo”, no sentido de ser diferente. Se não fosse desse modo, todo discurso seria sempre o mesmo, assim como o sujeito nunca seria outro.

Dessa forma, entendemos que a polissemia movimenta-se na tentativa de garantir continuidade de existência discursiva, de existência de sujeito no decorrer da história; veicula a produção de discursos outros, já que “[...] na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2012, p. 36). Assim, o equívoco permite a ocorrência de novos sentidos, são duas realidades que se firmam sustentadas pela tensão presente entre si: de um lado, a paráfrase prende uma ponta do discurso ao passado real, à historicidade transportada pela ideologia; de outro lado, a polissemia lança outra ponta do discurso na direção do novo, do que é criativo.

Assim, acredita-se que, a partir das narrativas dos sujeitos de nossa pesquisa, possamos nos aventurar pelo caminho da instabilidade, a qual pode nos remeter a um discurso que constantemente busca, em acontecimentos passados, fatos que deem continuidade à sua história, tentando reproduzir os mesmos sentidos. Por outro lado, pensamos que essa tentativa de voltar ao espaço do dizer e reproduzir os mesmos sentidos pode ocasionar o surgimento do novo, ou seja, outro discurso, novos sentidos.

2.5 SILÊNCIO: MOVIMENTO ENTRE O CALAR E O FALAR

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam (ORLANDI, 2011, p. 14).

No livro **As formas do silêncio**, Eni Orlandi (2011, p. 33) trabalha com a etimologia “de *silentium*, referida a *silens*, que significa que se cala, silencioso, que não faz ruído, calmo, que está em repouso, sombra, etc.”. Quando nos calamos, colocamo-nos em um momento de reflexão, introspecção, contemplação, em silêncio. Essa postura não nos exclui do processo de linguagem, ao contrário,

quando silenciemos, movimentamos sentidos que são dispersos e que se desenvolvem em todas as direções, permitindo que o silêncio signifique de modo contínuo, “Garder le silence signifiait autant que parler”¹² (SCHERER, 2013, p. 03). A pausa aparece no discurso como a linguagem que não é articulada em voz alta, nem desmembrada na escrita, porém movimentada em um lugar íntimo, nebuloso, subjetivo produzindo diferentes sentidos. É nesse espaço de silenciamento que também vamos enveredar, atentando para o discurso de nosso sujeito gaúcho, olhando para os momentos em que o calar-se, por pouco ou muitos instantes, faz-se presente e desafia-nos a pensar sobre esta “parada” e os sentidos que se movimentam no momento em que o silêncio se instaura.

Nessa perspectiva, propomo-nos a pensar no silêncio como o que fica fora do dito, o que seria possível ao sujeito dizer, mas não diz. Só que o silêncio que fica fora não está lá como um conjunto de frases prontas, mas como as “não ditas”, “não articuladas oralmente”, significando diferente, por ele mesmo e sempre. É assim que lemos em Orlandi (2011, p. 35): “na perspectiva que assumimos o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é”. O silêncio é a pausa, ou para respirar, ou para deixar de materializar determinado discurso. O silêncio é essencial à vida, à linguagem. Às vezes, ele se naturaliza; outras vezes, é ele que provoca a tensão silenciosa entre os interlocutores, uma parada contida e interpretada, pois é nessa lacuna, entre o não-dito oralmente, que se movimenta a memória, selecionando o que pode e deve ser dito. Nesse sentido, Orlandi (2011, p. 34) salienta que “o homem exerce seu controle e sua disciplina fazendo o silêncio falar ou, ao contrário, supondo poder calar o sujeito”. Iludimo-nos ao pensar que podemos controlar os sentidos que o silêncio refugia, pois, ao deixarmos de dizer algo, estamos deixando de fazê-lo; porém, não se tem o poder de impedir, estruturar ou dominar sentidos que se instauram naquele espaço lacunar. Portanto, acreditar que o silêncio não significa ou “quem cala consente”, é ilusório e falho, algo implantado no espaço histórico-social ao qual pertencemos. Calar não é consentir, é significar.

O homem utiliza-se incansavelmente da fala, “atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio como vazio, como falta” (ORLANDI, 2007a, p. 34) e visualiza o silêncio como um momento de (re)pensar, porém sem significado, fechado em si

¹²Tradução nossa: “Manter o silêncio significava tanto quanto falar”.

mesmo. No entanto, quando falamos, movimentamos sujeitos e sentidos que são da mesma forma ativados quando silenciados. Uma vez que o silêncio é constitutivo, entre as réplicas, as frases, os versos, as palavras e as sílabas, é possível afirmar que há silêncio que significa. Portanto, é um outro caminho/movimento/espaco no interdiscurso; o silêncio age em busca de sentidos nos desvãos entre o dito e o não dito, e ele pode fazer com que a identificação seja/esteja ligada tanto à FD prioritária, na qual o sujeito está inscrito, quanto aos saberes advindos de outras FDs que também podem estar em sua constituição.

Na concepção de Serrani (2003, p. 286):

[...] o dito vai sempre além da intenção assumida ou negada. É dito sempre mais do que se sabe, não se sabe totalmente o que se está dizendo, pois um algo a mais da ordem do inconsciente e da ideologia é sempre dito além do formulado ou, também, fala-se para "não dizer nada".

Quando se trata do não dito, daquilo que permanece silenciado no discurso, coloca-se em questão a sua incompletude, lembrando que todo discurso é uma relação com a falta, com o equívoco, já que toda linguagem é incompleta: "[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer" (ORLANDI, 2011, p. 12). Assim sendo, entendemos que nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles sempre estão se reconstruindo, movimentando-se e dando voz a outros dizeres.

Olhar para as faltas que se apresentam no processo discursivo é complexo e instigante para o pesquisador e analista, pois, quando observamos o discurso do sujeito gaúcho, movimentando-se por um lugar de resgate, dúvidas, incertezas e deslizos, também silenciados na tentativa de entender o que acontece e como se dá essa "parada, descanso, silenciamento". É um trajeto nebuloso, incompleto, em que existe a tentativa constante de trazer ao discurso fatos da história, utilizando-se de uma memória individual/social, que resgata e permite ao sujeito manifestar-se a partir do que ele julga saber, conhecer e resgatar. Interessa-nos transitar por esse espaço chamado "silêncio", o espaço da incompletude, da falta, do equívoco, pois entendemos que, ao escolhemos certas palavras para falarmos, silenciados outras que (não) são ditas por infinitas razões, mas significam, movimentam sentidos que

estão em um lugar, que não o da fala, mas o do calar-se, silenciar-se. Para Orlandi (2011, p. 13),

[...]o silêncio é assim a “respiração” da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre o espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.

O silêncio constitui-se num espaço além do que é observável, ele é rápido, fugaz, não dura e se desmembra, “escorre por entre a trama da fala” (ORLANDI, 2011, p. 32), é disperso, resistente ao controle da linguagem, nebuloso, mas profundo; é um lugar de introspecção onde é permitido ao sujeito parar, pensar e decidir entre o que pode ser dito, movimentado outros olhares, a partir da fala.

É importante ressaltar que essa repetição está suscetível a lapsos, falhas, incompletudes, vacilos, pois, se um acontecimento novo surgir, esse poderá perturbar a memória, estabelecendo, com ela, um jogo de forças.

Dessa forma, limitamo-nos a fazer um recorte, pensando no discurso do sujeito gaúcho que nos apresenta a si mesmo, a partir da sua história e memória, entre o falar e o calar. São dizeres relatados, que estão num outro lugar, num já-lá, que permitem a esse sujeito no campo/rural, dizer de si e/ou silenciar. É na tentativa de gerenciamento entre diferentes silêncios, numa relação significativa entre som/sentido, que Orlandi nos apresenta distintas formas de calar. Para a autora, o silêncio pode ser fundador, que “não é vazio, ou sem sentido; ao contrário ele é indício de uma instância significativa” (ORLANDI, 2011, p. 68), ou seja, garantia do movimento de sentidos, que é necessário e não originário. Além do silêncio fundador, Eni Orlandi distingue a política do silêncio, subdividida em: silêncio constitutivo e silêncio local. *O silêncio constitutivo indica que para dizer é preciso não-dizer, melhor explicando, ao “dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”* (ORLANDI, 2011, p. 73). Isso mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis. No *silêncio local*, o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos. A censura, produzindo efeitos de falar e silenciar, tem materialidade linguística e histórica, além do poder de organizar e produzir no sujeito efeitos de subjetividade e controle do que pode ou não dizer.

É o silêncio que se projeta pelo viés do imperceptível, do que se deixa escapar, ora inconscientemente, ora de forma consciente – que “se diz” quando

aquele que discursiva entende não ser o momento de trazer à tona determinados dizeres e recua, silenciando sentidos. Orlandi (2011, p. 129) completa esse conceito dizendo que “o silêncio não é falta de palavras (há palavras cheias de sentido a não se dizer, logo cheias de silêncios) e onde o ‘branco’ não é ausência de sentidos”, mas o deixar para depois ou para um nunca mais, dizeres que não poderão ser exaltados naquelas proporções de discurso. Trata-se do momento, das condições de produção, da relação entre o simbólico e o político que se estabelece em todo o dizer. Orlandi (2011, p. 129) afirma também que “todo o dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder”, e são essas relações que definem a FD e, conseqüentemente, as relações ideológicas nas quais se inscreve esse sujeito. Assim, entendemos que a pausa, apresentada no discurso do sujeito gaúcho, vem pré-determinada por diferentes silêncios, os quais organizam o discurso entre o que é possível ou não de ser dito.

Remetemo-nos, com base nas reflexões que estamos empreendendo, ao excerto da entrevista A: “Bah... É... trabalhá com o presidente...”. É momento em que acontece uma parada no discurso, representada graficamente pelas reticências, pois o sujeito, ao discursivizar, coloca-se num lugar de conflitos, esquecimentos, retomadas; no entanto, em alguns momentos do seu discurso, para não dizer o que já está dito, silencia, sustentado pela pluralidade de silêncios: “o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade, etc.” (ORLANDI, 2011, p. 42), que são contínuos, múltiplos e dispersos.

Pensamos em um sujeito gaúcho que, ao recorrer ao já-dito, ressignifica, que fala a partir de uma FD heterogênea, a qual permite movimentar sentidos que estão no entremeio do que é apresentado pela história, pela memória e na atualidade. Voltamo-nos para o gaúcho no campo, transitando pelo imaginário desse sujeito, que nos é acessível através das entrevistas; alguém que produz e movimenta sentidos via memória e história constituídas por lacunas, lapsos, esquecimentos e silenciamentos. Dedicamo-nos a observar o movimento entre o falar e o calar que se instaura no discurso, materializado a partir das entrevistas do sujeito e, como já dito, situado num espaço que não é o urbano, quando ativa, a partir de seus dizeres, sentidos diversos e, mesmo inconscientemente, seleciona o que deve e pode ser dito, pausando e retomando sentidos. É o sujeito que busca resgatar um discurso

sedimentado pela história que é tomada como sua, porém pensada e contada de um outro lugar, um espaço em que as condições de produção, a formação discursiva, a ideologia determinam o seu dizer. É chamado então a fazer escolhas entre o que pode ser dito e o que deve ser silenciado.

2.6 UMA LÍNGUA PARA SE VIVER

2.6.1 Apurando mais o conceito de língua

As reflexões empreendidas até esse momento remetem-nos à necessidade de “apurar” mais o conceito de língua. Mas o que significa dizer/selecionar: “apurando”, gramaticalmente formatado no gerúndio? Provindo do infinitivo “apurar” que, segundo o **Dicionário Houaiss** (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 167), significa “purificar, tornar-se melhor, juntar, computar” e com conotação popular de “dar o ponto”, ou seja, deixar na textura e sabor ideal – dar o ponto em um doce – por exemplo. Pelo olhar do **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul** (NUNES; NUNES, 1984, p. 39), o verbo “apurar” remete a “apressar, acelerar a marcha”, agilizar algo ou alguma situação. São verbetes que estão nos instrumentos linguísticos, significando de distintas formas e permitindo a nós “apurar” saberes de uma língua, que não é fechada nela mesma e que produz sentidos dentro da sociedade, inscrevendo-se na história e significando por ela mesma.

Refletir sobre o funcionamento da língua na perspectiva da AD é mobilizar a noção de real, olhando para fissuras dessa materialidade, ultrapassando o linguístico. Por isso, faz toda a diferença pensar a língua somente como estrutura, como um sistema de signos, ou como materialidade do discurso, onde o histórico e o social a atravessam, onde a estrutura está sujeita a falhas, exposta ao equívoco. É esse o modo de ver a língua que a Análise de Discurso nos apresenta.

Considerar a língua como instância possível de instabilidade implica, sobretudo, admitir o fato de que nela há espaço para o possível e o impossível. Este último, emergente pela via do equívoco, encontra abrigo a variação, compreendida como diferença ou mesmo como vacilo. Ao ver de Pêcheux (2010, p. 314) “a vacilação discursiva afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são

engendradas” (PÊCHEUX, 2010, p. 310). Entendemos que, mesmo quando o sujeito do discurso tenta controlar e direcionar o sentido do que diz ou escreve, existe a possibilidade do “eu” vacilar permitindo que determinados fatos surjam a partir de seu dizer, à sua revelia, fazendo com que ocorram deslocamentos de sentido, indicando/materializando a FD em que esse sujeito se inscreve.

Rosana Paulillo (2004), em sua tese de doutorado, afirma que:

No discurso de si, no entanto, o sujeito parece se confrontar com o despedaçamento das estruturas de linguagem (o “corpo verbal” de Pêcheux) que sustentam a espessura do eu e a espessura dos referentes. É quando a discursividade parece se descolar da referência, e ali, onde o mundo vacila, o próprio eu vacila nas suas auto-representações constitutivas da identidade imaginária (PAULILLO, 2004, p. 17).

Entendemos que, ao falar de si mesmo, um sujeito assujeitado à FD com a qual se identifica, vacila diante da “impossibilidade de coincidir com seus sentidos e com seu dizer” (PAULILLO, 2004, p. 20), projetando uma imagem de si mesmo que não condiz com a FD na qual se inscreve.

A língua tem ordem nela mesma, e o sentido não está evidente; está sim presente na materialidade discursiva, permitindo que a língua signifique e se inscreva na história. Ao constituir o discurso como seu objeto, a AD relaciona a linguagem à sua exterioridade: não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens expressando-se oralmente e por escrito, falando, produzindo sentidos, enquanto sujeitos e enquanto membros da sociedade. Da mesma forma, a AD entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade social. Esta mediação é feita pelo discurso, ou seja, pelas práticas discursivas nas quais o homem se insere, sendo capaz de fazer significar e significar-se. O discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade na qual vive. A representação da realidade das pessoas, ou seja, do seu cotidiano, é permeada por símbolos. E, diante deles, o processo de interpretação se desdobra. A AD permite uma relação mais próxima com a linguagem, uma vez que o discurso é a prática da linguagem e concebe-a como a intermediação entre o homem e a realidade social.

Quando nos deparamos com a imagem do sujeito gaúcho que está exposto por toda uma vida no campo, também somos levados a entender a constituição desse sujeito e da sua língua, que não é fechada, pois mantém uma abertura para o simbólico. Assim, temos o sujeito gaúcho dotado de sentidos que se movimentam a partir da linguagem e da imagem que é constituída historicamente, o que faz/permite/determina que seu imaginário seja também tomado ideologicamente por esta ou aquela imagem de si. Um imaginário pensado a partir “de um espaço que se instala a problemática das minorias linguísticas e onde incluímos a dos falares regionais: é a mesma língua, mas é diferente” (PETRI, 2011, p. 28). É da mesma língua que aprendemos, de forma generalizada no âmbito nacional (Brasil), que estamos tratando, porém instaurada em múltiplos espaços, em condições de produção diversas, movimentando sentidos igualmente distintos. Orlandi (2009, p. 179) destaca que “falamos diferente, produzimos diferentes discursividades”, dito de outra forma, organizamos distintos discursos, com sentidos igualmente distintos. Por mais que a língua nacional seja a mesma, somos sujeitos outros, temos uma história e relacionamo-nos de modo particular com a ideologia pois, “se a linguagem é a materialidade do discurso, este, por sua vez, se define como a materialidade da ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 35). Por esse viés, buscamos, neste trabalho, dar visibilidade ao funcionamento da ideologia no discurso do sujeito gaúcho, que, na verdade, não se constitui como um ser empírico, mas como posição-sujeito na formação social. Um sujeito da e na língua, que emerge entre a tensão do que está posto nos dicionários, representando a língua nacional, e o que circula nos falares regionais, sustentados pela heterogeneidade de uma língua que “não pode ser tomada como uma que diz da origem, que diz das fronteiras e que confere um estatuto local ou regional [...]” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 46).

Diante disso, Orlandi (2002, p. 18) destaca que “a língua se inscreve na história para significar: quando se fala mobiliza-se, pois um saber que, no entanto não se aprende que vem por filiação e que nos dá a impressão de ter sempre estado lá”. Um saber que já esteve em outro lugar, já movimentou sentidos, passou por transformações e que transita entre um já dito e um a se dizer. Um saber idealizado, na tentativa de sua apreensão, evidenciado nos registros de um dicionário, o qual é um objeto visto como um espaço que inscreve palavras e expressões oficializadas, responsáveis pelo prolongamento desse saber. Nessa perspectiva, contamos, como já referido, com uma língua imaginária, definida por Orlandi (2009, p. 18) como uma

língua sistema, que analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, mas, junto a isso, compreende-a também como “artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua.”

Temos, dessa forma, uma língua que nos faz passar por um sistema de regras, normas, busca (encontro?) de exatidões que, tanto o instrumento linguístico (dicionário), quanto a escola, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, tal como concebido por Althusser (1992), constroem e tentam controlar: unidade imaginária, ou seja, uma língua alocada num espaço institucionalizado, o qual “obriga a passar pelas coerções, coloca paradigmas e controla o uso e a forma da língua” (ORLANDI, 2009, p. 30).

No entanto, “observamos uma forte partição sobre a língua, indicando o que seria local e regional” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 44), assim não podemos nos deter sobre uma língua imaginada como única e verdadeira. Entendemos que a língua nacional, institucionalizada nos dicionários e gramáticas, deve ser pensada, respeitada e utilizada; no entanto, quando olhamos para as questões linguísticas regionais, observamos que o que se tem é uma porção de língua, de uma língua que se constrói pela heterogeneidade dos sujeitos, condições a que estão expostos, no caso, seus falares regionais. Uma língua que:

[...] é imaginária, mas cuja partição se dá num espaço de tensão, indicando sua fluidez. Isso significa dizer que não estão separadas por um estatuto (embora vocabulários, glossários e discursos sobre a língua engendrem fronteiras regionais), mas que há uma língua que não pode ser tomada como uma (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 46).

Assim, tratar da tensão que se estabelece entre a língua nacional e regional também é falar do lugar do sujeito; aqui, do sujeito gaúcho. Entendemos, no percurso de desestabilização involuntária de uma língua regional, a tentativa de naturalização de dizeres que nascem e se movimentam em um determinado espaço igualmente regional. Falares que identificam e perpetuam a história e a memória de um determinado grupo, a partir de uma língua que é recriada constantemente e, dessa forma, institucionalizada como regional. Quando pensamos no processo de dicionarização de uma linguagem regional, que identifica um dado grupo social e autodetermina-o como sujeito pertencente a um determinado “espaço de

enunciação”¹³, encontramos, nesses instrumentos linguísticos, um levantamento de palavras e expressões asseguradas por falantes do interior do estado do Rio Grande do Sul. Petri (2011, p. 30) ressalta que “este objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado: o campo (a campanha) gaúcho”. É um lugar que rompe com a fronteira do que pode e deve ser dito, pois permite a instauração de um discurso que é próprio do lugar, do domínio do falante.

É a relação língua/linguagem/discurso que nos dedicamos a olhar através da fala do sujeito *gaúcho* que se encontra em um lugar geograficamente distante do espaço urbano. Interessa-nos pensar na língua que, embora tenha sido sistematizada como língua imaginária, não pode ser contida ou controlada por ela. Tratamos da língua falada que surge e ressurgue a partir daqueles que estão em um já-lá, outro lugar, que não o urbano, mas que se relaciona com ele. Uma língua tomada por diferentes processos de significação, os quais constantemente se movimentam sem que os falantes tomem consciência disso. Interessa-nos a língua criada e recriada, utilizada, vivenciada pela memória e história, significada, movimentada no discurso do sujeito que está dentro/fora da urbanidade, uma língua que, como já mencionado,

[...] está em movimento, em mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites. Fluida (ORLANDI, 2009, p. 18).

A língua não funciona fechada sobre si mesma, ela se abre para o equívoco, para as incompletudes, para o novo, o diferente, para os lapsos, etc. A língua é sujeita à falha, com possibilidades de sentidos outros e como possibilidade de os sujeitos transformarem-se, significarem-se nela/por ela. Ela é criada, trabalhada, inovada a todo o momento, em distintos espaços que se movimentam sobre e entre si mesmos, na relação com os outros. É um lugar do simbólico.

¹³ Eduardo Guimarães em seu livro **Multilinguismo: divisões da língua e ensino no Brasil** (GUIMARÃES, 2005, p. 08) define espaço de enunciação como “o espaço de relações entre línguas diversas e seus falantes”.

Dedicamo-nos à tentativa de apreender uma fração dessa língua fluida, olhando para o discurso do sujeito gaúcho, que se identifica tomando posições sobre falares regionais, que são resgatados pela memória individual e coletiva, repensados, recriados e postos movimento, a partir de dizer que “ora fixa ora desliza sentidos” (PETRI, 2006, p. 26), movimentando o imaginário.

2.7 ENTRE O IMAGINADO E O MATERIALIZADO: A FRONTEIRA

Ao versarmos sobre a palavra “fronteira”, de imediato trazemos à nossa escrita definições apresentadas pelos dicionários que nos auxiliarão nas análises das entrevistas. De acordo com o **Dicionário Houaiss**, fronteira é “limite que demarca um país e o separa de outro(s); limita dois sistemas linguísticos; fronteira de acumulação fronteira de tensão”. Já o **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul** não traz uma definição de fronteira específica, mas registra a palavra “fronteirício”, dizendo que “é a pessoa que nasce na fronteira com o Uruguai ou Argentina. Habitante da região de fronteira”. O termo “fronteira” permite-nos movimentar conceitos entre fronteiras naturais, artificiais e metafóricas, remetendo a limites entre dois países – talvez o de uso mais frequente – até em sentidos simbólicos, como fronteira social, fronteira moral, fronteira epistemológica, fronteira militar, fronteira entre consciente e inconsciente, fronteira linguística, etc...

Nosso objetivo nesta pesquisa não é analisar todas as fronteiras; interessamos aqui olhar para a situação em que se encontra o sujeito gaúcho, que não é qualquer, mas o de fronteira, aquele que vive continuamente numa relação não estagnada entre o que culturalmente designamos como o lado de cá e o lado de lá. Pensar a fronteira do Brasil com a Argentina como forma diferenciada de organização territorial leva-nos a olhar esse espaço marcado por conflitos históricos, como um recorte analítico e espacial de diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Versamos sobre dois espaços sustentados por definições geopolíticas, demarcado e materializado sob o nome de *Rio Uruguai*, responsável por delimitar dois redutos, que, por um lado, estão separados linguisticamente, geograficamente, politicamente e culturalmente, porém, por outro lado, fundem-se sob as águas de um mesmo rio, permitindo que se movimentem outros sentidos entre línguas que já não são mais conceituadas como únicas, puras, mas que fluem,

se entrelaçam e significam. São dois territórios geográficos, duas línguas e múltiplas histórias e culturas, que se unem e se separam momentaneamente, pois ao mesmo tempo em que estão separadas pela grandiosidade do rio Uruguai, unem-se por uma ponte que conecta um lado ao outro, permitindo a proximidade, a mescla, a troca e, conseqüentemente, o surgimento do novo, do inesperado, do que movimenta outros sentidos.

Diante disso, atentamos para o fato de que a fronteira constitui um espaço que oscila entre o físico e o invisível aos olhos, indo muito além da divisão territorial geográfica; salienta outras rupturas que, na maioria das vezes não estão perceptíveis, mas estão ali, marcando, projetando e significando, o que também é um espaço do simbólico. Nessa concepção, acredita-se ser importante compreender como essa fronteira vai se constituindo ao longo da história. Segundo Sturza (2006),

[...] a fronteira vai incorporando significações à medida que fatos históricos como, por exemplo, as disputas sobre os domínios territoriais entre Espanha e Portugal na América, a definição dos limites geopolíticos e, posteriormente, a formação dos estados nacionais, constituem os sentidos da Fronteira, sobretudo, quando a questão é a relação das línguas nas fronteiras hispano-brasileiras (STURZA, 2006, p. 25).

A trajetória histórica da constituição da língua nas fronteiras, na América do Sul, parte da disputa territorial entre espanhóis e portugueses e, sucessivamente, do contato e do cruzamento entre a Língua Portuguesa e a Espanhola na região fronteira. As fronteiras geopolíticas instaladas como demarcação de território acabaram, com o passar dos anos, perdendo força para o avanço das fronteiras sociais, surgidas a partir do povoamento no decorrer das faixas fronteiriças, permitindo o contato de línguas, história e culturas. Passados alguns séculos, as nações já se encontravam colonizadas e buscavam fixar uma língua oficial, como meio de instalar a soberania nacional. A tentativa de unificar a língua no território nacional desconsiderou as outras culturas que ascendiam no território brasileiro, argentino e uruguaio. Tais culturas, por meio de sua língua, desconstruíam a homogeneidade linguística que se tentava implantar pelo Estado.

No Rio Grande do Sul, nada foi diferente. A partir da mescla de etnias, surgiu o sujeito gaúcho, situado na fronteira do estado do RS com países hispano-americanos, sujeito esse que estabeleceu, através de sua fala, outras fronteiras, a linguística, institucionalizada em dicionários regionalistas. Mas o que é fronteira?

Segundo Sturza (2006, p. 19), “a base de todo o conceito de Fronteira está na sua natureza constituída, antes de tudo, pela latência do contato – contato de territórios, contato de pessoas, contato de línguas”. No espaço fronteiriço, é possível evidenciar o movimento linguístico entre uma língua e outra. Idiomas diferentes na sua estrutura gramatical, mas com histórias semelhantes que se dividem por questões políticas, culturais, sociais e territoriais. No entanto, apoderam-se de uma linguagem que não pode ser apreendida, pois escoa, desliza, relaciona-se e produz sentidos.

Segundo Haesbaert (1997, p. 36),

[...] a fronteira indica ao mesmo tempo o fechamento e a extroversão, a classificação proporcionada por esses recortes espaciais, através da atribuição de significados ao espaço, pode reforçar, legitimar ou dar forma a identidades territoriais específicas.

Na fronteira, ainda, pode-se observar a tensão entre o velho e novo, o que já foi pensado, narrado, instaurado pela memória e história e o que pode emergir a qualquer momento, a partir do contato entre línguas, povos, realidades, costumes, etc. É o inexplicável, imprevisível e que, para muitos de nós pesquisadores, torna-se inenarrável na sua completude, pois é um novo que surge, algumas vezes permanece, firma raízes entre o lado de cá e de lá da fronteira, constitui memória e história. Porém, outras vezes, com a mesma fugacidade com que aparece, também some, evadindo-se entre o olhar daqueles que buscam, analisam e tentam, de alguma forma, reconhecer/conhecer, a partir desse momento, algo mais sobre a densidade que habita a fronteira entre dois países. As fronteiras são sociais e nelas circulam diferentes etnias - índios, espanhóis, árabes, portugueses, alemães, entre outros, e, assim, o contato linguístico é uma consequência inevitável, pois são diferentes relações que se entrecruzam formando o novo e provocando a tensão. É no contato com outras culturas, línguas, etnias que a língua, tida como nacional (espanhol, português), desmembra-se, renasce, adapta-se e busca a naturalização de falares que se movimentam no grupo social da região.

Por essas considerações, não podemos deixar de pensar no espaço de Enunciação Fronteiriço, o qual Sturza (2006), muito bem explica ao afirmar que:

O sujeito enunciator de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente ao falante de outra língua nacional é afetado pelo

imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam, os domínios de uma outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional (STURZA, 2006, p. 60).

Trata-se de um panorama linguístico do território fronteiriço em que coexistem as duas línguas nacionais (português e espanhol), ultrapassando os limites estabelecidos geopoliticamente. Línguas que estão vivas, mas não são únicas, pois funcionam numa relação de heterogeneidade entre sujeitos e condições. Assim, como já dito, outros falares nascem e passam a circular, buscando naturalizarem-se; porém não se eximem da tensão entre o que é certo ou errado. Consideramos que há uma heterogeneidade que paira sobre sujeito e discurso e permite o funcionamento de diferentes saberes e dizeres, assim como bem retrata Petri e Medeiros (2013, p. 46): “quando pensamos num sujeito na e da língua, já não podemos nos deter no que está posto na oficialidade que diz o que é nacional e o que não é, o que está certo e o que está errado [...]”. São falares que se desmembram da língua nacional e são naturalmente repensados, reestruturados por determinados grupos regionais que os tomam como seus, permitindo o funcionamento que busca identificar o lugar desse grupo social. São saberes que são retomados por uma memória e reinventados constantemente segundo as necessidades e interesses do grupo regional. Palavras e expressões que tomam forma e materializam-se no discurso muitas logrando serem registradas nos instrumentos linguísticos, sobre o viés de uma língua imaginária, “mas cuja partição se dá num espaço de tensão, indicando sua fluidez” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 46).

Quando pensamos na fronteira entre Brasil e Argentina, mais especificamente São Borja e Santo Tomé (Figura 3), não podemos deixar de olhar para o falante fronteiriço, um sujeito que possui um discurso próprio sobre as línguas que circulam dos dois lados do rio e também a língua que se constitui pelo contato, ao mesmo tempo em que atribui sentidos às práticas linguísticas, conferindo lugares a cada uma delas. O espaço de enunciação fronteiriço mostra-se, portanto, como um lugar de disputas, em que as línguas estão dispostas, muitas vezes, de forma desigual. Conforme Sturza (2006, p. 167), “existe uma relação de poder entre as línguas, havendo, pois, práticas linguísticas privilegiadas e outras estigmatizadas”.

Na sequência trazemos, de nosso arquivo pessoal, a imagem da ponte que integra o Brasil e a Argentina.

Figura 3: Vista da entrada, pela cidade de São Borja (Brasil) à ponte Internacional



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4: Ponte Internacional sobre o rio Uruguai, que integra Brasil e Argentina.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5: Visão da Ponte Internacional Brasil/Argentina, sobre o rio Uruguai. São Borja/Santo Tomé



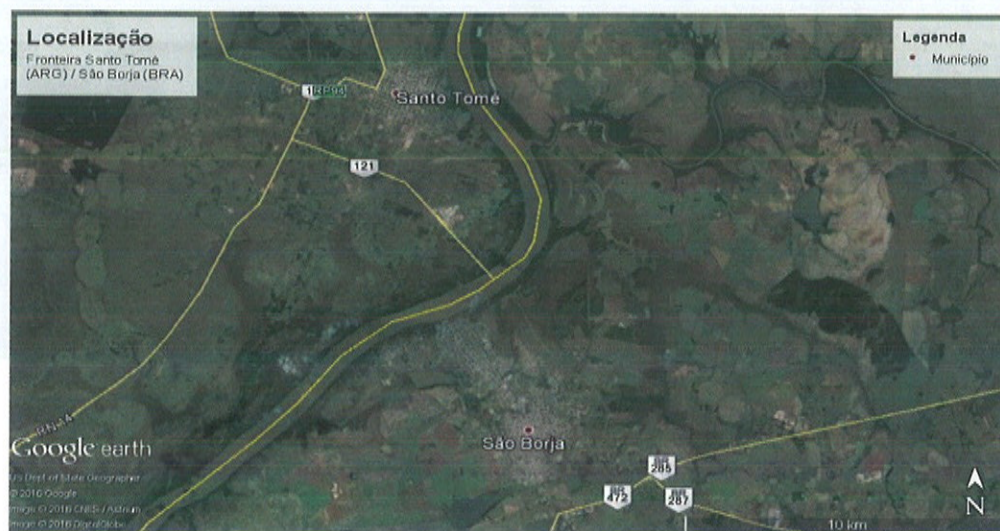
Fonte: Arquivo pessoal

A língua está lá, entre o vai e vem das águas que se chocam, às margens do rio, pelos dois lados, embrenhando-se na zona fronteira e opaca das coisas não ditas, que podem vir a ser. São margens que brocam a estrutura, explodindo em sentidos nada previsíveis, navegantes a esvoaçar suas peles em rotas originais. As águas, ora turvas na opacidade da língua, ora transparentes, mas não menos opacas, escorrem em desvios, equívocos, alterações e desarranjos, em cuja materialidade linguística aparece o relevo de novos lugares de significação.

A língua, assim como as águas, mescla-se em movimentos contínuos, indeterminados, imprevisíveis, sem limites, escoando deliberadamente, sem cessar, turva como as águas do rio Uruguai. Águas que se movimentam de acordo com as condições do rio, que, em algumas vezes, alcançam suas margens de forma calma e silenciosa, outras vezes, são turbulentas e ruidosas, e chocam-se, reinventam-se e significam sem deixar de seguir o seu percurso. Águas que, como a língua, já estão lá postas, passageiras, em constante movimento, unindo/separando dois países, duas línguas, distintos falares, delimitando apenas a fronteira geográfica (figura 6), mas em sua fluidez, permitindo o deslocamento, o movimento, o funcionamento de falares que emergem do lado de cá e (trans)bordam para o lado de lá, em um

permanente balanço, assim como as águas, produzindo sentidos. Assim é a língua fluida, como as águas do rio Uruguai, não pode ser contida, é imprevisível em seu movimento, escoando, renovando-se e significando(-se) a todo o momento.

Figura 6 – Mapa da fronteira geográfica entre Brasil e Argentina, incluindo São Borja e Santo Tomé.



Fonte: <<https://hiu.state.gov/data/data.aspx>>. Acesso em: 27 maio 2016.

Olhamos para língua que o rio, paradoxalmente, separa e une. Olhamos para o sujeito que o rio, contraditoriamente, separa e une. Olhamos para o espaço que o rio, antiteticamente, separa e une. Olhamos para os sentidos que rio, simbolicamente, une. É nesse percurso que circula o sujeito de nossa pesquisa, que está do lado de cá (brasileiro), mas transita socialmente, politicamente, culturalmente e até linguisticamente para o lado de lá (Argentina). É um sujeito que está na fronteira e reconhece sua posição, pois acredita ocupar um lugar que é seu e é desse lugar que ele se posiciona e se deixa tomar pela unidade ilusória de sujeito, movimentando-se, assim como as águas, discursivamente. É no discurso que observamos a manifestação da linguagem regional, pensada, criada, diversificada e materializada no dicionário, um espaço que movimenta o funcionamento de sentidos, de referência e de preservação do passado, que a história e a memória permitem a esse sujeito retomar.

É a partir dessa perspectiva que retomamos nossa questão de pesquisa: entender que relações de sentidos se estabelecem entre os sentidos produzidos através das palavras e expressões do sujeito gaúcho – sujeito situado num espaço para além da urbanidade, homem regionalista no campo, exposto à língua fluida – e os saberes dos dicionários, espaço instituído da língua imaginária.

PARTE III

3. A CONSTRUÇÃO DO CORPUS E DO OLHAR COMO ANALISTA DE DISCURSO

3.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS ENTREVISTAS

O trabalho de pensar, organizar e aprovar as questões que compõem nossa pesquisa e que norteiam nossas análises foi árduo. Primeiro, pelo lugar em que nos encontramos: cidadãos sul-rio-grandenses, ditos gaúchos, fato que nos levou, com grande resistência, a desconstruir-nos em nossas evidências e colocarmo-nos no lugar de analistas de discurso, comprometendo-nos com a elaboração de nosso dispositivo analítico. Para isso, consideramos Orlandi (2012, p. 27):

[...] a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de "seu" dispositivo analítico, optando pela mobilização destes ou aqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão.

Tratamos de pensar que a responsabilidade que cabe ao pesquisador: se assim é a partir do momento em que se propõe a pesquisar determinado *corpus*, continua a ser imensa no andamento e torna-se fundamental para/nos resultados da investigação. Certamente nossa caminhada não foi diferente, pois o ato de pensar o *corpus*, definir os sujeitos e selecioná-los e constituir as questões que norteariam a pesquisa exigiram momentos de leituras e discussões. Um trabalho que deslizava entre o querer e o não querer, o poder e o não poder, o ser e o não ser, direcionando-nos ao lugar do sujeito gaúcho, mas não àquele apontado pelo "adjetivo gentilício", como "quem nasce no Rio Grande do Sul é 'gaúcho'", mas ao que está no campo, com suas peculiaridades, um sujeito que toma posição social e que é passível de análise. Porém, precisávamos estar alertas para não sermos envolvidos por nosso imaginário, que também é o de tantos outros, conforme Petri (2004, p. 125):

A designação gaúcho vem de um outro lugar, instaura-se aqui, recupera sentidos, transforma-se e passa a significar de diferentes formas através dos tempos, conforme reinvenção imaginária, mas na maioria das vezes nos remete às relações entre o homem e às coisas da terra, caracterizando de forma mais genérica o gaúcho como um ser essencialmente telúrico.

Assim, podemos dizer que o fator “campo” coloca o gaúcho num lugar que o define, determina e possibilita relações que o diferenciam dos demais, do “outro”, daquele que também nasce no RS, mas vive no espaço urbano. Para isso, trabalhamos com entrevistas semiestruturadas¹⁴, embasadas em nossas leituras sobre o imaginário, ideológico, simbólico daqueles sujeitos que estão no campo e se movimentam num espaço único, de gaúcho rural¹⁵.

3.2 DICIONÁRIOS: UMA “MARGEM” POSSÍVEL

Ao olharmos para a palavra “margem”, de imediato somos levados a pensar no rio, aquele que já citado na metáfora sobre a fronteira, que une e separa dois países, duas línguas oficiais, dois sujeitos. Um rio amparado por suas margens, sempre instáveis, inconstantes, assim como a língua que flui entre o lado de cá e o de lá, entrelaçando-se. Por outro lado, temos a margem que movimenta o funcionamento de sentidos de referência, um lugar que comporta a língua imaginária, materializada e institucionalizada. Um espaço da metalinguagem, da paráfrase, da polissemia. A margem mais firme, mais fixa, possível de ancoragem para o analista parar, pensar e arriscar-se na tentativa de compreender como funcionam os sentidos que se movimentam nesses objetos discursivos.

Nossa investigação, como já enfatizado anteriormente, visa a reconhecer no discurso dos *gaúchos* (brasileiros) no campo, situados na fronteira do Brasil com a Argentina, palavras e/ou expressões que movimentem outros sentidos na voz desses sujeitos. Para tanto, olharemos para os dicionários como uma ferramenta que irá funcionar, como apoio, nas análises para dar maior visibilidade ao *corpus*.

São dois os instrumentos linguísticos selecionados que nos auxiliarão no entendimento de nossas análises, um nacional e outro regional com espaços de circulação em lugares diferentes, fato que não os coloca em condições de importância desiguais. Segundo Nunes (2001, p. 101), “o dicionário funciona como

¹⁴ Optamos por manter a oralidade nas transcrições não realizando correções ortográficas ou gramaticais.

¹⁵ As entrevistas de nossa pesquisa, se enquadram dentro dos princípios éticos por se tratar de dados coletados de participantes humanos. Nosso projeto teve aprovação no Comitê de Ética da UFSM no dia 11/03/2014, sob o número de protocolo 553.950, a partir de então passamos à realização das entrevistas e das suas transições.

um lugar de observação do léxico, não se restringindo ao papel de um instrumento de normatização, mas constituindo-se um objeto discursivo". É um instrumento linguístico que nos apresenta o que é próprio do popular, do domínio de um falante do interior de um estado brasileiro, ou seja, "trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes, mobilizados pelos falantes daquela região" (PETRI. 2004, p. 189). Sobre o **Dicionário Houaiss**, sabe-se que a obra foi pensada por Antônio Houaiss (2009), que:

[...] em fevereiro de 1986, deu início a elaboração do Grande dicionário HOUAISS da língua portuguesa, interrompida em 1992 por carência de financiamentos. Em março de 1997, em associação com Francisco Manoel de Mello Franco e Mauro de Salles Villar, fundou no Rio de Janeiro o Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia com o fito primeiro de retomar a feitura da obra, interrompida havia cinco anos. Em dezembro de 2000 os trabalhos foram dados como concluídos por sua equipe, mas Houaiss falecera pouco mais de um ano antes, deixando para sua equipe a missão de realizar seu sonho no fim da vida (HOUAISS, 2009, p. V).

Sobre o **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**, tem-se uma obra produzida por dois irmãos chamados, Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes, no ano de 1982, reeditada no ano 1984, a qual contempla um total de 550 páginas. Salientamos que a seleção deste dicionário deve-se ao fato de que ele é um dos mais representativos instrumentos linguísticos que tratam da linguagem falada, pelo sujeito gaúcho, no interior do Rio Grande do Sul, de importante circulação regional e reconhecido como um dos principais e mais completos instrumentos linguísticos pelos meio social e escolar/acadêmico. Tomamos como base, para melhor apresentar o instrumento linguístico selecionado para esta pesquisa, as "notas dos autores", presentes no prefácio do **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**.

Este dicionário, iniciado a mais de meio século, em São Francisco de Paula, continha, de início, apenas os termos mais tipicamente gaúchos utilizados pelos habitantes do interior de nosso Estado. Aos poucos, porém se foi enriquecendo com palavras e expressões colhidas não só na linguagem falada no território rio-grandense, que tivemos oportunidade de percorrer e de auscultar de ponta a ponta, mas também em centenas de obras, em prosa e verso, por nós compulsadas, entre as quais os dicionários, vocabulários e glossários já vindos à luz, principalmente os de Antônio Álvares Pereira Coruja, José Romaguera Corrêa, Roque Collage e Luis Carlos de Moraes. Assim deixou este livro de ser o trabalho modesto, inicialmente pretendido por seus autores, pois nele estão registradas, para apreciação dos interessados, mostradas nos exemplos de consagrados

mestres, as vozes regionais, de múltiplas origens, que tanto enriquecem e embelezam a colorida e vigorosa linguagem falada em nossa querência (NUNES, Z.; NUNES, R., 1984, p. 09).

Os dicionários são instrumentos linguísticos produzidos a partir de práticas sociais e organizados por meio do imaginário, visto que é desse lugar que os sujeitos significam o real no discurso. Nosso trabalho trata do discurso do sujeito gaúcho e busca nos dicionários uma ferramenta que nos auxilie no entendimento do movimento de sentidos tanto das palavras e expressões discursivizadas pelos sujeitos, quanto das apresentadas nesses instrumentos linguísticos.

Feitas as considerações acerca da apresentação dos dicionários que disponibilizamos para nossas análises, seguimos nossa escrita versando sobre os sujeitos que constituirão o *corpus* de desta pesquisa.

3.3 SOBRE OS SUJEITOS E AS ENTREVISTAS

A nossa atividade como analista de discurso inicia-se na aproximação com o texto, “unidade que remete ao discurso, que por sua vez constitui vestígio da materialidade histórica da linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 25), mas deve ultrapassar a superficialidade da primeira interpretação para atingir o discurso, visando a mostrar como ele funciona e como produz seus efeitos de sentido. Lembramos que a AD considera que a linguagem não é transparente e procura explicitar, então, num texto, como ela significa, passando a vê-lo como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretendemos apreender a prática da linguagem, ou seja, do homem falando. Além de procurar entender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, entender como se constitui esse homem e a sua história.

Em conformidade a isso, o analista de discurso trabalha em busca da compreensão, da produção de sentidos por um objeto simbólico, utilizando-se do dispositivo teórico da interpretação. Segundo Orlandi (2012, p. 26), a “Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação”.

Nesse movimento entre o olhar que lançamos sobre o sujeito da língua fluida em relação ao da língua imaginária, sua memória, história e o discurso versado e registrado nos dicionários, refletimos sobre a imagem de um sujeito que, em pleno

século XXI, ainda é marcado pela história, interpelado ideologicamente e presente no imaginário social do “outro”. Imaginário esse que constantemente faz um resgate do passado, generalizando representações que forjam e sustentam a figura de um gaúcho que anda a cavalo, lida com o gado, fala cantado, usa bombacha e toma chimarrão/mate.

Diante das mais variadas acepções que envolvem o imaginário do sujeito gaúcho, propomo-nos, a partir dos processos de identificação do sujeito apresentados por Pêcheux, analisar o discurso oral de quatro sujeitos, articulando os processos de produção de sentidos com alguns verbetes registrados nos dicionários. Como já dissemos, olhamos para a imagem estereotipada do gaúcho, já instituída no imaginário social, buscando, a partir dos dados coletados e de nossas análises, desconstruir sentidos evidentes para explicitarmos a existência e o movimento do sujeito no interior da discursividade analisada. Não se trata de analisar o sujeito empírico, mas de considerá-lo em suas práticas sociais como produtor de discursos que podem contribuir para a construção de imagens de gaúcho que continuam em pleno funcionamento no imaginário de brasileiros do extremo sul do país e na região fronteiriça.

Dessa forma, selecionamos recortes que apresentam palavras e expressões que funcionarão como nortes para a reflexão a que nos propomos, nesta pesquisa. Tais recortes prescrevem fielmente o discurso oral dos entrevistados e fazem emergir a representação de gaúcho que, como já mencionado, ainda habita o imaginário social, especialmente, no lugar do urbano, porém, mantendo ativos caracteres que significam o sujeito no campo, quando exposto no lugar do rural. É um sujeito que significa a partir dos seus afazeres, pois o universo de trabalho é que faz dele, ainda, o gaúcho, que não é o de outros tempos, de antigamente, mas é o gaúcho. É dessa perspectiva que encaminhamos nossa pesquisa, buscando tanto o sujeito que constituiu/constituído por sua história no campo, na lida com o gado, nas cavalgadas, no chimarrão em volta do fogo de chão, nas carneadas, quanto o sujeito que nos apresenta/nos é apresentado pela a história relatada e registrada do sujeito sul-rio-grandense.

Quanto à seleção dos sujeitos que constituem nossa pesquisa, privilegiamos homens entre 30 e 70 anos, aqueles que estão no campo, por toda ou praticamente toda uma vida. Nossa proposta metodológica tem, por princípio, suplantado os efeitos

de sentidos evidentes, produzidos discursivamente, desconstruindo a evidência e avançando pelo domínio da discursividade, com a pretensão de apontar para possibilidades outras de sentido. Isso nos conduz a recortes discursivos bem específicos que nos levam a adotar uma posição de análise que movimenta o exposto pelos sujeitos, dando-nos possibilidades de suas palavras serem contrastadas com as dos dicionários. O ponto de partida é o que selecionamos pelas entrevistas, que foram transcritas para que possamos reconhecer, destacar e articular algumas palavras ou expressões provindas da voz dos sujeitos com o que consta nos dicionários escolhidos. Dessa forma, buscamos evidenciar, quando possível, como funcionam as aproximações e os distanciamentos entre um espaço discursivo e outro.

Sobre as condições de produção das entrevistas, salientamos que o percurso para coleta dos fatos linguísticos foi árduo. Enfrentamos a resistência dos estancieiros (proprietários das fazendas) em conceder nossa entrada nos campos, que, em alguns casos, estavam situados em lugares de difícil acesso, exigindo das pesquisadoras paciência, persistência e tolerância. As duas primeiras entrevistas (entrevistados A e B) foram realizadas numa mesma estância de marca histórica¹⁶, pois pertence à família do fundador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mariano da Rocha. Além disso, tivemos a surpresa de nos depararmos com um dos sujeitos (entrevistado A) trazendo em seu discurso marcas de uma memória também histórica, o fato de seu pai ter sido peão do presidente da república João Goulart, vulgo Jango. Por sua vez, o terceiro entrevistado (C) prestava serviço a uma família de grande prestígio local e estava vinculado àquele espaço por toda uma vida. No entanto, naquela etapa de nossa coleta, tivemos a dificuldade de chegarmos até a fazenda, percorrendo 60 km de estrada de chão, em péssimo estado e, mesmo tendo agendado a entrevista, não encontramos o sujeito no horário marcado, forçando-nos, pela distância, a esperarmos por quase cinco horas, fato que, em nossa opinião, comprometeu a qualidade da entrevista. Na quarta e última entrevista (entrevistado D), deparamo-nos com o relato de um peão, exposto à vida do campo há 70 anos, muitos deles dedicados a uma mesma estância. Surpreendeu-nos a forma como o discurso se deu, relatos que transitavam entre o presente e o passado, numa busca constante de uma memória que ora se

¹⁶ Segundo Houaiss (2009, p. 1447), patrimônio histórico são "bens ou conjuntos de bens naturais ou culturais de importância reconhecida".

apresentava como individual, ao relatar “quando eu tinha nove ano”, e ora coletiva: “sê gaúcho, sê gaúcho, usá como diz o otro, usá a bombacha, o seu cinto, seu chapéu, aquele estilo, né”. Tais discursos eram, algumas vezes, compostos por dizeres resgatados pela memória; mas em outras vezes, permeados de silêncios, que diziam das escolhas do sujeito.

Estamos olhando para sujeitos que trazem em sua história as marcas de uma memória pronta para emergir a qualquer momento, pois “a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 2003, p. 422), entre o que é dito e o que não é dito. Esses são passos que nos conduzem a uma análise pautada no dispositivo teórico que compõe a referida tese, pois buscamos olhar para o discurso pensando nas condições de produção em que se encontra o sujeito gaúcho ao discursivizar, pois “o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 2010, p. 75). Nesse processo, buscamos retomar aspectos teóricos sobre memória e história, permitindo que funcionem em nossas análises, visto que os dizeres de nossos sujeitos estão articulados com o que já foi dito, em outro momento, em outros dizeres. Tem-se então, um sujeito que, inscrito na FD “gaúcha”, sustenta um imaginário de homem no campo e se movimenta entre lugares que acredita serem seus, posicionando-se ideologicamente.

A partir dessa perspectiva, direcionaremos nosso olhar ao sujeito inscrito prioritariamente nos saberes da FD “gaúcha”, presente no imaginário social daqueles que se encontram em um outro espaço, o rural.

Sendo assim, passamos a observar e analisar as sequências discursivas (SDs), recortadas nas entrevistas semiestruturadas de quatro sujeitos participantes que serão nomeados, nas análises que seguem, como: A, B, C e D. Destacamos que as análises foram fundamentadas a partir do dispositivo teórico delineado em nossa escrita, nos recortes que selecionamos pelas entrevistas e na articulação desses recortes com os verbetes dos dois dicionários que nos dispomos a trabalhar.

Salientamos que a disposição dos recortes foi organizada, num primeiro momento, de uma forma linear; no entanto, quando adentramos nas análises, sentimos a necessidade de alternarmos a localização de alguns excertos, julgando que a aproximação de dizeres, de distintos entrevistados, poderia levar a um melhor funcionamento das análises. Para isso, mantivemos as colocações lineares de apresentação dos recortes das entrevistas que, em alguns momentos, serão

atravessadas por outros dizeres de outros sujeitos. Os entrevistados serão identificados por A- B- C- D. A partir de então, passamos a organizar as SDs em **SD-A1, SD-A2, SD-A3, SD-A4, SD-A5, SD-A6, SD- A7, SD-A8 e SD-A9; SD-B1, SD-B2, SD-B3, SD-B4, SD-B5; SD-C1, SDC2, SD-C3, SD-C4, SD-C5; SD-D1, SD-D2, SD-D3, SD-D4, SD-D5, SD-D6**. Ao dispormos as perguntas realizadas pelo pesquisador, utilizaremos a sigla P (pesquisadora); como representação dos dicionários, tratamos de identificarmos o **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul** como **DRS**; e o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** como **DHLP**. Nas transcrições das análises, optamos por representar a hesitação e o silêncio dos sujeitos no discurso, utilizando reticências.

3.4 O DISCURSO: A HISTÓRIA E A MEMÓRIA ENTRE O APROXIMAR E O AFASTAR

Ao observarmos a constituição do sujeito gaúcho, com base em nossas análises, pensamos em resgatar algumas marcas discursivas que nos levam a olhar para esse sujeito como alguém que nos relata a sua história, tomado por uma memória que não é sua, mas social, aquela que o discurso chama pelo viés da história e que se apresenta a partir do que lhe é dito pelos seus antepassados. Temos então dizeres que movimentam sentidos que são autorizados ideologicamente a ressoar no discurso, ou seja, nem todos os sentidos que transitam pelos enunciados de uma determinada FD podem e devem ser evidenciados, pois determinados sentidos são esquecidos e, até mesmo, apagados do âmbito de uma FD.

Tomamos o sujeito do discurso (ego-imaginário) que, segundo Pêcheux (2009, p. 162), “se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” e resulta na identificação do sujeito com a FD em que ele se inscreve: gaúcha, pai, irmão, filho, capataz, peão. Pêcheux (2009, p. 160) salienta que FD é “[...] aquilo que, numa FI dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”, e isso significa que o sentido das palavras decorre das FDs em que são produzidas. Por esse viés, olhamos para o discurso do sujeito que vêm marcado pela heterogeneidade, a qual, segundo Authier-Revuz (1990), pode ser de dois modos, constitutiva e mostrada, consideradas como processos distintos. É constitutiva porque, segundo a autora,

“todo discurso é constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32). Assim, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos.

No que tange à heterogeneidade mostrada, a referida autora (1990, p. 26) propõe, então, dois tipos de enunciados: aqueles que mostram a heterogeneidade com marcas evidentes, e aqueles cujas marcas não são mostradas, como já vimos nas análises realizadas.

Partimos do pressuposto de que o discurso constitui-se de saberes que já estão postos em outro lugar e sustentam o dizer, um dizer cunhado na ilusão de pertencer ao sujeito que não se dá conta de que o seu discurso já está atravessado por outros discursos, assim como afirma Authier-Revuz. Da mesma forma, observamos a manifestação da heterogeneidade mostrada quando há silêncio na produção do enunciado por parte do enunciador. Essa é uma maneira que ele encontra, consciente ou não, de “não-dizer”, de silenciar a partir de enunciados não-marcados. É possível, em análise, encontramos marcas evidentes no discurso do sujeito que determinam o seu dizer; no caso das análises, o dizer do sujeito gaúcho, marcado pela memória e pela história.

Ao enunciar-se, o sujeito convoca a memória “ao produzir seu discurso, sob o regime da repetibilidade, mas apresenta-se afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele dizer” (INDURSKY, 2011, p. 71-72). O discurso produz-se sob o regime da repetibilidade, a partir de um processo inconsciente o qual, algumas vezes, leva ao deslizamento, à ressignificação. Nem sempre o sujeito identifica-se com os sentidos que estão regularizados em determinada FD, pode que esse mesmo sujeito “se desidentifique com algum saber e se identifique com outro” (INDURSKY, 2011, p. 71), atravessando as fronteiras da FD onde se encontra, deslizando para outra, e, conseqüentemente, inscrevendo-se em outra matriz de sentidos.

É pensando na memória social em funcionamento que destacamos algumas seqüências discursivas das entrevistas analisadas: para que possamos observar essas retomadas que regularizam sentidos, construindo/ressignificando essa memória. Nesse estudo, também dedicamo-nos a olhar para marcas linguísticas presentes no discurso do sujeito gaúcho que, quando articuladas ao(s) verbete(s) do(s) dicionário(s) em análise, apresentam sentidos que transitam por um espaço

que hora aproxima-os, ora distancia-os, movimentando sentidos que escapam ao já naturalizado.

No decorrer do texto, trabalhamos com alguns recortes de SDs olhando para marcas linguístico-discursivas e lexicais que nos remetem a um discurso pautado na repetibilidade, pelo viés da memória e da história.

4. SOBRE AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO GAÚCHO E A RELAÇÃO COM A LIDA: A INFÂNCIA E A HISTÓRIA.

Conforme Courtine (2009, p. 114), entende-se por *corpus* discursivo um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso”. Postula-se que as sequências discursivas são constituídas num movimento entre o sujeito, o discurso e os objetivos da pesquisa, pois assim como PETRI (2004, p. 67), acreditamos que o “*corpus* discursivo se constrói, na verdade, em resposta aos objetivos da pesquisa, fazendo emergir algumas sequências discursivas em detrimento de outras, que constituem o espaço discursivo considerado”. Nessa perspectiva, dedicamo-nos a analisar o discurso dos sujeitos envolvidos na pesquisa, recortando algumas sequências discursivas que, em nosso entendimento, com base no aporte teórico e nos objetivos do trabalho, consideramos mais relevantes em nossas análises.

Sobre as sequências discursivas, trazemos à baila Courtine (1981), o qual nos esclarece que:

A sequência discursiva é uma sequência discursiva escolhida como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização. [...] a sequência discursiva está relacionada a um sujeito de enunciação, bem como a uma situação de enunciação que possam ser isolados em relação a certo número de coordenadas espaço temporais e, mais geralmente, circunstanciais (COURTINE, [1981] 2009, p. 107-108).

Cabe salientar que as SDs não têm apenas a função de organizar a análise e a escritura do texto. É por intermédio das sequências discursivas, na sua linearidade, que se consegue ingressar nas FDs, uma vez que, do processo de divisão do todo discursivo para análise, resultam fragmentos representativos do

discurso em questão. Apoiando-nos na noção de recorte, isto é, de um discurso dado dentro de uma determinada conjuntura, o trabalho estabelecido a partir das SDs deste estudo constitui-se pelos discursos sobre o trabalho, história e memória de gaúchos no campo, processo que subsidia a construção do sujeito via discurso em seus efeitos de sentido, que se produzem e movimentam, articulando diferentes olhares.

As análises serão organizadas a partir da seleção de SDs, que estarão identificadas por letras e números para que, metodologicamente, apresente-se uma maior visibilidade dos discursos abordados, notando seus funcionamentos em diferentes conjunturas: na singularidade, na sua relação com os dicionários que auxiliam na explicitação de efeitos de sentidos possíveis na compreensão das CP do discurso, em análise. Cabe salientar que, como pesquisadores, nos damos conta, no decorrer das análises, que existe um imaginário do entrevistado sobre quem é o entrevistador, ou seja, o gaúcho esforça-se para ser compreensível, claro em suas colocações, diante do pesquisador que, sob o olhar dele, ocupa um lugar no urbano.

A primeira SD que olhamos traz-nos um recorte¹⁷ da fala do sujeito **A**, observando o movimento de sentidos entre o “dizer” do entrevistado e as diferentes acepções trazidas pelos dicionários, o que nos auxilia nas análises. O primeiro excerto a que nos dedicamos a olhar é quando o pesquisador, após conhecer um pouco da vida do entrevistado no campo, questiona-o,

P: E o senhor começou como a trabalhá no campo?

SD- A1

*“eu comecei de...de...de “trabaiava com uma **viúva**, uma senhora, num **rancho** grande onde era do **dotô Jango**”.*

¹⁷ “[...] trata de ‘fatos’ da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguística” (ORLANDI, 2012, p. 63).

Na SD-A1, observamos que o dizer do entrevistado vem marcado, inicialmente, por espaços que são transcritos por reticências (...), indicando uma parada no discurso, um momento de reflexão, de silêncio. “comecei de... de... de...”. Falta o substantivo, falta o nome que seria capaz de dar conta “em uma” palavra de tudo o que o sujeito fazia, mas é retido, silenciado, pois, na hesitação, o entrevistado preferiu definir, descrever a atividade ao invés de nomear. É difícil dizer tudo o que se faz no campo em uma palavra, talvez essa dificuldade defina o sujeito gaúcho. Um sujeito que, ao se ver confrontado com a impossibilidade de coincidir com seus sentidos e com seu dizer, desliza, tropeça, para não dizer o que, naquele momento, aquilo tudo não pode ser discursivizado, se cala.

É um discurso que fala de si e assim o sujeito tenta delinear um referente que constantemente lhe escapa. Observamos que, na tentativa de controlar o sentido daquilo que vai ser dito, instaura-se a pausa e também o atravessamento de outros dizeres que no silêncio significam e permitem não expressar aquilo que não pode vir à tona.

Um sujeito que fala de si, fala também a partir de uma ordem social que organiza seu discurso, não podendo separar o que é efetivamente do sujeito daquilo que pertence à ordem do coletivo. Sendo assim, temos um discurso revisitado por uma memória individual e coletiva, que está em algum lugar e que é retomada através de um movimento parafrástico, fervescente, pronta para emergir a qualquer momento, tomando forma já no início do falar do gaúcho ou sendo representada no calar desse sujeito, que, por algum motivo, por milésimos de segundos, coloca-se em outro lugar e se cala. Ao ver de Orlandi (2011, p. 175), “o silêncio indica o limite da interpretação e acompanha a concepção do movimento dos sentidos e dos sujeitos: incompletos e abertos para se tornarem outros.” Um silêncio que camufla, oculta e cala um outro dizer, pois é na parada que o entrevistado desliza entre o que pode e deve ser dito. É um silêncio que representa um momento de incertezas, de dúvidas, de ausência de palavras que possam nomear esse sujeito, mas esse nome não surge, fica na ordem do indizível.

Ao trazer para o discurso o excerto “...trabalhava com uma *viúva*, uma senhora num rancho grande onde era do dotô Jango”, observamos que o entrevistado usa da designação “viúva” para referenciar a proprietária da estância em que começou a trabalhar, sem nomeá-la, sem demonstrar importância e até mesmo sem considerá-la, pois o imaginário desse sujeito não permite que a condição de proprietária de

estância seja dada a uma mulher. Para respaldar a sua posição de peão, o entrevistado termina o excerto dizendo “...onde era do dotô Jango...”, do presidente, do memorável estancieiro e político, do gaúcho, determinando que o lugar em que ele trabalha já pertenceu a um Presidente da República. Deparamo-nos com um sujeito que se define tomando como referência com quem ele trabalha a relação com o proprietário da estância. Conforme Petri (2004, p. 139.), “o peão é um empregado que não se sente inferiorizado com sua condição e nem mesmo questiona o funcionamento das classes sociais, ele aceita sua condição e isso é tudo”. Entende que existe uma relação de completude entre o peão e o estancieiro, um precisa do outro, pois a imagem do primeiro está atrelada à bravura, coragem e força, porém à posição de peão, sem propriedades, ou seja, sem meio de sobrevivência a não ser submetendo-se ao trabalho no campo em terras de estancieiros que representavam o poder e o comando e que, também necessitavam de homens fortes e destemidos.

Na mesma SD destaca-se a palavra “rancho”, referenciada pelo **DRS** como “casebre de pau a pique, coberto de santa-fé, com um couro como porta, onde moram peões ou gente pobre. Qualquer morada humilde. Palhoça, choupana” (p. 419). Já o **DHLP** traz “rancho” sob várias acepções; no entanto, selecionamos aquela que melhor se aproxima do discurso do sujeito e do que nos traz o **DRS**: “Fazenda de criação de gado no Oeste americano; habitação pobre”.

Ao referir-se a “rancho grande”, entendemos que o entrevistado busca esclarecer que o seu lugar de trabalho não era um espaço qualquer, mas uma “estância”, com grande dimensão territorial, um dos fatores que torna esse “rancho” “um rancho grande”. Outro aspecto que pontuamos, na mesma SD, é o destaque final na fala do entrevistado, em que ele enfatiza que aquele “rancho grande” pertenceu a um presidente da República, fato que também justifica o adjetivo “grande” em questão, ou seja, que já esteve sob o comando de um homem que detinha “grandes” poderes, de governar uma nação, João Goulart (Jango).

Implica-se, no entanto, que a posição assumida pelo sujeito enunciador da SD-A1 é de um gaúcho no campo, peão de estância, que olha para o verbete “rancho” e o identifica como um espaço territorial em que se realiza o seu trabalho, a própria estância. Temos então, uma única palavra que transita por dois lugares: o registrado no **DRS** e no **DHLP** e o olhar do dicionarista discursivizado pelo sujeito, a partir de suas condições de produção e da imagem que ele faz de si e do lugar que habita. Ao olharmos para o **DHLP**, observamos que as designações atribuídas à

palavra “rancho” atribuem pontos que aproximam do que nos é apresentado na SD e **DRS**. Temos, por exemplo, a designação “habitação pobre” que mantém uma aproximação ao que nos traz o **DRS** assim como, “fazenda de criação de gado no Oeste Americano”, relação que se aproxima ao significado de “rancho”, projetado pelo sujeito entrevistado como “estância”.

São duas posições, e ambas se inscrevem na FD gaúcha: o peão, de um lado; o patrão estancieiro do outro. Uma relação que Petri (2004, p. 111) explica dizendo que “muito embora o gaúcho tenha a ilusão de igualdade de condições entre patrão e empregados, isso pertence à ordem do imaginário e se demonstra sob condições de produção adversas”. Ser denominado estancieiro é bem diferente de ser peão, pois, por mais que existam características comuns entre eles, que faz com que se estabeleça uma relação identitária, ambos encontram-se em condições sociais e lugares diferentes.

Observamos um afastamento entre o que é dito no discurso oral do entrevistado e o que é apresentado pelos dicionários. Enquanto a acepção de **DRS** traz-nos a designação de “rancho” como “uma casa humilde” e concede ao peão a posição de “pobre” quando remete a “onde moram peões ou gente pobre”; a segunda, trazida pelo **DHLP**, leva-nos a entender que o verbete “rancho” remete a uma aglomeração de pequenas casas, em situação também precária, humilde como entendida na acepção do primeiro dicionário. Observamos certo afastamento quando relacionamos o que nos é discursivizado pelo entrevistado com o registrado nos dicionários. Enquanto o dizer do sujeito remete a “rancho” como o seu lugar de trabalho de “lida”, um sinônimo de estância, os dicionários conduzem-nos a uma outra designação, comum aos dois instrumentos, “uma casa humilde”, fato, que, sob nosso olhar, concede ao peão a posição de “pobre” quando remete a “onde moram peões ou gente pobre”.

Assim, entendemos que os efeitos de sentido apreendidos na análise da narrativa do sujeito gaúcho e nos verbetes apresentados pelos dicionários são produzidos sob determinadas condições de produção, movimentando-se por formações ideológicas e imaginárias distintas.

Ainda analisando a *SD-A1*, recortamos desta narrativa um momento da fala do entrevistado que movimenta sentidos de um passado/presente, pelo viés da memória que é sua, mas também é constitutiva de um grupo social.

Em outro momento, o mesmo sujeito retoma, em seu discurso, o fato de o pai ter sido peão do Presidente Jango, salientando quando perguntado:

P: E o senhor lembra, assim, alguma história que os seus pais lhe contavam, ham... Sobre essa vida deles, da lida com o gado, do campo, das fazendas? Que marcou assim, o senhor?

SD-A2

*“... meu pai é otro, tamém que saiu de...da colônia essa e foi trabaiá numa **cabanha** até com o dottor Jango, nunca foi de...Da lida geral mesmo néh?”*

Temos na SD-A2 a palavra “*cabanha*” como sinônimo de “rancho, estância”, que vem atrelada ao reconhecer-se como gaúcho no campo, já que o sujeito entrevistado insiste em destacar que o pai, também homem do campo, tropeiro, gaúcho, domador, foi, por muito tempo, peão nos campos do Presidente da República, João Goulart. Ao olharmos para os instrumentos linguísticos que nos auxiliam nessas análises, observamos que “*cabanha*” vem descrita pelo **DRS** como “*estabelecimento pastoril destinado à criação e à seleção de reprodutores de gado de raça*”. Em contrapartida, o **DHLP** apresenta a definição de “*cabanha*” como “fazenda especializada na criação e manutenção de gado reprodutor ovino e caprino, com métodos e pastos adequados a cada espécie e instalações próprias para assegurar higiene e descanso aos animais”. Observamos que o que nos é dito pelo sujeito mantém aproximação com o que está registrado no dicionário; porém, compreendemos que, ao relatar o fato de o pai ter trabalhado em uma “*cabanha*”, o entrevistado busca sinalizar o espaço de movimentação, o lugar, a estância. Dessa forma, temos dois dicionários que nos trazem, com pequenas diferenças, a palavra “*cabanha*” como sinônimo de campo, terra, estância, fazenda, lugar de criação: pelo **DRS**, de gado, e, pelo **DHLP**, de gado ovino e caprino, designações que se movimentam sob distintas produções de sentido e determinadas condições de produção.

Destacamos que o discurso também remete à memória que é dele, mas também é constitutiva da memória de um grupo social bem específico do entrevistado. Uma memória que, segundo Pêcheux (2007, p. 56), “não é da ordem

do individual, mas do social". É aquela que busca as marcas de um passado com referências ao que lhe é contado pelo pai, uma memória entrelaçada com uma história, a de nosso país. Tratamos de olhar para a posição assumida pelo pai ao ser referenciado pelo filho, o entrevistado, um gaúcho que, de alguma forma, também exercia o poder, assim como o famoso estancieiro a quem prestava serviços, pois, enquanto Jango administrava o país, era o pai quem cuidava da sua propriedade, do campo, do gado, das cavalgadas. Temos então um sujeito que, a partir do seu discurso, constitui-se tomado pelo "outro", o pai. Alguém de quem ele, o entrevistado, se orgulha, alguém que o inspira e a quem ele vê como figura representativa do verdadeiro gaúcho.

E seguem após os questionamentos:

P: *Ele (presidente Jango) devia ser um orgulho pro pai, neh?*

SD-A3

"- Bah...é trabalhá com o presidente!!!! Com o presidente (risos) e um homem que não tinha nada a vê, néh, bah...tu chegava ele não tinha lado..."

P: *E o senhor lembra de uma história que o seu pai contava dele, do Jango?*

SD-A4

*"É ...só que ele era um cara popular, assim. Gostava de **carrera**, por sinal, gostava muito de **carrera**, néh! Parece que ele tinha locura de corrida, néh!"*

No princípio da SD-A3, recortamos a palavra "bah", entendendo que esta surge para lincar ou reatar o que já foi dito ao que pode vir a ser dito e, até mesmo, com o que não foi e não será discursivizado, o que é deixado na ordem do silêncio. Reconhecemos que a palavra "bah" também projeta a imagem do gaúcho por meio de uma expressão que lhe é própria, ou seja, quando olhamos/ouvimos a palavra "bah", recuperamos, pelo que nos conta a história, que tal expressão incorpora e identifica o sujeito gaúcho nos mais diversos lugares por onde transita.

Segundo o dicionário **DRS**, a expressão “bah” significa espanto. De uma forma mais abrangente, o **DHLP** apresenta a referida palavra destacando que ela “*exprime surpresa, admiração, espanto*”. Ao olharmos o “bah” na voz do entrevistado, não a vimos como uma expressão de espanto ou surpresa, mas como uma forma de resgatar o discurso anterior quando o sujeito relatava que o pai havia trabalhado em uma cabanha do presidente Jango. Por essa leitura, entendemos que tal expressão nos remete à interjeição “*então*”, projetando-se como um elemento que mantém ligação com o que já foi e o que vem a ser dito pelo sujeito.

Já na passagem “É... só que ele era um cara popular, assim. Gostava de carrera, por sinal, gostava muito de carrera, neh”, observamos a aproximação com a figura do presidente, visto que o pai, que também gostava de “carrera” – pois era peão e, na sua ocupação, “carrera” é uma diversão –, praticava tal ato da mesma forma que o famoso estancieiro, o que os colocando num mesmo espaço, de igual para igual, em seu imaginário. Ou seja, o discurso do entrevistado aponta para um mecanismo de identificação do pai para com o estancieiro e líder do país quando os dois compartilham de o mesmo gosto popular: “carrera”.

Observamos também nesse recorte um movimento polissêmico, o qual se dá quando surge o rompimento do processo de significação sobre a imagem que se projeta do presidente, deixando de ser o representante oficial de uma nação para ocupar o lugar de parceiro, apreciador comum e próximo de um mesmo divertimento, a “carrera”.

Da mesma forma, olhamos para a palavra “cabanha” como sinônimo de “rancho, estância”, que vem atrelada ao reconhecer-se como gaúcho no campo, já que o sujeito entrevistado insiste em destacar que o pai, também homem no campo, tropeiro, gaúcho, domador, foi, por muito tempo, peão nas terras do já referido Presidente da República de então. Destacamos que o discurso remete à memória que é dele, mas também é constitutiva da memória de um grupo social bem específico do entrevistado. É aquela que busca as marcas de um passado, utilizando-se da paráfrase, para fazer emergir, a partir do que lhe é contado pelo pai, uma memória entrelaçada com uma história, a de nosso país. Tratamos de olhar para a posição assumida pelo pai ao ser referenciado pelo filho, o entrevistado, um gaúcho que, de alguma forma, também exercia um poder assim, como o famoso estancieiro a quem prestava serviços, pois, enquanto Jango administrava o país, era o pai do entrevistado quem cuidava da sua propriedade, do campo, do gado, das

cavalgadas e, em decorrência disso, sentia-se, indiretamente, responsável por muitas coisas para além de ser peão.

É a tradição dando a sua face no discurso dos entrevistados, não aquela apontada pelos CTGs, mas a alicerçada no trabalho e não na diversão. Uma tradição que é instaurada de pai par afilho, em que o sujeito gaúcho se permite transitar pela história, com fluidez, respaldado pelo que lhe próprio, a vida no campo. Entende-se por *tradição*, segundo o **DHLP** (p. 1863), “*comunicação oral de fatos, lendas, ritos, usos, costumes, etc de geração para geração; herança cultural, legado de crenças, etc de uma geração para outra*”.

Em outro momento de nossas perguntas, observamos a relação entre memória e história, quando o sujeito ao ser questionado, responde:

P: *Deve ter sido interessante ter trabalhado com o Jango, neh?*

O entrevistado contesta dizendo:

SD-A5

“Ah.....é....Bah...Eu não cheguei....Eu morei na Serra, não cheguei a conhecê.”

Nesta SD, mais uma vez, destacamos a presença dos sinais discursivos de pontuação: reticências, forma que optamos nesse trabalho para representar a hesitação e o silêncio dos entrevistados. Para fundamentar tal decisão, apoiamo-nos em Grantham (2002, p. 95) dizendo que “o sujeito autor das reticências ou interrogação não está proibido de dizer certas palavras ou de produzir certos sentidos. Ele não diz apenas porque não precisa dizer, já que, mesmo não dizendo, mesmo silenciando, significa”. Isso reitera nossa interpretação; diríamos que um momento de vacilo, em que o sujeito, na tentativa de direcionar os sentidos, esbarra no seu próprio dizer e se cala. O silêncio não está sendo dito em palavras, mas significa. É a representação de um não dizer de um sujeito – que vem de uma experiência da ordem do indizível – procurando palavras que organizem o seu discurso frente à posição que ele assume, em determinada FD: de menino, filho do peão do presidente. Trata-se de uma experiência do fora da linguagem, que impede o sujeito de elaborá-la por meio de palavras; é a força da palavra interrompida que

cala, sempre significando. Por esse viés, entendemos que esse sujeito, ao ser questionado sobre o fato de o pai ter trabalhado com João Goulart, lamenta, significando no seu silêncio, não ter podido participar mais ativamente desse momento de sua história.

Observamos então, que o que nos conta o entrevistado sobre o presidente Jango está baseado no que lhe foi exposto pelo pai, através da memória. Uma memória pautada, segundo Pêcheux (2007, p. 56), “no fato de que exista assim o outro interno em toda a memória”, ou seja, algo que fala em outro lugar e que, quando solicitado, emerge, significando. Assim, ressaltamos a expressão “bah”, já destacada na análise anterior e retomada no discurso do entrevistado, como uma interjeição que linca, num processo de admiração, o que lhe é ofertado pela memória que tem dos fatos vivenciados em sua infância e o que lhe foi relatado pelo pai.

Trata-se de uma forma de ressaltar que o fato de o pai, também gaúcho, ter trabalhado com o Presidente da República, João Goulart, representa um grande feito, que o acompanha e permite-lhe ser tomado pela ilusão de significar-se diferentemente de outros gaúchos no campo, pois, assim como Jango marcou a história política do país, o pai, também participou desse momento, cuidando e administrando as terras do presidente.

P: E as brincadeiras de infância, de que o senhor brincava, naquela época?

SD-A6

*“Ah, as brincadeira de infância era gadinho de osso é, e...brinquedinho de...é...esses gado. Antigamente é...Faziam esses...com patinhas do gado, sabe do mocotó, néh, da pata...ossinho, néh, com a pata mesmo da vaca, é...Aquilo era brinquedo, da **aspa** do gado, é...”*

Numa primeira análise, atentamos para o esforço do entrevistado em fazer-se entender de forma mais clara pelo entrevistador, pois ativa o imaginário de que o pesquisador vem do urbano, subentendendo, dessa forma, que ele desconhece as brincadeiras e brinquedos utilizados no espaço rural. O sujeito retoma, por exemplo, a brincadeira do osso, repetindo-a de várias maneiras, parafraseando, para que seja melhor compreendido.

Da mesma forma, observamos a posição que o entrevistado assume desde sua infância, identificando-se com o homem do campo. Mais uma vez, temos a construção de acontecimentos passados, de forma lacunar, pois nem tudo o que passa pela linha da memória pode e deve ser trazido a um outro lugar; é, portanto, a paráfrase em funcionamento. Observamos que o discurso está pautado em determinadas CP, as quais permitem que um sujeito, inserido em uma determinada formação social, assuma uma determinada posição, conforme as formações imaginárias que fazem com que ele atribua um papel a si mesmo e ao outro, sendo que esses elementos estruturais viabilizam o desenvolvimento do processo discursivo. O entrevistado discursiviza suas atividades no campo, tomado pela infância, momento em que o trabalho executado por seus antepassados passa a funcionar no universo infantil a partir de um imaginário que prepara esse gaúcho para a vida adulta. Observamos que, durante as inserções, o entrevistado faz uso de diminutivos, pensando que, desta forma, o pesquisador poderá compreendê-lo melhor.

A passagem “as brincadeira de infância era gadinho de osso” leva-nos a inferir que a mais importante das brincadeiras era aquela em que eles produziam brinquedos (vacas, bois, bezerros), com as patas do “gado”, ou seja, utilizavam-se da materialidade do animal, que encontravam facilmente nas estâncias, nos campos cuidados pelo pai – peão, gaúcho, domador – e construíam a sua própria tropa, imaginária. Atentamos para o fato de que apenas as brincadeiras relacionadas à vida no campo foram salientadas pelo entrevistado, visto que o gado, base econômica da região, deve ter um aproveitamento completo, ou seja, deve-se, desse animal, utilizar a carne, a pele, o leite e, até mesmo, as patas e aspas. Constituem-se lições de um saber: assim como tais materiais são/foram/podem ser aproveitados como/para brinquedos da infância do entrevistado (como já o fora de outras tantas crianças), também são/devem ser utilizados em outras situações, como as relativas a atividades artesanais. É uma questão cultural, que passa de pai para filho e se mantém na memória. Certamente, existiam outras brincadeiras na época, porém o entrevistado realiza “escolhas”, silenciando, esquecendo-se e, até mesmo, apagando evidências já naturalizadas, identificando-se apenas com aquelas que o identificam com a vida campeira.

Por esse viés, seguimos analisando o discurso do entrevistado quando ele salienta “*aquilo era brinquedo, das aspa do gado, e´...*” Observamos que, além das

patas do animal, as aspas também eram utilizadas na confecção de brinquedos. Ao olharmos para a palavra “aspas”, institucionalizada no **DRS**, que apresenta em seu verbete a acepção de: “chifre, corno, ponta, guampa” (p. 200). Pelo **DHLP** encontramos a palavra “aspa” registrada sob várias acepções, porém decidimos buscar apenas aquela que nos interessava na ordem de nossa pesquisa. Com base nisso, temos “aspa” como “corno (apêndice de osso)”, expressão que se aproxima tanto do discurso do sujeito como do que consta no **DRS**, ou seja, um ornamento que compõe a parte do animal bovino ou ovino, de extrema resistência e representatividade, ou seja, as patas sustentam o animal e as aspas lhe impõem poder frente ao inimigo. São materialidades que resistem mesmo depois da morte do animal. Assim é o homem que nasce no campo, ele se identifica com a história do gaúcho, forte, bravo e destemido, um sujeito presente no imaginário daqueles que estão ou não no campo, pois é conhecido e reconhecido a partir do que nos conta a história que também resiste ao tempo, assim como as patas e as aspas do animal, pois “a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente” (LE GOFF, 2003, p. 51).

Um sujeito que relata o apego às coisas do campo, simbolizado pelas brincadeiras que realizavam na infância, atividades atreladas sempre à vida rural, movimentada por prazeres e perigos, assim como os pais e avós, em suas atividades rotineiras de adultos, atualiza, em gesto e discurso, uma memória. Dentro disso, o perigo na lida com o gado e nas tropeadas também está evidenciado nas seguintes sequências discursivas, quando o entrevistado é questionado sobre um acidente que aconteceu na sua infância.

P: *Como é que foi esse acidente?*

SD-A7

*“Pegó de soco assim, acidente, néh, quando era pequeno (risos), era piá magrinho, minha canelinha fininha, **gineteando** num irmão meu no tempo que montavam nos...aquilo era o brinquedo da gente também, **gineteá** nos otro..., pulava prá cima e otro de quatro pé, pulava e pulava, aí ele me derrubó e se atiró...”*

SD-A8

“Montei em cima numa égua era meio safada, veio aqui comigo era muito bem domada, ela saiu pra veio aqui mesmo comigo aí, eu prendi forte ela no freio ela esbarró e caiu em cima de mim e atoró essa perna aqui”.

Na SD-A7 e na SD-A8 temos duas passagens que nos são relatadas, recuperadas pela memória do sujeito entrevistado. São duas situações que se aproximam, que estão na ordem do mesmo, da paráfrase. A primeira, atrelada ao “*acidente a cavalo*”, num imaginário da infância do participante, quando brincava com o irmão de “*ginetear*”¹⁸. A segunda, a partir da posição assumida, também de “*gineteador*”, porém pelo adulto, sujeito gaúcho, domador, homem da lida no campo, a cavalo. Observamos que o distanciamento também se faz presente nas situações e se evidencia a partir do lugar que ocupa esse sujeito, primeiro na condição de criança e filho de peão e, logo, na de adulto e de peão, assim como seu pai.

O fato do entrevistado montar no irmão e ginetear, como brincadeira de infância, identificava-o como sujeito gaúcho e colocava-o, quando criança, no lugar que ele se encontra hoje, produzindo diferentes sentidos do mesmo dizer, em um imaginário de homem corajoso, valente, destemido, gineteando um cavalo de verdade e, como já aconteceu na sua infância, correndo os riscos da lida no campo e sofrendo acidentes. Nas suas viagens pelo Rio Grande do Sul, o viajante belga A. Baguet (1997, p. 14) relata, em 1845, que “em uma dessas charqueadas vimos crianças de cinco a seis anos galoparem a toda velocidade, montadas em cavalos sem sela nem manta, tendo o quadrúpede por freio somente uma tira estreita apertada na boca”. Registrava-se, desde daquele período, o comportamento das crianças que estavam expostas à lida do campo e que, envolvidas pelo imaginário do gaúcho corajoso, destemido, representado por seus pais e avós, arriscavam-se a movimentar distintos sentidos, quando articulavam brincadeiras que os colocavam no lugar do gaúcho adulto.

Ao olharmos para os instrumentos linguísticos que nos auxiliam nessas análises, temos, pelo **DRS**, a seguinte definição: “GINETEAR, montar a cavalo com firmeza e com garbo; andar em animal arisco ou xucro, fazer o animal corcovear, aguentar corocovos” (p. 229). Já o **DHLP** traz ginetear como “cavalgar bem, com

¹⁸ “cavalgar bem; com elegância, montar em cavalo arisco ou ainda não domesticado; incentivar o animal para corcovear; sustentar-se na cela enquanto o animal corcoveia; dar pinotes, corcovear” (HOUAISS, 2009, p. 970).

elegância; montar em cavalo arisco ou ainda não domesticado; incentivar o animal para corcovear; sustentar-se na cela enquanto o animal corcoveia; dar pinotes (a cavalgada); corcovear (p. 970)".

Observamos que os dicionários apresentam, pela língua imaginária, definições que movimentam sentidos que se aproximam do dizer do entrevistado na SD-A8, mostrando que essa ação resulta do ato de montar a cavalo com firmeza e coragem, assim como fazem o peão e o capataz.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GAÚCHO E A ASCENSÃO

Tratamos de recortar, da fala do segundo sujeito entrevistado **B**, palavras e expressões que movimentem sentidos no discurso e que nos são aportadas pelos dicionários. Começamos pelas duas primeiras questões direcionadas ao entrevistado, pela pesquisadora:

P: Também quero que o senhor me conte um pouquinho da sua história nessa lida do campo, a quantos anos o senhor trabalha?

SD-B1

"Eu trabalho desde os treze anos, é, na lida campera, comecei a trabalhá com treze... daí vim trabalhá aqui... dezenove anos que eu tô de volta, é..."

P: De volta aqui?

SD-B2

*"Isto e agora eu sô o **capataz** da fazenda... comecei a trabalhá com treze ano e agora sô o capataz."*

Atentemo-nos para a fala do primeiro recorte SD-B1, quando o entrevistado salienta e reforça a informação de que começou a trabalhar "desde os treze", fato que nos leva a pensar que esse sujeito gaúcho, forte e arraigado à lida do campo,

orgulha-se de, depois de tanto trabalho, ter atingido o *status* de capataz. É o ideológico fazendo-se presente, cujo trabalho, na concepção de Orlandi (2012, p. 46), é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Agora ele, o peão do campo, já alcançou certo *status* social, foi nomeado e autoneomeou-se capataz. A imagem que o sujeito participante tem de si mesmo, no seu local de vida e trabalho, a partir de um movimento polissêmico que rompe com sentidos já postos, é a tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, o sujeito já foi peão, mas agora é capataz, outra posição sujeito, outros sentidos ali engendrados.

Quando recorremos ao dicionário **DRS** para vislumbrarmos linguisticamente e sustentarmos nossas análises, encontramos a palavra “capataz” como: “Administrador de uma estância ou de uma charqueada ou ainda o responsável pela condução de uma tropa. Pessoa que nas lidas pastoris, é incumbida de chefiar o pessoal” (p. 90). Da mesma forma o fazemos com o **DHLP** e, nesse instrumento linguístico, observamos a palavra capataz como “indivíduo que chefiava grupo organizado de trabalhadores 1. 3. Administrador de propriedade rural 4. Subchefe (p. 392)”. Reconhecemos que ambos os dicionários trazem-nos verbetes com designações que se aproximam ao dizer do sujeito, é o sinônimo de liderança que prevalece sobre os demais.

4.3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO GAÚCHO E A RELAÇÃO COM O CAVALO

O terceiro sujeito participante de nosso trabalho organiza seus relatos, baseado nas suas vivências como peão de estância há cinquenta anos. No decorrer de nossa entrevista recortamos algumas falas que julgamos, a partir de nosso aporte teórico, serem importantes para nossas análises. A seguir registramos algumas delas e posteriormente buscamos entendê-las. Importa lembrar, que a disposição dos excertos é linear, porém em alguns momentos serão encontrados recortes da entrevistas de outros sujeitos que, para serem melhor identificadas estarão negritadas.

P- E a cavalo?

SD – B1

Tudo a cavalo, às vezes um pouco di a pé também, da mangueira as vezes di a pé é, mas a maior parte a cavalo.

SD-C1

*“Os cavalos tamém, que tinha pra fazê, prá juntá o rebanho,né? Porque a pé já ficava mais difíci,né? que nessa época os campo eram muito grande, né?, as **envernada** muito grande, então a pé não tinha condição, tinha que tê a **mntaria**, né? tinha que tê a **mntaria** boa.”*

Tanto na entrevista B como na C os sujeitos foram questionados sobre a relação existente entre eles e o cavalo, no trabalho campeiro. Observamos, na voz dos entrevistados, a forte relação existente entre o homem e o cavalo, ao expor sobre suas atividades campeiras com a participação desse animal, que vem designado, no decorrer do discurso da entrevista C, como “*mntaria*”; é seu companheiro de lida, que o auxilia, o protege e o acompanha. Segundo Dreys (1990, p. 146), “o cavalo é feito indispensável da vida do homem”, por isso, amalgamos os dois, esculpido como um bloco único, o cavalo e o homem que têm preso ao tenteio das rédeas a existência dos centauros. Petri (2004, p. 91) referencia, em sua tese, o gaúcho como “o homem, imaginariamente constituído em herói que, unido ao cavalo, vive livre pelo pampa sul-americano, nos remetendo à imagem do centauro”. Evidencia-se a presença forte do cavalo na mitologia, na literatura e na história, questões que os bancos escolares já nos colocam e que, agora, o discurso do sujeito retoma, por outro viés, a partir das vivências e experiências relatadas de pai para filho.

É a imagem do gaúcho atrelada à do cavalo: moldam-se, unem-se, fundem-se, ao mesmo tempo, o auxiliar eficaz e o impulsor admirável daquele que se fez seu dono; harmonizam-se essas duas criaturas; forma-se um sujeito imaginariamente constituído em herói que se aventura pelas longas “envernadas”, que, metade homem, metade cavalo, remete-nos à imagem de um centauro.

A importância do cavalo é ressaltada pelo sujeito da entrevista C quando salienta *“as envernada muito grande”*; da mesma forma o entrevistado B destaca que a maior parte da *“lida”* tem que ser realizada com o cavalo. O gaúcho, desde os primórdios, tem como fiel companheiro o cavalo, pois fez desse sua montaria, que o transporta, o suporta e se torna seu companheiro de todas as horas. O viajante Nicolau Dreys (1990, p. 13) afirma que *“o gaúcho vivia e morria com o cavalo, que nunca “recusou montar qualquer cavalo”* e, quando o cavalo cansava, sem pestanejar, o gaúcho *“o larga onde se acha, e transporta seu grosseiro arnês (arreios) para o primeiro que se apresenta e que seu laço lhe submete”*. Dreys ainda destaca que o gaúcho *“sentia-se um homem superior no lombo de um cavalo”*. A pé, era *“um homem ordinário”*. Um gaúcho a pé não é um gaúcho completo, o que o faz reconhecer-se como sujeito do campo e ser reconhecido como tal é a sua *“muntaria”*. Nesse excerto, também olhamos para a palavra *“envernada”* que, na voz do entrevistado, retoma o espaço no campo destinado à lida com o gado, a cavalo. Da mesma forma, o **DRS** vem nos dizendo que *“invernada” é “grande extensão de campo, cercado para criar, para engordar, para cruzamentos de raças, para desterнейrar vacas, etc”* e, pelo viés de aproximação de sentidos, o **DHLP** registra que *“invernada” é “pasto de longa extensão cercado de obstáculos naturais ou artificiais, que se destina ao descanso, à engorda de animais de criação ou ainda outros fins”*. Mais uma vez, temos distintos sujeitos, saberes, ideologias e condições de produção do discurso que articulam e aproximam movimentos polissêmicos.

Então, entendemos que não é somente pelas invernadas serem muito extensas que se utilizava o cavalo, mas como uma forma, também, de reafirmação da imagem de gaúcho. Um gaúcho sobre a *“muntaria”* que o sustenta tem o ânimo disposto, encoraja-se e envaidece-se, sentindo o influxo da sua atitude.

Na sequência apresentamos dois recortes de diferentes sujeitos que são organizados a partir do questionamento do pesquisador.

P- Isso é bem comum, né?

SD-C2

*“...como é que eu vô le dizê, uma lida grossera, uma lida, falando meio gaúcho, uma lida bem **bagual**, né? rrsrs. Uma lida bem bagualesca, como diz o gaúcho, né?”*

SD-A1 (Terceiro)¹⁹

Essa lida é dura, né?

Na SD-C2, vislumbramos, na voz do gaúcho, a imagem que ele faz do outro e de si mesmo. Ao relatar que é *“uma lida grossera”*, o sujeito dá a ver a imagem de um gaúcho rude, porém forte, quando reafirma que tal luta é *“bagual,”* comparando-a ao seu fiel companheiro, o bagual, *“um equino selvagem, isto é, ainda não domado”*, conforme consta no **DRS** (1984, p. 50), ou *“que é muito bravo e arrojado - que não obedece ao costeiro, que se tornou selvagem”*, como consta no **DHLP** (2009, p. 242). Assim, entendemos que a expressão *“bagual”* toma uma dimensão especial no discurso do sujeito, quando este permite que a referida palavra sirva de desfecho, caracterizando e qualificando a suas atividades no campo.

Ao utilizar a palavra *“grossera”*, o sujeito busca, a partir do seu imaginário, reafirmar sua posição sobre o que ele sabe, ou referir a vivência sobre o gaúcho, ressaltando *“Uma lida bem bagualesca, como diz o gaúcho”*. Da mesma forma, temos a interferência do terceiro sujeito, na SD-A1, ao utilizar-se da expressão *“essa lida é dura”*, na tentativa de ilustrar as dificuldades que são enfrentadas por aqueles que se dedicam às atividades no campo.

No entanto, observamos que o entrevistado da SD- C2, ao referenciar a voz do gaúcho, situa-se em outro lugar, como observador, contra-identificando-se, pois, ao mesmo tempo em que se coloca como homem do campo, que conhece plenamente as dificuldades desse trabalho ao dizer que é *“uma lida grossera”*, despe-se da imagem de gaúcho quando entra no discurso como o *“outro”*, aquele que está em outro lugar, movimentando diferentes sentidos, representação explicitada na passagem *“como diz o gaúcho, né?”*. São duas posições sujeito assumidas pelo entrevistado, uma a partir do interdiscurso, falando do lugar de gaúcho que está no campo e julga conhecer este espaço; outra, do intradiscurso, quando toma a passagem *“como diz o gaúcho”* colocando-se na posição de observador, que fala do outro, sem dar-se conta do lugar que está.

P- *O senhor acha que antigamente, no tempo que o senhor lidava com o campo, com seus pais, existia mais gaúchos do que hoje?*

¹⁹ Referência que fazemos a um terceiro arguidor, também gaúcho no campo, que estava presente no momento das entrevistas e, por algumas vezes, interferia com relatos de suas vivências.

SD-C3

- ahh existia mais gaúcho do que hoje. Hoje tá tudo moderno, né? tá tudo moderno, ninguém usa mais uma bombacha larga, nem é, é o chapéu, já usam esses chapeuzinho tudo de casteiano, né? Que isto aqui não é nosso, né? pelego tamém, usam uns peleguinho, umas garrinha, antigamente o gaúcho usava pelego, pelego grande, como foi, como era tirado nas fazenda do vô do Leonardo, né? lá tiravam pelego. Os peão da fazenda o vô dele usavam pelegãos não era peleguinho.... então isso aí tudo, a espora tamém do gaúcho, a espora tudo espora grande, hoje já usam uns, uns toquinho de espora, né? a esporinha, né tudo acastenhanado, né, isso aí não faz parte prá nós aqui, né, pro gaúcho. né?

Nessa SD-C3, o sujeito contesta a pergunta do pesquisador com uma resposta afirmativa e justifica dizendo “hoje tá tudo moderno, né?”, ou seja, de imediato, o entrevistado conclui que a modernidade foi responsável pelo suposto desaparecimento do gaúcho, aquele relatado e perpetuado no imaginário social. Da mesma forma, o sujeito assume uma posição de alguém que se contra-identifica com o gaúcho da atualidade quando diz: “isso aí não faz parte prá nós aqui, né, pro gaúcho né?”, referindo-se à indumentária utilizada na contemporaneidade, que, segundo ele, sofre a influência dos “casteianos”, ou seja de “los gauchos”, designação atrelada a uma parte da população argentina. Mesmo que o “gaucho rio-platense” e o gaúcho sul-rio-grandense tenham, segundo o escritor e jornalista Carlos Reverbel (1996, p. 21), as mesmas raízes, pois o “gaúcho apareceu, na sua feição primitiva, em terras do rio da Prata e começou a esboçar-se, como tipo social, a partir de 1536, data da primeira fundação de Buenos Aires”, aquele ainda é hostilizado pelo gaúcho sul-rio-grandense que se contra-identifica, pois desconsidera os traços comuns entre a região platina, como o cavalo e o boi, a carne assada e o mate amargo, o couro e o sebo, os apetrechos de montaria e indumentárias de uso comum, pois acredita que cada um tem características próprias.

A indumentária gaúcha é uma das formas de expressão da identidade regional do sul-rio-grandense. Peças históricas como o lenço vermelho ou branco, o chapéu de abas largas e a bombacha constituem o sujeito, permitindo que ele seja identificado como gaúcho. Ao destacar que “hoje já usam uns, uns toquinho de espora, né?”. O verbo “*usar*” (“usam”) remete a um outro, que não é ele, mas sim o

que sofreu as influências das vestimentas do “gaucho” argentino. A constituição do gaúcho se dá de forma semelhante, pela vinculação geopolítica e a necessidade de conquista do território, por batalhas. No entanto, apesar dos traços comuns que aproximam o gaúcho do “gaucho”, é preciso ressaltar que o sul-rio-grandense é essencialmente diferente do rio-platense, ou seja, por mais que tenham provindo de uma mesma família (índios, espanhóis, portugueses), acabaram se distanciando entre si. Conforme Reverbel (1998, p. 136-137),

[...] não há identidade entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. Trata-se de tipos sociais diferenciados histórica, sociológica e culturalmente. Mas há pontos de aproximação, aspectos semelhantes, contatos, interpretações. Afinal, a família é a mesma.

Entendemos pelo discurso do sujeito que, além da reconhecida influência do “gaucho rio-platense”, temos também a ruptura com um passado de trabalho braçal, em que o peão, tendo como fiel companheiro o cavalo, realizava todos os afazeres pastoris com a habilidade que havia aprendido com seus antepassados. No entanto, a modernidade e a praticidade, considerada pelo gaúcho contemporâneo, também são fatores que influenciam na forma de vestir, pois os peões de hoje não executam nas estâncias as mesmas formas de trabalho que os de antigamente, já que tudo está mais modernizado tanto pelo surgimento da tecnologia quanto pelo acesso que se tem hoje a equipamentos que auxiliam, facilitam e tornam a execução do trabalho mais rápida e não menos eficiente.

P- E na cidade o senhor acha que existe esse gaúcho ainda ou...?

SD-C4

“mas óia, muito pocos, tá poco, tá poco. Os gaúchos mesmo, os gaúcho mesmo, tá até, praticamente tá terminado, tá tudo moderno hoje, tudo moderno, existe muito poco.”

Nesta SD, a SD-C4, destacamos o momento em que o entrevistado enfatiza “os gaúchos mesmo, os gaúcho mesmo, tá até, praticamente tá terminado”. Ao mesmo tempo em que o sujeito posiciona-se alegando que a existência do gaúcho “de verdade” está ameaçada pela modernidade, “tá tudo moderno hoje, tudo

moderno, existe muito pouco”, percebemos que o imaginário sobre o sujeito gaúcho está atrelado à imagem do homem do campo, herói, corajoso e aventureiro que nos relata a história e é resgatado pela memória, enfatizado na expressão “...os gaúcho mesmo, os gaúcho mesmo...”. A partir dessa perspectiva, o entrevistado discursiviza alegando a quase inexistência desse sujeito, que ele projeta como gaúcho, e, dessa forma, leva-nos a entender que a modernidade faz-se diretamente responsável por essa decadência do sujeito. “Ser gaúcho é ser tradicional”, e tradição aqui, mais uma vez, não está ligada ao urbano e nem mesmo ao CTG e sim às práticas sociais e de trabalho no campo. Entendemos que, para o entrevistado, gaúcho mesmo é aquele que se relaciona diretamente com o rural e com a lida no campo, e, na contemporaneidade, poucos a ela ainda se dedicam, se submetem, pois a maioria abandonou tais práticas em busca de outras oportunidades que o urbano oferece, afastando-se também das tradições que lhes foram compartilhadas pelos pais.

P – *O senhor conheceu algum de lá?*

SD-C5

“já, já conheci, tudo é deferente, otra cosa, do, do, do meu tempo, dos anos atrás que eu conheci, vim conhecê agora, a pocoo tempo é a, a, a boina né? a boina, a boina aqui ninguém usava a boina, nem esses gorrinho, só chapéu, né. só chapéu grande, né...esses peão de estância, os capataz tudo era, tudo era chapéu, não usavam essas boina, essas boina tudo é acastenhanada, né.”

A SD-C5 vem trazendo um discurso que, mais uma vez, permite ao entrevistado reconhecer-se como gaúcho tomando, como referência de identificação, a caracterização indumentária. No entanto, percebemos que ocorre uma contra-identificação quando o entrevistado diz “*vim conhecê agora, a pocoo tempo é a, a, a boina né?*”, uma peça da indumentária “*gaucha rio-platense*” e uruguaia, que, ao ver do sul-rio-grandense, não pertence ao gaúcho “*de verdade*”. Tomado pelos sentidos resgatados pelo imaginário e pela memória, o entrevistado reforça o discurso dizendo que, “*a boina aqui ninguém usava a boina, nem esses gorrinho, só chapéu, né. só chapéu grande, né...*”, ou seja, nem a boina, nem os “*gorrinho*”, quando se refere a outros adereços utilizados na modernidade, especialmente pelos sul-rio-grandenses que se ornamentam de tais vestimentas e designam-se gaúchos, pois

nasceram nesta região; no entanto, desconhecem o funcionamento das lidas do campo e, conseqüentemente, estão distantes dos peões, produzindo sentidos também distintos.

O entrevistado ainda salienta que “*esses peão de estância, os capataz tudo era, tudo era chapéu*”, ou seja, gaúcho de verdade usa chapéu grande, tanto o peão quanto o capataz, que estão ali arduamente trabalhando no campo, com o gado, as carneadas e tropeadas, sendo que, para melhor desempenharem suas atividades e manterem os costumes e as tradições de seu povo, acrescidos de sua história, recorrem à indumentária típica dos afazeres da estância, aquelas mesmas que seus antepassados utilizavam. Mais uma vez, temos a tradição compartilhada entre pais e filhos emergindo no discurso do entrevistado. Tomado pelo sujeito gaúcho, ele apresenta uma relação entre o gaúcho no rural e o gaúcho no urbano. É o igual e o diferente gritando por sentidos, pois ambos designam-se gaúchos por uma questão regional; todavia, cada um em seu lugar, com suas ideologias, produzindo distintos sentidos ao vestirem-se, discursivizarem e posicionarem-se.

Posteriormente, o pesquisador contesta:

P- Porque o gaúcho, além de tá vestido, fazia no campo, prá marcar?

SD-C6

*“Ahh sim, prá marca, a não fazia na parte da **doma** tamém, que isso aí tudo era pro gaúcho, prá domá, chega numa fazenda prá domá, cumo temo lá na fazenda do Leonardo, tem, eu tenho um domador, né, fazia prá domá os animais na fazenda, né, tudo, né. tudo isso, lidá com o gado, com a pecuária, né, tudo isso faz parte do gaúcho”*

Segundo o **DRS** (1984, p. 152), “domar” significa “ato de amansar um animal xucro”; por esse mesmo viés, o **DHLP** (2009, p. 706) registra o ato de domar como “reduzir a obediência (um animal selvagem) submetendo-o a força bruta ou à custa de exercício e ensino; amansar, domesticar”. Na SD-C6, observamos que o entrevistado recorre ao ato de domar, algumas vezes, no discurso, para firmar a relação entre o gaúcho e o cavalo, como forma de reforçar o poder, a coragem e a ousadia que o gaúcho de verdade, aquele que nos conta a história e é retomado

pela memória do sujeito entrevistado, apresenta para nós. Segundo Reverbel (1998, p. 97), o processo de domar o cavalo chegou ao estado rio-grandense por volta de 1535, permitindo que o gaúcho, “apossando-se do cavalo, em operações de caça e doma, ficasse aparelhado para apressar o gado bovino em atividades de caça e abate”. As atividades relacionadas à “doma” desses animais, que se encontravam espalhados pelas estâncias, vivendo de forma silvestre, contribuiu para a construção desse imaginário do gaúcho como um sujeito tomado de coragem.

Na SD-C6 também podemos atentar para o discurso de um sujeito que recorre ao ato de domar para reforçar que gaúcho é forte, destemido e sempre disposto aos enfrentamentos da lida no campo, porque gaúcho de verdade é aquele que transita, com eficiência, por todos os espaços que lhe cabem: a doma do cavalo, o cuidado com o rebanho, as cavalgadas, carneadas, etc.

4.4 O SUJEITO GAÚCHO FALANDO DE SUA CONSTITUIÇÃO

O quarto e último sujeito participante, peão há muitos anos em estâncias da fronteira, apresenta-nos relatos de vivências que reafirmam os discursos anteriores sobre o que é ser um gaúcho no campo. Esta última entrevista guardou uma feliz surpresa, que foi a retomada do discurso sobre o presidente João Goulart (Jango), quando o entrevistado, a partir de sua memória, relata-nos as vivências de seu pai, peão de Jango, quando atuava na fazenda do presidente. A seguir, trazemos alguns recortes que consideramos importantes em nossas análises, os quais, posteriormente, serão discutimos um a um.

P- E o que é ser gaúcho para o senhor?

SD- D1

*“...é tudo rrsrrsrs. A gente tê as raiz da gente todos os gaúcho e tal, até prá mim sê gaúcho não é aquele que tem uma **patacoada**, assim sabe?, é uma vida de gaúcho, assim, mesmo”*

P- E como é essa vida de gaúcho?

SD-D2

*“rsrsrsr é assim na lida, pará em **rodeio**, essas coisa aí, tudo, eu acho que é isso aí a vida de gaúcho, trabalhando no campo, a cavalo...”*

“...É tudo”: na SD-D1, o entrevistado resume em uma palavra o que é, para ele, ser gaúcho. Assim define e assim avalia o ser criado no campo sob as orientações e experiências de seus antepassados, ser exímio domador, campeiro, peão, capataz, cavaleiro. O modo de vida é que faz dele aquilo que ele é, pois não há possibilidade desse sujeito sair de si mesmo para falar. É da posição de gaúcho que ele discursiviza, sob um efeito de completude por isso: é tudo.

Quando questionado sobre o que é ser gaúcho, o entrevistado silencia, fato representado através das reticências, permitindo-se um momento de parada no discurso, na tentativa de gerenciar o que não pode ou deve ser dito. Num processo de identificação com a FD na qual acredita se inscrever, o sujeito cala-se, buscando manter uma relação com outros discursos, os dos seus antepassados, também peões e gaúchos. Ao referir que “*A gente tê as raiz da gente todos os gaúcho e tal...*”, toma não os gaúchos na sua totalidade, mas aqueles de “raiz”, de mesma origem, chão e *habitat*, com os quais ele, sujeito também do campo, da lida com o gado e o cavalo, se identifica.

Na mesma SD, o entrevistado reforça a sua posição dizendo: “*prá mim sê gaúcho não é aquele que tem uma patacoada*”, utiliza-se de tal expressão para desidentificar-se com um outro que ele não considera gaúcho, aquele que se encontra em outro lugar, o sujeito urbano e que toma as características que compõem o imaginário do gaúcho no campo para constituir a sua própria imagem. A palavra “patacoada” aparece no **DRS** como: “Gabolice, jactância, exibição”. No **DHLP**, encontramos o registro de tal palavra como “dito ou ação ilógica, disparate, tolice, gracejo desabusado, brincadeira, chocarrice, vaidade ridícula”. Tais ações, expostas em ambos os dicionários, mantêm aproximações de sentidos entre o que é apresentado na SD e o que os instrumentos linguísticos trazem registrados. Na SD-D1, o entrevistado inicia a narrativa com risos, um gesto provido de sentidos que permitem ao sujeito falar de si mesmo, de um lugar que julga conhecer bem. Para tanto, utiliza-se de símbolos que constituem o imaginário do gaúcho: “rodeio, campo,

cavalo”. Segundo o **DRS**, ‘rodeio’ significa “lugar no campo de uma estância onde habitualmente se reúne o gado para contar, apartar, examinar marcar, assinalar, castrar, vacinar, dar sal, curar bicheiras, etc.”. Sob o mesmo olhar, o **DHLP** apresenta o verbete como “ato de reunir o gado em local determinado para marcar, curar, ferrar, etc.”. Observamos, portanto, que ocorrem aproximações entre o dizer do sujeito e os verbetes evidenciados nos dicionários. Na sequência, o entrevistado é questionado sobre a vida no campo e na cidade.

P- E qual é a diferença que o senhor vê entre o gaúcho do campo e o da cidade?

SD- D3

“ah eu acho que é grande a diferença né? Porque a gente tem a experiência da lida do campo e eles, muitos não tem só na... no papel mesmo, eu acho que nós não, desde muntá cavalo, pegá um cavalo, domá um cavalo tudo é grande a diferença eu acho. Eu acho que eles lá, alguns sim, mas muitos não sabem nem muntá a cavalo e se consideram gaúcho, pegá um cavalo chucro aí, domemo, essa é a diferença do home do campo”.

Nosso trabalho trata de um sujeito que, prioritariamente, se inscreve numa FD, porém ocupa diferentes posições sujeito e encontra-se em um determinado espaço social, o campo. Quando questionado, na SD-D3, sobre a diferença vista entre o gaúcho da cidade e o do campo, o entrevistado, num processo de identificação – observado em “a gente tem a experiência”; “eu acho que nós” –, tenta definir o lugar do gaúcho no campo, um sujeito com habilidade na lida campeira, exposto a um ambiente de constantes desafios. Ao discursivizar sobre o sujeito da cidade, o gaúcho do campo procede de forma subjetiva, “eu acho que”, desidentificando-se com aqueles que acredita não serem gaúchos – “e se consideram gaúcho”, “eu acho que eles lá”, “muitos não sabem nem muntá” –, opondo-se a esse sujeito, pois acredita ser mais forte, mais resistente, mais conhecedor da vida no campo, mais gaúcho, se é que podemos usar essa determinação. Ou seja, são as práticas sociais efetivas que diferenciam o gaúcho no campo de outros sujeitos, os quais, não atestando determinadas práticas e vivências, são considerados distantes e não merecedores de tal designação.

O próximo questionamento chama o entrevistado a posicionar-se sobre a caracterização física do gaúcho.

P- E para o senhor, o gaúcho é aquele que se veste de gaúcho ou ele pode ter uma outra postura?

SD- D4

“...não eu acho que pode tê uma otra postura, eu acho que sê gaúcho tá no DNA da gente, a ropa é um acessório, claro que prá andá no campu a gente tem que tá vestido de bombacha prá facilitá andá a cavalo”.

As atividades executadas no campo são bastante enaltecidas nessa sequência para diferenciar um gaúcho do campo daquele da cidade. Observamos que o entrevistado destaca que a grande diferença está no domínio das práticas rurais, que são específicas daquele lugar e não do espaço urbano, onde está também o gaúcho, aquele que nasce no estado do RS, que reconhece, pelo viés da história, a riqueza de seu povo, que se orgulha de pertencer a uma região de tantas conquistas marcadas por guerras e batalhas em que o gaúcho lá esteve, ora como bandido, ora sendo herói, mas despe-se de sentidos que movimentam o sujeito que está no campo e que ainda mantém hábitos e tradições dos seus antepassados.

Percebemos também, nessa SD, que o entrevistado coloca-se num outro lugar para falar daquele que também é gaúcho, mas é diferente. A expressão “Eu acho que eles lá...” estabelece uma contra-identificação do entrevistado que, mesmo aceitando o fato de existirem gaúchos na cidade – que conhecem, pela teoria, como se procedem as atividades daqueles que vivem no meio rural (mas não como os do campo) –, não se identifica com a vida cotidiana daquele que vive naquele outro lugar. Em relação a homem no/com o espaço urbano, vislumbra, lá, outros afazeres, diferentes compromissos e distintas relações.

Assim, trazemos a SD-D4, passagem que resume o entendimento do entrevistado sobre o que é ser gaúcho. Nesse trecho, observamos que o sujeito, tomado por sua FD, despe-se do imaginário que identifica o gaúcho por suas vestimentas e resume que é questão de DNA, de crença, de identidade, de origens, ou seja, ele fala de um lugar que acredita ser seu, retoma uma memória lembrada ou

esquecida e forma novos sentidos, pois "em análise do discurso, se considera que o que decide é o *lugar do qual ele fala* em relação aos diferentes lugares de uma formação social" (ORLANDI, 1988). Em outras palavras, a relação do locutor com o processo de produção do seu discurso está relacionado com o grupo social no qual se insere.

A seguir, o pesquisador continua questionando o entrevistado sobre o que é ser gaúcho.

P- Me diz uma coisa, o que é para o senhor ser gaúcho?

SD-C3

"...ah sê gaúcho é a nossa história daqui do Rio Grande, né? sê gaúcho, sê gaúcho, usá como diz u otro, usá a bombacha, u seu cinto, seu chapéu, aquele estilo, né? usá chapéu, sua camisa de manga, não essas camisetinha, né? Então isso aí eu considero o gaúcho, né? u chapéu, chapéu grande, né? Sempre, sempre eu tive umas aula com as pessoa antiga que u gaúcho mesmo num pode usá u chapéu tapando uzólio, né, tem que usá o chapéu tapeado, né? prá enxergá longe, né? que aí tá enxergando todo o movimento, né? Que eu cara que usa o chapéu cravado nu zólio não é, ele num é, ele tem mal intuito, né.. que u gaúcho tem que usá u chapéu mostrando u rosto, né?"

É o funcionamento da memória fazendo-se presença na constituição dos sentidos, considerando que a memória é, ao mesmo tempo, saturada e lacunar, funcionando no movimento entre o lembrar e o esquecer no discurso. Nesse efeito, recupera-se toda a ilusão subjetiva, trazendo à atualidade, pela memória e pela história, os elementos heroicos que fazem dele um corajoso cavaleiro.

Ainda falando sobre o que é ser gaúcho, o entrevistado destaca, enfaticamente, a imagem que tem desse sujeito, pelo viés da vestimenta, povoada pelo imaginário de todo um grupo social que aparece tomado como empréstimo pelo urbano, que faz desfile em 20 de setembro, imitando o gaúcho rural. A indumentária é apresentada como fundamental na constituição do "verdadeiro" gaúcho, sob o olhar do entrevistado, que salienta a importância do uso da bombacha, da camisa conter mangas e do chapéu ser grande de abas largas, sem cobrir os olhos, porque, na concepção do entrevistado, gaúcho que usa o chapéu sobre os olhos, não tem boa índole, não é um bom cidadão. Destacamos a sequência discursivizada pelo

entrevistado “sua camisa de manga, não essas camisetinha, né?” para trazer ao texto uma citação de Reverbel (1998), em que o autor, ao retomar a voz de Antônio Augusto Fagundes²⁰ ressalta que:

[...] parte dos tradicionalistas do Rio Grande do Sul são os responsáveis pela deturpação da indumentária gaúcha... tais conjuntos perderam as peculiaridades regionais, que eram autênticas, e as substituíram por um americanismo maciço, principalmente imitações platenses, uniformes do pior sentido (REVERBEL, 1998, p. 93).

Esse é um ponto destacado pelo entrevistado que, como gaúcho no campo, preserva a história de sua tradição, que observa e se identifica também pela vestimenta que caracteriza a imagem do gaúcho. Para o sujeito, a “camisetinha” não compõe os trajes do verdadeiro gaúcho, aqueles que a história nos apresenta e a memória resgata.

Essas são colocações feitas pelo entrevistado, sustentadas, mais uma vez, pelo imaginário social que lhe é apresentado quando ele busca apoiar seu discurso tomando como base a voz do outro: “eu tive umas aula com as pessoa antiga que u gaúcho mesmo num pode usá u chapéu tapando uzólio...” O entrevistado busca resgatar a imagem do gaúcho de antigamente, que fazia questão de ser referência de masculinidade, virilidade e seriedade, e cuja indumentária, relacionada à lida no campo, condizia com essa imagem que busca transparecer, assim como também o seu linguajar, as suas ações, etc. Outra questão a ser pensada do excerto acima é que a escola a que se refere o sujeito não é a mesma institucionalizada socialmente, aquela que é frequentada no espaço urbano e que possibilita uma ascensão social. A escola referenciada pelo entrevistado é a da vida, simbolizada pelos ensinamentos dos antepassados que também vivenciaram as práticas no campo.

5. SOBRE O *CORPUS*: NOMEAR E DEFINIR

Quando olhamos para o *corpus* de nossa pesquisa, reconhecendo a sua fonte, encontramos “homens entre 30 e 70 anos que vivem no campo, na fronteira entre Brasil e Argentina”. Como defini-los? Como nomeá-los? Torna-se relevante

²⁰ Historiador e especialista em História do rio Grande do Sul, mestre em Antropologia Social e respeitado tradicionalista. Mais informações estão disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nico_Fagundes>. Acesso em: 12 nov. 2015.

alinhar a reflexão sobre como, na busca incessante – e imperfeita – pelas palavras, por seus sentidos, podemos pensá-las? Definir é determinar a significação de uma palavra, e, segundo Houaiss (2001), é “indicar o verdadeiro sentido” de um termo. Ao ver de Costa (2015) a definição para a mesma palavra, encontramos que esta:

[...] constitui-se enquanto uma formulação singular que assegura um dado gesto interpretativo e que historiciza, passando a fazer parte do interdiscurso, ao mesmo tempo em que individualiza o sujeito, colocando-o como responsável por aquilo que diz e que escreve (COSTA, 2015, p. 13).

Entendemos que, quando o sujeito arrisca-se a definir o gaúcho, confronta definições divergentes com aquelas apresentadas nos dicionários, desestabilizando os sentidos.

Já a nomeação, por sua vez, é uma forma de designar pelo nome, de atribuir um nome, de denominar. Segundo Guimarães (2003, p. 21), nomear “é dar existência histórica”. Diante disso, compreendemos que falar do gaúcho, por exemplo, é incluí-lo na história do Rio Grande do Sul, na Literatura, na Sociologia, Filosofia e Folclore porque ele designa um habitante nascido nesse estado. Um nome que sofreu diferentes definições, porém sempre relacionado a um mesmo sujeito, tornando-o único, individualizado, colocando-o em relação com os outros que também são sul-rio-grandenses e brasileiros. Para reforçar tal teoria, trazemos à baila Guimarães (2003, p. 21) dizendo que nomear é “distinguir”. Distinguir o gaúcho dos demais habitantes do Brasil. Assim, arriscamo-nos a observar e recortar, das entrevistas, dizeres que nomeiam o “gaúcho”, de acordo com as posições sujeito que eles ocupam, e as atitudes que eles desempenham nas suas tarefas. Por esse viés, buscamos as definições presentes nos dicionários que nos auxiliam na pesquisa cada participante desta pesquisa já partia de um nome, um nome que as pesquisadoras explicitavam na pergunta: o que é ser gaúcho? Nomear, então, foi um gesto possível, ainda que difícil, e uma presença marcante no corpus elencado neste trabalho. Aos modos de nomear estavam vinculadas as lidas campeiras, as atividades dos sujeitos, em uma palavra: atitude. Levando em conta as condições de produção, os resultados das entrevistas, pensamos na organização de um quadro que pudesse representar as diferentes nomeações e atitudes atribuídas ao sujeito gaúcho, por ele mesmo:

Quadro 1: Gaúcho

NOMES	DEFINIÇÕES	ATITUDES
Gaúcho	<p>DHLP – “diz-se de ou o habitante da zona rural do Rio Grande do sul e, por extensão de todo o estado, rio-grandense”.</p> <p>DRS – “Habitante do interior do Rio Grande do Sul – dedicado a vida pastoril e perfeito conhecedor das lides campeiras.</p>	“isso tudo faz o gaúcho” (C)
Peão- Peão de estância- Peão ponteiro/ Peão tratorista/ Peão cabanhero peão do campo/ peão amador/ peão camionero / peão casero/jardinero/pedrero	<p>DHL - Pessoa que anda a pé, pedestre. Homem da plebe, plebeu., amador de animais, condutor de tropas, auxiliar de boiadeiro”</p> <p>DRS - “Homem ajustado para o trabalho rural. Conchavado. Empregado para condução de tropa, servente de obra, empregado doméstico de estância, trabalhador de estradas de rodagem”.</p>	Que trabaia de a pé (A) “lacei a vaca” (B) Acompanhava o capataz (C) – “curando os animal, tudo a cavalo” (B) “fazia prá domá os animais na fazenda (C) Cuida da casa . “tira o leite” (B) “muntá a cavalo, pegá um cavalo, domá um cavalo” (D) “Lidá com o gado, com a pecuária”(C)
Estancieiro	<p>DHLP- Proprietário de fazenda; dono de estância”.</p> <p>DRS - Proprietário de estância.</p>	“o patrão mandava pegá aí no campo e busca uma vaca” (C)
Patrão	<p>DHLP - “Proprietário ou chefe de um estabelecimento privado comercial, industrial, agrícola ou de serviços, em relação aos seus subordinados, empregador, dono de um seringal, o chefe de uma repartição pública, dona da casa, tomado em relação aos criados, senhor, <i>amo</i>”.</p> <p>DRS - “designação dada ao presidente do centro de Tradições Gaúchas”.</p>	“manda pegá aí no campo” (C)

Tropero	<p>DHLP - condutor de tropas, recoveiro; condutor de bestas de carga de gado; aquele que compra e vende gado; empresário do ramo dos transportes; aquele que trabalha na lavoura de café”.</p> <p>DRS - “Condutor de tropas, de gados de égua de mulas, ou de cargueiros. Pessoa que se ocupa em comprar ou vender tropas de gado, de éguas ou de mulas. Peão que ajuda a conduzir a tropa, que tem por profissão ajudar a conduzir tropas”.</p>	Aqueles que levavam o gado pra longe, na época levavam pra Vacaria (B)
Capataz	<p>DHLP - Indivíduo que chefia grupo organizado de trabalhadores; indivíduo”.</p> <p>DRS - Administrador de uma estância ou de uma charqueada ou de ainda o responsável pela condução de uma tropa. Pessoa que, nas lides pastoris, é incumbida de chefiar o pessoal”.</p>	Comanda os peões (B) “O capataz sempre tinha um peão pontero”(C)
Domador	<p>DHLP - “que ou quem amansa ou domestica, domesticador”.</p> <p>DRS - “amansador de potros, peão que monta animais xucros”.</p>	
<i>Empregado</i>	<p>DHLP - “que se empregou, empregue, posto em prática, aplicado, utilizado, empregue, admitido no emprego”.</p>	

Utilizamos o Quadro 1 como uma ferramenta que nos auxiliou na visualização dos diferentes designações para um mesmo nome, contrapondo com o discurso do gaúcho sobre ele mesmo e os dicionários em questão. Observamos que a palavra “gaúcho” concentra sentidos que se movimentam nas distintas denominações. Já as

definições, elas tentam controlar esses sentidos, enquanto as atitudes constituem o que chamaríamos de “ser gaúcho”, na prática cotidiana. Já a coluna que traz os excertos das entrevistas, explicitando as atitudes, nos dão o movimento, a relação do sujeito com as práticas sociais que o constituem. Compreendemos ao final desta pesquisa que o sujeito gaúcho está em constituição, que se movimenta entre a tradição e a atualização, o dicionário não dá conta de definir esse sujeito, ele é vivo e faz do seu dia a dia o ser gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a metáfora do pêndulo, já mencionada na introdução, deixamo-nos levar pelo movimento de nossas leituras do *corpus*, dos dados coletados e das análises, para que lográssemos chegar ao que acreditamos não ser o fim, mas a etapa que conclui um estudo de pesquisa, do qual estamos cientes de que não demos conta pelos tantos “significados e sentidos a pensar” que as entrevistas nos trouxeram. Um trabalho que nos permitiu olhar o sujeito gaúcho, como analistas de discurso, buscando transcender o que foi evidenciado no dizer do entrevistado, na tentativa de reconhecer distintos sentidos entre o que estava posto no discurso e o que se apresentava institucionalizado nos dicionários, que nos auxiliaram. Esta tese não foi diferente de todos os estudos de pesquisa que acontecem, foi árdua, intrigante e instigante, difícil, pois tivemos que nos descortinar de saberes que acreditávamos serem nossos, como gaúchos, para adentrarmos num espaço de análise, olhando o sujeito falar de si mesmo.

Entre a escolha do *corpus* e a seleção dos dados que seriam analisados, percorremos um trajeto de paradas, reflexões, silêncio, resgatando uma memória que é nossa e de tantos outros. Lugares que possibilitaram recortar das entrevistas os dados que acreditamos ser importantes na constituição desta pesquisa. Para tanto, pensamos em palavras e expressões trazidas no discurso dos sujeitos que, sob o nosso olhar, poderiam dar conta das respostas para os questionamentos que estavam latentes como: Quem é o gaúcho que está no imaginário do entrevistado? Os sentidos evidenciados no discurso dos gaúchos podem ser observáveis? Que posição sujeito assumem os gaúchos entrevistados? Não podemos afirmar que

encontramos todas as respostas que buscávamos, porém nos dedicamos à análise do *corpus*, regatando indícios que pudessem sustentar as nossas indagações.

Na I Parte, sobre a formação histórica do estado do Rio Grande do Sul, buscamos direcionar o leitor por um caminho de (re)conhecimento das origens da região que concentra nossas análises. Por esse trajeto, discorremos sobre a constituição e surgimento do sujeito gaúcho, base de nossa tese. Arriscamo-nos a dizer que essa foi uma parte bastante densa do trabalho, visto que tentamos nos deixar tomar pelo corpo de analistas de discurso, despindo-nos dos caracteres de cidadãos sul-rio-grandenses que somos. Também trouxemos à discussão o “gaúcho argentino”, visto que estamos movimentando um estudo sobre o sujeito gaúcho da fronteira e entendemos, pelo viés da história e memória, que a trajetória sul-rio-grandense mantém fortes laços com a história de formação do “gaúcho platino”. Ainda na parte I, sustentamos argumentos que justificassem as nomeações e definições sobre urbano/rural – cidade/campo, pois acreditamos que tais noções permitirão ao leitor transitar pelo trabalho, melhor se situando sobre o lugar em que se encontra o sujeito de nossa pesquisa.

Na parte II, sobre o Sujeito, Língua e Discurso, atentamos para o sujeito analítico do discurso, percorrendo o trajeto da identificação, desidentificação e contra-identificação. O sujeito é, assim, efeito do pré-construído, do já-dito, que efetivam sua identificação com a formação discursiva que o determina. No entanto, durante as análises, observamos que os entrevistados não estão plenamente identificados com a FD em que se inscrevem. Arraigado ao imaginário que o constitui, o gaúcho organiza seu discurso a partir do que lhe é dado pela memória e história, permitindo o movimento de saberes postos num lugar de desidentificação: “*como diz o gaúcho*”²¹ e de contra identificação: “*tudo acastenhado, né? isso não faz parte pra nós aqui, pro gaúcho né?*”. São dizeres que abrem espaço para o deslize de sentidos e polissemia no discurso. Segundo Orlandi (2011, p. 124), “uma vez estancado um processo de sentidos, numa posição em sua relação com as formações discursivas, o sentido emigra (e se desloca) para qualquer outro objeto simbólico possível”.

Entendemos que o sujeito de nossas análises discursiviza tomado pelo movimento entre o lembrar e o esquecer. Observamos diversos excertos das

²¹ Excertos das entrevistas.

entrevistas marcados por lapsos, lacunas, que silenciavam o discurso e permitiam ao entrevistado movimentar-se pelo viés da memória coletiva a um outro lugar, espaço de resgate de uma história registrada e retomada, materializando-se na voz do sujeito gaúcho. Na concepção de Orlandi (2011, p. 20), as diferentes posições sujeito “recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.” No decorrer das análises, observamos que o sujeito gaúcho é diferentemente nomeado e definido, ocupando posições sujeito distintas, que o permitem deslizar e produzir, mesmo dentro de uma mesma FD, novos sentidos.

Na parte III, sobre o *corpus* e as análises, apresentamos as análises, momento em que as evidências são desconstruídas, e, assim, torna-se possível observar o movimento de sentidos entre o que é discursivizado, silenciado e registrado nos dicionários. Nossa pesquisa constituiu-se a partir de um trajeto não linear e de imprevisibilidade, pois, na tentativa de apreendermos uma nuance da história desses sujeitos, arriscamo-nos a entender o discurso dos gaúchos a partir de entrevistas semiestruturadas, o que facilitou a flexibilidade na condução das conversações, possibilitando o surgimento do novo, do inesperado.

São quatro sujeitos que nos apresentam um discurso pautado no imaginário do gaúcho herói, um imaginário que se constitui culturalmente, no confronto ideológico, por isso, nas análises, é preciso remeter às condições de produção do discurso, pois, como pesquisadores, adentramos no espaço dos entrevistados e percebemos que a nossa chegada lhes causou estranheza. Entendemos que para o sujeito gaúcho, que está no campo, falar de si para alguém que vem de fora, mulher, pesquisadora, portanto, a seu ver, mais letrada e atrelada ao urbano, torna-se uma tarefa que exige mais cuidado. Assim, observamos que, especialmente na parte inicial das entrevistas, os gaúchos expressaram certa formalidade no discurso, trazendo dizeres que, pela posição que se encontram, não estão naturalizados no discurso, porém é importante para eles mostrar ao pesquisador que o sujeito no campo também tem condições de dialogar com o sujeito da cidade, mesmo acreditando ser menos letrado.

Observamos que todos os entrevistados, falando de si mesmos, resgatam, pelo viés da memória, uma história que movimenta os mesmos dizeres de seus antepassados, produzindo sentidos silenciados e que vêm à tona sobre novos

saberes, ou seja, reconhecemos a presença da polissemia e da paráfrase, pois os sujeitos deixavam-se retornar a um mesmo lugar de dizer, produzindo novos sentidos. Existe o jogo polissêmico entre as palavras, as expressões e os verbetes presentes nos dicionários. Importa dizer que os recortes analisados movimentam sentidos que, em determinados excertos, se aproximavam daqueles articulados nos instrumentos linguísticos, e que, em outros, se distanciam.

A partir do estudo que desenvolvemos na presente tese, acreditamos ter respondido a nossa questão de pesquisa apresentada na introdução, pois encontramos um *corpus* representativo do gaúcho, que permitiu mobilizar questões teóricas propostas neste trabalho. Trabalhamos com sujeitos que discursivizam sob um efeito de completude, pois falavam da posição de gaúcho que se considera gaúcho, resgatando saberes que lhes foram apresentados por seus antepassados. Observamos que a tradição gaúcha, para esse sujeito que vive o/no campo, relaciona-se diretamente com os ensinamentos e com a imagem que ele faz das atitudes e modos de vida de seus pais e avós, saberes que já estão naturalizados e que também lhe pertencem, permitindo a ele falar do lugar de sujeito gaúcho. Uma tradição que retoma aspectos mitológicos, literários, históricos e sociológicos, que não lhes foi ensinada nos bancos escolares e sim na vivência cotidiana no campo. Atentamos para o discurso sobre o *outro*, aquele que também é denominado gaúcho, mas está em outro lugar, no urbano, e não compartilha das mesmas atitudes daqueles que estão no campo, afastando-se e diferenciando-se deles. O *outro* também é evidenciado quando o gaúcho sul-rio-grandense fala do “*gaucho*” argentino e, mesmo reconhecendo que esse sujeito constitui-se por processos históricos semelhantes, distancia-se dele e de tudo o que o representa. Nessa perspectiva, desconsideramos a produção dos efeitos evidentes no discurso e adentramos no âmbito da desconstrução das evidências, direcionando-nos a um possível entendimento da produção de sentidos no discurso do gaúcho rural. Para tanto, nos apoiamos nos instrumentos linguísticos que nos auxiliam na pesquisa.

Entendemos, por fim, a partir de nossas análises, que o sujeito de nossa pesquisa constitui-se a partir de um imaginário sobre o gaúcho, reconhecendo-se como tal. Dentro disso, movimenta distintos sentidos que se produzem pela fidelidade à tradição que lhe é apresentada de pai para filho, e é compartilhada a partir da história e memória, permitindo a tomada de atitudes que se constroem por saberes resgatados.

É importante salientarmos que quando remetemos, no decorrer da escrita, aos Centros de Tradições Gaúchas²² não o fazemos com o objetivo de adentrarmos nesses conceitos e sim, apenas, de forma rápida, sinalizar que a “tradição” a que nos dedicamos a olhar no discurso do gaúcho sul-rio-grandense rural e de fronteira, não está vinculada àquela representada no espaço urbano, especificamente nos CTGs. A tradição, em nosso corpus de pesquisa, é constitutiva e está em constante embate com a necessária atualização. Ser gaúcho no campo é também fazer parte de uma atualidade, de marcar uma existência através de práticas sociais bem específicas, passadas de pai para filho, feita de sonhos e de projetos pessoais de ascensão social, como todo o sujeito interpelado pela ideologia.

Observamos também que as definições trazidas pelos dicionários, na maioria das vezes, não dão conta do movimento de sentidos apresentados nos dizeres. São questões como as CP que emergem de cada discurso, a ideologia que se faz presente, o imaginário, as vivências próprias de cada sujeito, que garantem a produção de diferentes sentidos daqueles evidenciados nos verbetes institucionalizados, sob o olhar do outro, aquele que vê o gaúcho de fora.

²² Optamos por trabalhar com o gaúcho no campo desvinculado da instituição denominada CTG, no entanto, trazemos no decorrer do texto algumas colocações que remetem ao CTG apenas para demonstrar que as FDs que se inscrevem os sujeitos são distintas.

REFERÊNCIAS

- ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do gaúcho história e mitificação**. Ed. PUCRS, Porto Alegre, 1996.
- AUROUX, Sylvain. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, JACQUELINE. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.
- BAGUET, Alexandre. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Editora Paraula. EDUNISC. Santa Cruz do Sul, 1997.
- CAZARIN, Ana Ercília; SCHONS, Carme Regina. **Língua, escola e mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: UPF editora, 2011.
- COSTA, Maria Iraci Souza. **A Produção do Conhecimento sobre a Língua na segunda metade do século XX no Brasil: o funcionamento da Contradição no discurso do gramático**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, 2015.
- COURTINE, Jean Jacques. O Chapéu de Clémentis. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, p. 15-22, 2009.
- _____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: UFSCar, [1981] 2009.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et.al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 23-38.
- DREYS, Nicolau. **Notícias descritivas da província do RS de São Pedro do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990.
- FERREIRA, Leandro M.C. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, n. 27, p. 39-46, 2003.
- GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. **Revista Rua**. Campinas, SP, n. 1, vol. 9, p.19-21, 2003.
- GRANTHAM, Michael. **Da releitura à escrita, um estudo da leitura pelo viés da pontuação**. 2002. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 2006.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2003.

HISTÓRIA ILUSTRADA do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Cultura. Porto Alegre: Zero Hora, 2004.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Porto Alegre: Zero Hora, 1998.

INDURSKY, Freda. MITTMANN, Solange. FERREIRA, Maria Cristina. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2011. p. 71-72.

LAMBERTY, Salvador Ferrando. **ABC do tradicionalismo gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

LESSA, Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1985.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. 9. ed. Porto Alegre Martins Livreiro, 1998.

MACIEL, Maria Eunice. A atualização do passado. In: FÉLIX, Loiva Otero, RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **RS 200 anos: definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, p. 191-250.

MARIANI, Bethânia. **Pontuando sentidos em Trânsito**. Percursos Sociais e sentidos na cidade. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1999, p. 17-24.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto história. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas, SP: Pontes; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

_____. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista argentina de historiografia linguística**, v. 02, p. 159-172, 2013. Disponível em: <www.rahl.com.ar>. Acesso em: 12 fev. 2014.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2 ed. 1984.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni P. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003, p. 50-80.

Atravessada:

_____. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, E. P **Cidade Atravessada: Sentidos Públicos do Espaço Urbano**. Campinas, SP: Pontes. p. 9-24, 2001a.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. População urbana e seus modos de vida. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na cidade: saber urbano e linguagem**. Campinas: Labeurb/Nudecri, 2004.

_____; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **A leitura e os leitores**. 4 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI (Org.). **Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**, n. 4. Labeurb/Nudecred, 1999. p. 10-12.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Língua Brasileira e outras histórias**. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. **As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2011.

_____. **Análise de Discurso Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.

PAYER, Maria Onice. Retrospecção e estereotipia: imagens urbanas sobre o campo. **Revista Rua**, n. 02. Campinas, Nudecri/Unicamp, p. 74-85, 1996.

_____. O Rural no espaço público Urbano. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Cidade Atravessada**. Campinas, São Paulo, 2001, p.166.

PAULILLO, Rosana. **Enunciação Vacilante - formas do heterogêneo no discurso de si**. 2004. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Caminas Unicamp, Campinas, 2004.

PÊCHEUX, Michel; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis. **O papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, [1983] 2010.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: ORLANDI, Eni; FILHO, Lourenço Chacon; CORRÊA, Manoel Luis; SERRANI, Silvana Mabel. Campinas, São Paulo: Unicamp, [1975] 2009, p. 147-200.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PETRI, Verli da Silveira. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. **Conexão Letras**, vol. 4, n. 4, p. 09, 2009.

_____. **Um outro olhar sobre o dicionário: A produção de sentidos**. Santa Maria: PPGL-UFSM/Laboratório Corpus, 2010.

_____. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: A especificidade do dicionário regionalista. **Revista Letras**. 29. ed. UFSM, Santa Maria, RS. 2011.

_____; MEDEIROS, Vanise. **Da língua partida: Nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros**. 2013, p. 44-46. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs.2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11725/7156>>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão**. Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM, Santa Maria. v. 1, n. 02, p. 130-147, 2006.

RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho: Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.

ROLNIK, Suely. **Novas Figuras do Caos: mutações da subjetividade contemporânea**. In: SANTAELLA, Lucia; VIEIRA, Jorge Albuquerque (Org.). **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências**. São Paulo: Face e Fapesp, 1999, p. 206-221.

SCHERER, Amanda Eloina; TASCHETTO, Tânia Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos. **Estudos da Língua (gem)**, Vitória da Conquista, v. 01, p. 119-123, 2005.

_____. Dos domínios e das fronteiras lugar: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice, GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso**. Heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 131-141.

_____. Dos domínios e das fronteiras lugar: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: I Colóquio Internacional de Análise de Discurso. **Anais**. São Carlos, SP, out. 2006, [mesa redonda].

_____; Silence! Maitenant on écrit. Cahiers Internationaux de Symbolisme - numéros 134-135-136 (2013) - Le silence. **Revista Mons**. Université de Mons - Belgique, 2013.

SERRANI, Silvana. Memórias Discursivas, Línguas e Identidades Sócio-culturais, **Organon**, p. 285-287, 2003. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/30028/18624>. Acesso em: 01 jun. 2014.

STURZA, Eliana. **Línguas na fronteiras e políticas de línguas: Uma História das Ideias Linguísticas**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Campinas, SP, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa, Portugal: Éditions du Seuil, 1971.

ZILBERMAN, Regina (1985). **A Literatura no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADO A

P- E o senhor começou como a trabalhá no campo?

A- Eu comecei de...de...de “trabaiava com uma viúva, uma senhora, num rancho grande onde era do dotô Jango”.

P- O que vocês costumam fazer nas fazendas, assim, qual é, como é que é a lida do campo?

A. Na minha lida, aqui, pelo menos, é com a cabanha, néh... Dos animais puro, como diz, neh... Pastage, racionada, aqui mesmo, a gente lida é com gado e cavalo puro. A nossa lida é essa aí sempre é... Isso aí é como a vida geral praticamente, porque o gado são mil e pouca res, néh. A gente sai no campo também, pegamo o animal, vaciná e todas essas... O vermífugo tem que fazê, tem que tá fazendo no animal... E... O animal, geralmente, requer mais cuidado, néh, mais tratamento médico, assim, um médico veterinário, essas coisa, néh.

P- Sim! Aham.

A. Néh! Mas ou menos isso aí. Praticamente, uma lida campera mesmo, só que é mais na volta como a gente tá... Aqui... Néh... É...

E- E os seus avós também lidavam com o campo?

A. Os avós... Lidavam com o campo também é... É... Aqui do Rincão dos Paulo, trabaió muitos ano com... No tempo que esses Paulo tinham fazenda ainda, aqui no Rincão, meu avô, conheceu de avô materno, como diz, néh?!

P- Aham, aham.

A. Paterno já não era de lida de campo, vamo dizê era de lida de a pé... É... Néh... Chácara, eles moraram, na Serra.

P- E, o senhor lembra, assim, alguma história que o seus pais lhe contavam, ham... Sobre essa vida deles, da lida com gado, do campo, das fazendas que marcou, assim, o senhor? Algumas histórias, alguma história.

A. Meu pai é otro, também, que saiu de... Da colônia essa e foi trabaiá em uma cabanha até com o dotor Jango, nunca foi de... Da lida geral mesmo, assim néh, como diz, néh. Trabalhaia, cuidava uns cavalo puro que tinha lá, néh.

P- Deve ter sido bem interessante ter trabalhado com o Jango, neh?!

A. Ah...é...Bah...Eu não cheguei...Eu morei na Serra, não cheguei a conhecê.

P- Ah, não conheceu?!

A. Não, não cheguei a conhecê. Claro, eu tinha... foi... Foi em sessenta, néh?!

P- É. Mais ou menos nesse período, eu acho néh.

A. É... E eu tô com sessenta. Eu nasci em cinquenta e três. Eu era bem novinho ainda.

P- Pequeno...

A- Pequeno é... Devia ter uns sete ano.

P- é por aí!

A- É... Cinquenta três e sessenta é... Não cheguei a conhecê o dotor Jango não, meu pai trabaió anos com ele.

P- Ele devia ser um orgulho pro pai, neh?

A. Bah...É...

P- Trabalhar com o presidente...

A. Com presidente! (Risos) E um home que não tinha nada a vê, néh, bah... Tu chegava nele e não tinha lado...

P- Bom!

A. Ah é...

P- Tranquilo.

A. Ah é... Não tinha.

P- E é para essa região de São Borja, também, a fazenda, não é?!

A. ham

P - Era na região de São Borja?

A. É... Aqui, agora até *Itacurubi* é... Agora com o negócio do *Itacurubi* se emancipá, as duas fazenda ficaram até *Itacurubi* é... Mas tinha até aqui a *sinamomo*, néh, que é dele, que era dele, agora é dos filho, que apareceram por lá. Filho, meio... Natural, como diz, néh... Que a gente dizia antigamente, não sei como é que diz agora, antigamente diziam natural.

P- Agora é biológicos, néh?! Os filhos de...

A. Mas perdido, assim, como dizem. (risos)

P- Ah... Os... (risos)

A. Isso! É... Néh... Surgiu, néh. Até achá um possível que fosse filho. Ele tinha que tê.. Esse filho tê gerado, como diz... O..., com doze anos, néh, é...

P- Um sortudo!

A. Isso, isso. Um sortudo! É... É... Os único que têm! Os otro... Os filho legítimo mesmo... Venderam tudo, néh. Os único que têm é a parte do *Cinamomo*, aqui, essa fazenda aqui é...

P- E que também, e que continuam por ali, continua...

A. Continua... Tem até *Itacurubi* uma fazenda grande que tem. Um primo meu que cuida até. Os único que tem... Os *Gulart*, como dizem néh.

SEGUNDO SUJEITO PARTICIPA DA ENTREVISTA (A1)

A1- Os Noé aquele, néh.

A. Ham?

A1- Qual é o que tem ali...

A. Noé... Rui Noé... É... Rui Noé é o pai, nem sei se é vivo até. Se é vivo, é muito velho.

A1- Ah, tem que sê...

A. Se fosse vivo, não sei que idade deveria tê... Uns oitenta e pocos ano, mais acho, mais até.

P- É. Eu acho.

A. É, néh...

P- Faz muito tempo.

A. Faz tempo, néh.

P- É... Muito tempo

A. Bah... Deus o livre.

P- E o senhor não lembra de uma história que o seu pai contava dele? Do Jango.

A. É... História... que eu lembro, que história ele contava...

P- O que acontecia nas fazendas...

A. Agora, assim, de cabeça eu não me lembro. Se ele contasse história do Jango.

P- Ou de alguma coisa que acontecesse nas fazendas. Porque acontece tanta coisa, não é?!

A1- Ah, é... com o tempo, néh, acontece mesmo!

A. É... Só o que ele era um cara popular, assim. Gostava de Carrera, por sinal, gostava muito de Carrera, neh. Parece que ele tinha aquela loucura de corrida, néh.

P- E, os seus irmãos, senhor tem irmãos?

A. Tenho... Semo cinco irmão.

P- E também, todos seguiram essa linha de...

A. De fazenda?

P- É.

A- Não. É... Começaram e dexaram. Um té, que mora em Lageado é retero até, dexô do campo é... Faz muitos ano é... Trabalha em reto, néh?!

P- Aham.

A. E...otro mora aqui.... Peão, assim, que trabaia de a pé, como diz néh.

P- E, a sua mãe, qual era a função da sua mãe na fazenda?

A. Ah... A minha mãe era... Trabalhava, assim, de, como diz antigamente, doméstica mesmo, néh, em casa, ah... É... O pai que trabalhava néh. Antigamente era assim , néh?!

P- Sim.

A. Era difícil a mulher trabaiaá. Ficavam lavando ropa, criando filho. (risos)

P- Bem isso.

A. É...verdade

A1- Em casa, trabalhá em casa.

P- É, isso. Hoje em dia é que a gente pega pesado.

A. bah...É...Verdade. É...

P- E, criou os filhos todos?

A. Sim. É... Plantavam, carpia essas coisa, assim... É... Tudo em casa, néh. Porque antigamente o pessoal vivia mais do que colia! É... Tudo crioulo, néh graxa, crioulo, banha, tudo crioulo, néh, mandioca do tempo que faziam sopa de mandioca, é... Canjica, essas coisa. É... A maioria era só assim, é... Antigamente era assim. Agora recentemente eu tava com essas criança de agora, dizia como era antigamente néh. As minhas filha mesmo se apavoram que eu falava antigamente que eu fui criado, o jeito que eu fui criado, néh. Pé- no- chão, pra começá. (risos) É... Isso. Estudava muito poco porque já tinha que trabaiá pra ajudá os pais. É...

P- Como é que foi a sua infância, assim, fale um pouquinho da sua infância, como é que era?

A. Ah... A minha infância foi trabalhando, é... Eu me lembro, tô dizendo, deSDe que me conheci por gente é trabalhando é... Era mandaleta de um vizinho que me emprestava, é...uma coisa dessas era assim, é...

P- O senhor chegou a ir pra escola?

A. Sim, estudei até a quarta série é... de fininho é... Depois tive que trabalhá.

A1- Pouca coisa, néh?!

A- É... Pouca... É... E, agora, tem oportunidade e não... Por que será isso?!

P- E as brincadeiras de infância, o que o senhor hum...Naquela época?

A. ah, as brincadera de infância era... Osso,é e... Brinquedinho de...é...esses gado. Antigamente é... Faziam esses... Com as patinhas do gado, sabe do mocotó, néh, da pata... O ossinho, néh, ou a pata mesmo da vaca, é... Aquilo era brinquedo, da aspa do gado, é...

P- E o que vocês faziam com a pata da vaca?

P- Faziam... Brincavam com aquilo dali, faziam tipo uns boizinho, furava nós furava e acunherava e fazia de boi, néh. Faziam umas carretinha de madeira de brinquedo, também, néh...

A1- É... Não, não tinha brinquedo comprado.

A. É... Só assim. É... (risos) A brincadeira da gente era isso aí. Porque tem até aquela música dos cantor, que tem o gado de osso.

P- Ah, é verdade, mas tem.

A. É... Não posso me lembrar de quem é aquela. Essas gurias de Califórnia, néh?!

P- Sim.

A- É... A infância da gente era... foi...Era dura mesmo, de verdade . Eu fico pensando hoje em dia, agora não pode trabalhar néh, por que...

P- A lei não permite.

A. Pois é... E acaba fazendo bobera no final, néh.

A1- Só depois com dezoito

A. É... O aluno agora não pode sair da aula antes da época, néh?!

P- Aham.

A. Nem que teja lá, só fazendo barateza no colégio. Não pode! Tem que ir, tem que ir é... Até o final, até dezoito ano, acho que é?

P- É. Até o término do Ensino Médio, néh?!

A. Isso.

P- É... Obrigação!

A. É...

P- Naquela época nem pensava nisso, néh?

A. Ah... Não...

A1- Tinha uns que nem estudavam, nem iam pro colégio.(terceiro)

A. Eu fico pensando...

P- E os filhos, como é que foi a criação dos filhos?

A. Totalmente diferente, não é?! Bah... É duas filhas que eu tenho.

P- Como é que o senhor compara, assim, a sua infância com a infância delas?

A. Bah... A minha infância... A delas é diferente, não é, porque pra mim que sô pobre, foram criada quase como rico! É... Nunca faltó nada, alimento, ropa sempre, néh, calçado, né. Estudaram até quando quiseram. Até uma tava fazendo faculdade agora e paró um poco... Ali na federal, como é o nome mesmo?

P- Na UNIPAMPA?

A. Na UNIPAMPA é... Tava fazendo Assistência Social, néh, mas agora os filhos tem oportunidade...

P- Não aproveitam.

A. É...

P- Quando iam pensar que em fazer uma faculdade, naquela época, néh?

A. Bah...

A1- Naquela época não era interessado.

A. Ah... É... Mas deus o livre, néh.

P- E o que o senhor lembra. Você chegou a conhecer seus avós?

A. Oh... Conheci vô, vô materna até nenhum dos..., o vô paterno não cheguei a conhecê, mas, o materno conheci, me lembro vagamente mas, me lembro só a vó sim, (risos) a vó até sim, moró com nós, néh, vó materna, néh, a vó paterna também não moró com nós mas, muito fui na casa dela., néh.

P- E o que o senhor, me conta deles, como é, que lembrança o senhor tem desses? Dos avós?

A. Dos avós! Como se diz é vida, a vida dura de pobre mesmo néh, essa é a lembrança que a gente tem assim, néh, sempre lidando também, a mãe lidava

assim, em casa de doméstica como diz néh, a vida assim, néh do pobre como diz (risos) é, é verdade, é.

P- É o destino!?

A. Isso, é! Era assim...

P- O seus pais já, já não estão mais entre nós?

A. Não, não o meu pai morreu por último já faz um bom tempo, minha mãe faz muito tempo já, eu tinha uns vinte e dois ano, néh, quando ela faleceu e eu tô com sessenta, faz quarenta, uns trinta e oito, quarenta ano. Trinta e oito néh?

P- E nessa lida com o gado, com o campo o senhor já sofreu algum acidente?

A. Ah, já!

P- Como é que foi esse acidente?

A. Montei em cima numa égua que era minha daqui mesmo, ela era meio safada, veio aqui comigo era muito bem domada, ela saiu pra viaquia mesmo comigo aí, eu prendi forte ela no freio ela esbarró e caiu em cima de mim e atoró essa perna aqui.

P- Nossa!

A. É... Atoró, parece que passaram uma serra, bem parelinha assim, e aí ela levantó de cima de mim como diz e eu fui levantá, também, néh parece que tinha pisado num corpo, virou a cabeça, parece que eu tinha enfiado um pé no buraco, na minha cabeça, mas que buraco eu tenho é, um raspão é, atoró, mas que coisa engraçado paró mesmo (risos)

P- Nossa!

A. Daqui, aqui é cheio de platina néh, aqui, até aqui de platina atoró bem aqui, pareinho, pareinho que coisa engraçada, tá na radiografia saiu uma lasca, néh

P- Do peso!?

A. acidente, néh quando era pequeno (risos) era piá, era magrinho a minha canelinha fininha, tava gineteando num irmão meu, no tempo que montavam nos, tiveram brinquedo ainda néh, ginetear nos otro, néh pulavam pra cima e o otro de quatro pé, néh pulava e pulava aí me derrubó e se atiró, era um nego maior, se atiró eu fiquei com a perna assim meioo em falso... e não vi se atiró em cima essa perna mas não chegó a atora, néh, trincó qué dizem só, néh aí no tempo antigo lhe falo, sarei em casa, é,

P- Bhá!

A. Com uma teia dessas de canola boto amarraram bem com uma taquarinha assim, oh, taquarinha, taquarinha picaram aquelas taquarinha lisinha, ai depois amarram, amarram um pano nem sei de que, um pedaço de bombacha ai, do pai (risos) e atei, e fiquei deitadito ali, néh e o remédio antigamente era homeopatia, já ouviu falar na homeopatia?

P- Sim!

A. É! Agora dão até pro gado, homeopatia tem remédio base é, néh, tem remédio nesse gado leiteiro dá muito esse aí, néh, ai tive ali um tempão,

P- Daquele, jeito!

A. Ai, fiquei bem dengoso (risos)

A1- Ficou em pouco em casa

P-Fizeram uma tala, néh, uma tala que fazem hoje, na, nas quebraduras colocam tala que, é um...

A. Sim, é a tala, uma taquarinha assim, em, em toda em volta dela

P- Então, já se quebrou bastante?

A. já, é, já varias vezes esse dedo aqui já destronquei uma vaca, esse dedo aqui vai lá pra um lado (risos)

P- È!

A. É!

A1- Essa lida é dura, néh!

A. Ah, é. Humm...

A. Ah, é!

P- É uma função, bem isso!

A. Ah, é!

A. Toda hora (Não entendi)

P- Contando um pouco da lida do campo

A. To contando uma vez que eu machuquei aqui essa perna aqui, sarei em casa, do tempo antigo, amarraram com taquara bem amarrado.

ESTANCIEIRO DENOMINADO - A2

- A2 - Aquele ranchão do finado do vô tu te lembra,? Me lembro, era pau a pique era esses pau a pique é, enchia de barro, é, atado ou se não era torrão cortado a leiva tinha, quadradona e igual um tijolo, néh.

A2 - Lá na casa do Lajado é assim

P- Ah, é!

A1- Igual tijolo

A2- Na casa do Lajado, não é tijolo Tá rebocado e tudo, mas é assim, um pré-tijolo chega ser queimado

A1- Sim.Ahhhh!!

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADO B

P- Também quero que o senhor me conte um pouquinho da sua história nessa lida do campo, a quantos anos o senhor trabalha com ...?

B. Eu trabalho de SDe os treze ano, é, na lida campera, comecei a trabalhá com 13 ano, é, daí vim trabalhá aqui, trabalhei onze ano e saí, tive três ano fora, voltei de novo e agora vai fazê dezenove, dezenove ano que eu tô de volta, é.

P- De volta aqui?

B. Isto, e agora eu sô o capataz da fazenda. Comecei a trabalhá com treze ano e agora sô o capataz

P- E o senhor sempre ah...ah..., sempre trabalhou em outras fazendas, mesmo fora daqui trabalhava no campo?

A. Só trabalhei é, no campo, só trabalhei em duas, aqui e notra só, é, ali Inhaporã, ali e mas... ma a minha infância foi aqui, trabalhando com o Dr. ???, é.

P- Direto?

B- Direto.

P- E me conta um pouquinho como é que foi sua infância?

B- A minha infância foi assim tamém, é, como foi como o rapaz contó ali, assí, poco estudo, já saí trabalhá com treze ano , não deu, na época não dava muito tempo ele já é más velho, eu já na época tinha colégio, nós era pobre e tinha que ajudá a mãe, minhas irmã estudaram, nós semo quatro, minhas irmã tem tudo, tudo tem oitava, umas se formaram, eu não, eu estudei até a quarta tamém, a quarta série é, daí já não estudei mais. Tinha que ajudá a mãe, na época (risos). Era, não era fácil.

P-E seus pais também trabalhavam?

B - Trabalhavam fazenda tamém, é, meu avó era tropero, tropero daqueles que levavam, pra, levavam pra longe, na época levavam pra Vacaria por terra é. Meu avó era tropero, meu pai também ia com ele era de trem ou era por terra como se diz na época , é.

P- E o seu pai também se criou em fazenda?

B- Se criou em fazenda, é, meu avó e tudo se criaram em fazenda, né.

P- E o que o senhor lembra dessa época deles, assim?

B- Nessa época eles lidavam também em lavoura plantavam "IM", depois passaram, ah, finado do meu vó cuidava fazenda também, essas lida, como nós fizemo agora, é.

P- E o senhor já teve algum incidente no campo também, aqueles que o senhor lembre que marco?

B- Já tive. Só quebradura não, só o dedo que me atoró, um dedo que ató, ato o laço dos boi e esse aqui quase atoró, mas quebradura graças a Deus não, é, aqui ato os dois dedos quando licei a vaca , ató quase atoro é, pegó o nó aqui, né, quase atoró, mas quebradura graças a Deus eu não tenho eu lidava com doma, domava né, nunca me quebrei graças a Deus!

P- Nem caiu do cavalo?

B- Não, não cai assim, domava, era mas..., na época era mais magro tinha mais agilidade é..., agora parei, depois que fiquei de capataz parei de domá, aqui domei bastante.

P- E como é essa função de capataz? O senhor comanda...

B- É, eu comando, é complicado, né, tem que comandá aqui é grande, aqui é uns noventa quadra de campo, tem bastante gado, ovelha, é, trabalha a cabeça da gente, é (risos), não é tão fácil.

P- Quantos peões têm aqui na fazenda?

B- Temo na base de doze. Eu trabalho com cinco é, é quatro, cinco comigo, mas tem mais aqui, os cabanhero, tem os tratorista, tem casero, jardiner, é. Tem na base, agora temo na base de uns quinze eu acho, tem os pedrero, mas sempre tem bastante gente.

P- Hãã. E, e quais são as, as funções mais ou menos de todos eles, dos que trabalham com o senhor?

B- É tudo, é quase tudo assim, curando os animal, dando remédio, é, curemo ovelha, curemo terneiro, banhemo, vacinando agora inclusive, temo vacinando, é, essa é lida assim.

P- E tudo a cavalo?

B- Tudo a cavalo, às vezes um pouco di a pé também, da mangueira as vezes di a pé é, mas a maior parte a cavalo.

P- E tem vaca de leite também?

B- Tem, tem, tem vaca de leite à vaca de leite é outro rapaz que lida o casero que tira leite é, de manhã cedo.

P- Huhumm. E o seus irmãos, o senhor tem irmãos?

B- Não, só só eu, tenho irmã é, só só eu de... tenho, tenho três irmã, é.

P- No campo fico o senhor, então?

B- É, só eu puxei ao finado meu avó, meu avô, puxei ao pai, é , só eu. Minhas irmã tudo são casada trabalham, trabalham em granja com meus cunhado é.

P- E só para a gente finalizar, o senhor tem alguma lembrança dos seus pais, alguma história que o senhor lembre da sua infância, da sua adolescência que os seus pais contavam, que seus avós contavam, em relação essa lida do campo, ou alguma coisa que aconteceu com eles lá?

B- É, tenho essas tropeadas, essas coisa assim, que na, na época de chuva né não, tinham que assá carne debaixo de uma alve pra comerem, posavam no cavalo um dormiam e otros rondavam né, nos corredor na época de tropeada, diz que era assim, não tinha chuva, não tinha nada, é, se iam embora. Mais ou meno isso, aí que se lembra.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADO C

P- e cavalo?

C- Os cavalos tamém, que tinha pra fazê, prá juntá o rebanho,né? Porque a pé já ficava mais difíci,né? que nessa época os campo eram muito grande, né?, as envernada muito grande, então a pé não tinha condição, tinha que tê a muntaria, né? tinha que tê a muntaria boa.

P- Isso é bem comum, né?

C...como é que eu vô le dizê, uma lida grossera, uma lida, falando meio gaúcho, uma lida bem bagual, né? rrsr. Uma lida bem bagualesca, como diz o gaúcho,né?

E- Então o gaúcho de verdade é esse?

C- é, é esse aí,

P- E na cidade o senhor acha que existe esse gaúcho ainda ou..?

C- mas óia, muito pocos, tá poco, tá poco. Os gaúchos mesmo, os gaúcho mesmo, tá até, praticamente tá terminado, tá tudo moderno hoje, tudo moderno, existe muito poco.

P- o senhor tem alguma história que o senhor lembre e que lhe marcou a vida no campo?

C- Tenho. Tenho uma historia de quando eu tinha nove ano. Nós tava trabalhando num mato, tirando umas madera e fui eu e meu pai, eu tinha nove ano e fomo puxá umas tora de madera do mato e saimo com umas fiera de boi, saimo fora de um picadão, quando saímo fora do, da picada que era do mato, aquela tora demaiou, eu vinha a cavalo naquela tora de madera e a tora de madera viró caiu e me quebro a perna, me quebro a perna, esta perna aqui, eu tinha nove ano, ehh aí eu fiquei acho que uns trinta dia de cama, trintaa dia de cama, naquela época agente prá vim num dotor era muito difíci, né? senhora vê, faz cinquenta, quase sessenta ano atrás,...sessenta ano, era muito difíci vim num médico e aí fiquei, curei em casa, passei um mês, deitado de cama, depois tive mais um mês andando de muleta, é...

depois dali, fazia três mês eu tornei a caí denovo, me caí com aquelas muleta e tornei a machucá a minha perna denovo, fiquei mais uns trinta dia de cama.

P- Sem poder lidar em nada?

C- sem podê lidá em nada, tudo só em casa, só em casa, só na volta,né?'

P- Me diz uma coisa, o que é para o senhor ser gaúcho?

C-ah sê gaúcho é a nossa historia daqui do Rio Grande, né? sê gaúcho, sê gaúcho, usá como diz o otro, usá a bombacha, o seu cinto, seu chapéu, aquele estilo, né? usá chapéu, sua camisa de manga, não essas camisetinha, né? Então isso aí eu considero o gaúcho, né? o chapéu, chapéu grande, né? Sempre, sempre eu tive umas aula com as pessoa antiga que o gaúcho mesmo não pode usá o chapéu tapando os zólio, né, tem que usá o chapéu tapeado, né? prá enxergá longe, né? que aí tá enxergando todo o movimento, né? que o cara que usa o chapéu cravado no zóio não é, ele não é, ele tem mal intuito,n é.. que o gaucho tem que usá o chapéu mostrando o rosto, né?

P- E o senhor acha que antigamente, no tempo que o senhor lidava com o campo, com seus pais, existia mais gaúchos do que hoje?

C- ahh existia mais gaúcho do que hoje. Hoje tá tudo moderno, né? tá tudo moderno, ninguém usa mais uma bombacha larga, nem é, é o chapéu, já usam esses chapeuzinho tudo de casteiano, né? Que isto aqui não é nosso, né? pelego tamém, usam uns peleguinho, umas garrinha, antigamente o gaúcho usava pelego, pelego grande, como foi, como era tirado nas fazenda do vô do Leonardo, né? lá tiravam pelego. Os peão da fazenda o vô dele usavam pelegãos não era peleguinho....então isso aí tudo, a espora tamém do gaúcho, a espora tudo espora grande, hoje já usam uns, uns toquinho de espora, né? a esporinha, né tudo acastenhanado, né, isso aí não faz parte prá nós aqui, né, pro gaúcho né?

P- então o senhor acha que tem essa diferença entre o gaúcho daqui e o gaúcho de lá, da fronteira, o argentino?

C- existe, existe

P – o senhor conheceu algum de lá?

C- já, já conheci, tudo é deferente, outra coisa, do, do, do meu tempo, dos anos atrás que eu conheci, vim conhecê agora, a pouco tempo é a, a, a boina né? a boina, a boina aqui ninguém usava a boina, nem esses gorrinho, só chapéu, né. só chapéu grande, né...esses peão de estância, os capataz tudo era, tudo era chapéu, não usavam essas boina, essas boina tudo é acastenhada, né.

P- Então o gaúcho de verdade é esse?

C- é, é esse aí,

P- E na cidade o senhor acha que existe esse gaúcho ainda ou..?

C- mas óia, muito pocos, tá poco, tá poco. Os gaúchos mesmo, os gaúcho mesmo, tá até, praticamente tá terminado, tá tudo moderno hoje, tudo moderno, existe muito poco.

P- Então a gente só leva o nome de “somos gaúcho”, por levar o nome?

C- Por levá o nome, mas aquele estilo aquela picha existe muito poca, que era de antigamente, existe muito poca.

P- E o que o gaúcho fazia antigamente, além da pilcha, da vestimenta, para ser gaúcho?

C-.....????

P- Além de se vestir dessa forma, o que ele deveria fazer mais para ser gaúcho

C-????

P- No campo?

C-...é o gaúcho, nessa parte aí eu vô fica le devendo, nessa...

P- Porque o gaúcho, além de tá vestido, o que ele fazia no campo, prá marcar?

C- Ahh sim, prá marca, a não fazia na parte da doma tamém, que isso aí tudo era pro gaúcho, prá domá, chega numa fazenda prá domá, cumo temo lá na fazenda do Leonardo, tem, eu tenho um domador, né, fazia prá domá os animais na fazenda, né, tudo, né. tudo isso, lidá com o gado, com a pecuária, né, tudo isso faz parte do gaúcho.

P- E o senhor tem mais uma história de gaúcho, que o senhor lembre, forte que o senhor conheceu em alguma fazenda?

C-

P- que marcasse? Ou me falá de algum gaúcho que o senhor, tipo como agora o senhor me falô desse seu amigo, que trabalho na fazenda do Jango?

C- é o tempo dá, nesse tempo aí os gaúcho, saia um gaúcho, como diz o otro. Chegava o patrão mandava pegá aí no campo e buscá uma vaca, no causo prá carneá. O gaúcho já chegava, já laçava a vaca ali, sangrava, já ia carneando, já iam tirando os pedaço, já iam, uma poco já ia um churrasco pro fogo e otros já ia pros varal né, prá fazê o charque e prá, pro do dia a dia, né.

P- e se comia dessa forma?

C- dessa forma, dessa forma, era tudo não existia geladera, não existia frize, nada, tudo a carne era tudo secada nos varal né, é, prá fazê e a fervidama fazia da farinha de mandioca, né, vinha, vem ainda hoje a farinha de mandioca, mas antigamente ela vinha numas bolsa de trinta kilo e aí colocavam num panelão grande, né, os fervido que diziam os puchero, colocavam os puchero dentro daquela panela e botavam farinha de mandioca era pro café de manhã... pro café de manhã cedo, né, pro café, era ali uns panelão.

P- E daí iam pro campo?

C- daí saia campereá, daí todo,... todo pessoal da fazenda os peão acompanhava o capataz, saiam pros campo, né? Campereá, fazê a lida do dia a dia, né? E o capataz chegava lá numa certa distancia, na envernada sempre tinha um peão ponteiro.

Então ele largava um peão ponteiro prum lado com uma turma e ele ia pra outras envernada com outra turma, é...

P- E assim só voltavam na noite?

C- Só voltava ao meio dia, onze e meia, meio dia, depois de tarde a uma e meia daí retornava denovo pros campo, só voltava de tardezinha, né? De tardezinha vinha retornando aquela gauchada, né? É, iam chegando prá roda da fazenda, né?

P- E faziam o que?

C- é da lida, da lida assí, lidando com o gado..

P- Tá e depois que chegavam na fazenda faziam o que?

C- Ahh, aí iam toma chimarrão. Tomavam seu banho e iam toma chimarrão. Naquele tempo, naquelas época o banho até era nos açude, nas sangas, não existia chuverero e nem banhero nas fazenda, né? Mais e pegavam suas ropa e iam prá sanga toma banho, é, iam lá prá sanga , é! Algum tomava banho, os otro, (risos)

P- No inverno nem pensa?

C- É!! No inverno era mais difíci o banho, né?(risos). As vez tem que i longe numa sanga prá toma um banho. Longe da fazenda, né!

P- As dificuldades, né?

C- é. Cumo teve lá na fazenda do Leonardo, lá, lá foi a única das fazenda que já quando eu cunhecí, que já tinha banhero, isto há(...) quase cinquenta ano, há quase cinquenta ano, quase cinquenta ano, fazem (...) é quase cinquenta ano atrás (...)

P- Moderna?

C- Já era más moderna. Otro sistema, vô contá um poco da fazenda do Leonardo. O Dr. O dr. Lang, ele tinha um sistema, a fazenda dele sempre era cheia de gente né? Tinha pião, pião casero, tinha pião do campo, tinha pião aramador, tinha pião camionero. Tinha vários, cada, cada empregado daquele tinha um setor, tinha um setor. E ele, o sistema dele ele num dava erva, uns anu, num dava erva pro pião

toma chimarrão, né! Ele dava, ele tinha uma geladeira do tempo da querozena, inda né? Que era, era lá no galpão, e ele mandava então, sempre na fazenda lá, teve bastante vaca de leite, tinha bastante vaca de leite, o leitero tirava leite, mandava, os pião tirá leite, o pião casero tirava o leite ia prá geladera, era o chimarrão dos pião, era aquele, toma um copo de leite quando chegava du campu, que prá, prá proteção do sol, é que pro solano e u rigor mesmo do tempu, prá ajuda a pessoa prá não fazê mal aquilu alí, né! Era o chimarrão do dr. Muitos tomavam chimarrão, tinham seu chimarrão, compravam sua erva, mas ele, era así, né?

P- Dessa forma?

C- Era dessa forma. O chimarrão era um copo de leite, né! Prá proteção, prá pessoa, prá não fazê mal o sol, prá não fazê mal, ele recomendava muito isso.

P- Mas nas fazendas vocês lidavam além da vaca de leite com o gado de campo?

C- O gado de campo, em geral.

P – Que depois ia pro abate?

C- Sim. Naquela época abatiam assi, mas num era tanto cumo hoje, né? Era mais, era mais lento, é, num é cumo hoje, hoje nem bem se cria um ternero já tão abatendo. Antigamente, tinha nessas fazenda aí, tinha boi criado de cinco, seis anu, oito anu, né? Tudo animal criado que ficavam, né. Muitas fazenda aí tinha. Assim cumo o rebanhu de ovelha né! Caponada ficava né? Não vendia, não tinha comércio. Claru né, aquilu ninguém comprava, no tempo da folga, né? Que o tempu bom de vive, né? A carne tinha em quantia né! Então ficava as caponada aí capão velhu, nus campu, né! Voltando denovo atrás na fazenda do dr Lang, né. Lá eles tinham uma envernada, na tal da tapera preta, o posto hoje, cumo chamam, era a envernada de capão, lá tinha capão véio criado de seis, sete anu, cum dez anu, ficavam, murriam de véio lá. Época que tinha aquela caponada, né. E dali que saia prá pionada, né? Dali que era prá pionada, né. Alimentação né du churrasco.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADO D

P- Seu ????? me diz uma coisa a quanto tempo o senhor trabalha no campo?

D- eu trabalho desde os quinze anu de idade trabalho no campu. Comecei a trabalhá com o Dr. Gastão, pai da Dr^a. Cecília.

P-aqui mesmo, nessa região?

D- aqui no Iguariaçá, na cabanha Painel lá onde a senhora teve.

P- Toda uma vida ali?

D-Toda, quase toda né, porque depois eu fui trabalhá cum meu pai tamém, mas tamém faz parte da lavora, sempre no campu.

P-E seu pai também sempre trabalhava no campo?

D-é meu pai foi plantador, chegou a plantá três mil hectare de terra nós plantava, ma depois que veio as crise, né acabô parando com a planta daí segui trabalhando com o dr Gastão. Trabaei dezoito anu ali, na fazenda, tinha cabanha, tinha gado charolês, nelore, inclusive em Esteio, nós ganhemu campeonato em Esteio

P- Com o gado?

D- Gadu charolês.

P- E como é essa vida no campo, sr????

D- é uma vida boa, uma vida normal, a gente até se apaixona por ela porque, se criou e criou os filho no campu, então é tudo prá gente.

P- Mas é trabalhoso?

D- é trabalhoso, sim, tem dias que a gente alevanta de madrugada, quatro hora da madrugada e sai clareá do dia sai prá lida du campu, e as vez conforme a lida, a gente vai até escurecê,

P- E sempre a cavalo?

D- a cavalo, nas manguera a gente lida a pé, mas no campu sempre a cavalo.

P- E já aconteceu algum incidente no campo que o senhor lembre?

D- Ah, isso aí é comum de acontece, as vez um cavalo veiaqueia, as vez a gente se enlia no laço, uma rês atropela, risco a gente passa seguido.

P-E o senhor já passou por alguma coisa parecida assim?

D- ah já, já saí atado num laço, os companheiro socorreram e de gado atropelá a gente isso aí é normal, quase direto, os risco pequeno que a gente corre

P- Gado brabo?

D- gado brabo sim, porque trabalhando vão se estressando e daí qualquer animal apela prá atropelá a gente, mas é bom, é lindo.

P- é um trabalho bem exaustivo? O que o senhor costuma fazê?

D- Agora ultimamente eu cuido mais é o gado, o carrapato, curá se tem alguma bichera, coisa assim, sempre assim, cuidá a verminose, doenças como a tristeza, que dá uito em gado quando carrapateia ou não carrapateia, a gente tem qua tá sempre atento sobre esses caso aí, pra trata, porque se não trata nas primeras hora aí acaba morrendo, o essencial é trata nas primeras hora, por causa da tristeza, então é essa parte aí.

P- Vocês tem cavalo na fazenda também?

D-tem-se, tem-se cavalo

P- E seus avós também moraram no campo?

D- Sim, todos os meus avós moravam aqui no Itacurubi mesmo no campo, a vida da família foi no campo, agora que os mais novo tão indo prá cidade, mas as raízes sempre foram no campo.

P- E seus irmãos?

D- Sim todos os meus irmãos trabalham na região na lida com o gado e lavora, porque hoje a plantação já paró um poco, ante snos anos setenta e pocos, oitenta ali era, mais era lavora, né, nós tava mais é na agricultura.

P- E o senhor se considera um gaúcho no campo?

D- eu me considero, rsrrsr, eu tenho vida de gaúcho no campo então.

P- E o que é ser gaúcho para o senhor?

D- ...é tudo rsrrsrs. A gente tê as raiz da gente todos os gaúcho e tal, até prá mim sê gaúcho não é aquele que tem uma pataquada, assim sabe?, é uma vida de gaúcho, assim, mesmo

P- E como é essa vida de gaúcho?

D- rsrrsr é assim na lida, pará em rodeio, essas coisa aí, tudo, eu acho que é isso aí a vida de gaúcho, trabalhando no campo, a cavalo,

P- Se mantem a tradição do gaúcho?

D- Sim

P – E qual é a diferença que o senhor ve entre o gaúcho do campo e o da cidade?

D- ah eu acho que é grande a diferença né? Porque a gente tem a experiência da lida do campo e eles, muitos não tem só na , no papel mesmo, eu acho que nós não, desde muntá cavalo, pegá um cavalo, domá um cavalo tudo é grande a diferença eu acho. Eu acho que eles lá, alguns sim, mas muitos não sabem nem muntá a cavalo e se consideram gaúcho, pegá um cavalo chucro aí, domemo, essa é a diferença do home do campo.

P- e para o senhor o gaúcho é aquele que se veste de gaúcho ou ele pode ter uma outra postura?

D- não eu acho que pode tê uma otra postura, eu acho que sê gaúcho tá no DNA da gente, a ropa é um acessório, claro que prá andá no campu a gente tem que tá vestido de bombacha prá facilitá andá a cavalo.

D-o meu pai se criou nos campo do Jango, com a família do Jango ali e começo a vida dele amansando cavalo e lidando com arado de arrasto e chegou a plantá três mil hectares de soja, trigo depois vieram otros maquinário, né, mas a vida dele que ele começo foi amansando animal e lavrando, plantando linho, milho, trigo, depois

veio a soja, foi uns dos primero que plantó soja aqui na região ele e o seu Antônio Bonotto e daí o doutor Jango patrocinava ele dava a terra prá ele plantá, mas depois veio o exílio do dr jango daí fico mais difícil .

P- O seu pai teve contato direto com o Jango?

D- Direto eu conheci, e consegui apertá a mão do dr Jango, aqui na fazenda aquela fazenda do Rancho Grande era sede ali, eu era guri tinha sete anos, muito boa gente era o dr, meu pai era tudo, quando ele foi pro exílio aí ele levava qualquer coisa que ele pedia, vendia tropa de gado levava o dinheiro lá, era direto, daí ele vei a falecê, daí meu pai, dificulto as coisa, hoje ele tá pobre denovo, rrsrsr, mas teve uma vida assim, né?

P- Então o dr Jango foi importante para ele?

D- Muito importante, não só prá ele, aqui na região toda, dr Jango patrocino muita gente, pobrerio tudo, dava campo, lavora, prá plantá, dava vaca prá tirarem o leite, a carne nas fazenda dele as pessoa pobre chegavam ali a ordem do capataz era de quinze em quinze dia carneá uma vaca e distribui pors pobrerio de perto da fazenda, esse foi o Jango.

P- Um lado que a gente desconhece dele.

D- é... esse lado aí eu conheci bem porque eu tive o privilégio de pequeno ainda, mas...